

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

ALESSANDRO GONÇALVES DE ASSIS

**ANUÊNCIA COLETIVA: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
INSTITUCIONAL DO CONSELHO SUPERIOR DO IFES A PARTIR DA
PERSPECTIVA TEÓRICA DE BOURDIEU**

VITÓRIA (ES)

2017

ALESSANDRO GONÇALVES DE ASSIS

**ANUÊNCIA COLETIVA: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
INSTITUCIONAL DO CONSELHO SUPERIOR DO IFES A PARTIR DA
PERSPECTIVA TEÓRICA DE BOURDIEU**

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho.

VITÓRIA (ES)

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-000527/O

A848a Assis, Alessandro Gonçalves de, 1974-
Anuência coletiva : análise do comportamento institucional do Conselho Superior do Ifes a partir da perspectiva teórica de Bourdieu / Alessandro Gonçalves de Assis. – 2017.
123 f. : il.

Orientador: Duarte de Souza Rosa Filho.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 3. Comportamento organizacional. 4. Simbolismo nas organizações. I. Rosa Filho, Duarte de Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

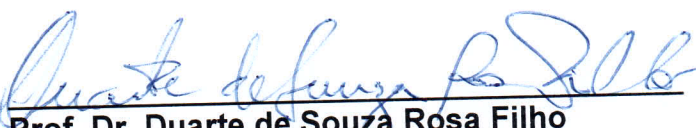
ALESSANDRO GONÇALVES DE ASSIS

**ANUÊNCIA COLETIVA: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
INSTITUCIONAL DO CONSELHO SUPERIOR DO IFES A PARTIR DA
PERSPECTIVA TEÓRICA DE BOURDIEU**

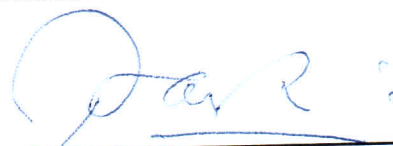
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 14 de novembro de 2017.

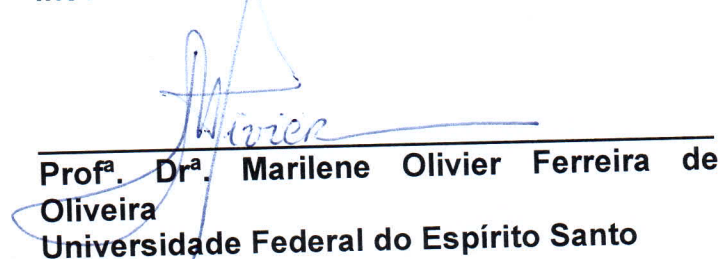
COMISSÃO EXAMINADORA



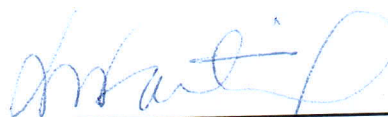
Prof. Dr. Duarte de Souza Rosa Filho
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador



Prof. Dr. Thalm de Paiva Coelho Júnior
Instituto Federal do Espírito Santo



**Profª. Drª. Marilene Olivier Ferreira de
Oliveira**
Universidade Federal do Espírito Santo



Profª. Drª. Letícia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito Santo

*O passado não reconhece o seu lugar;
está sempre presente.*

(Mário Quintana)

*À Helena, recém-chegada, há tempos
amada!!*

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Izabella pela cumplicidade silenciosa e pelo apoio explícito em cada olhar.

Ao meu orientador pela proximidade e aconselhamento nas incertezas científicas, ações que possibilitaram o surgimento de um pesquisador crítico quanto ao seu trabalho.

Aos professores do PPGGP pela paciência, orientação e dedicação ao programa.

Aos colegas de PPGGP pelo compartilhamento de diversas experiências: alegria, companheirismo, decepções, tristeza, etc.

RESUMO

Os institutos federais, criados pela Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, tornaram-se instituições tão complexas quanto as universidades. Para gerir sua estrutura organizacional, foram criados órgãos colegiados que visam garantir a participação da comunidade acadêmica, sendo que destes, o Conselho Superior é o órgão máximo do Instituto Federal do Espírito Santo. Essa pesquisa teve por objetivo compreender, a partir da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, o comportamento institucional do Conselho Superior do Ifes, no mandato de 2014-2016, por meio da ótica de seus membros eleitos, visto que, este conselho, composto por representantes dos segmentos acadêmicos, possui uma particularidade intrigante, ou seja, a aprovação contumaz dos itens de reunião. Para tanto, foi utilizada a história oral como procedimento de coleta de dados em entrevistas cujos textos transcritos passaram pela análise de conteúdo. Os dados revelam que o *habitus* de conselheiro, que permite uma acumulação do capital simbólico valorizado no Conselho Superior do Ifes, contribuiu para um distanciamento entre representantes e representados. O Conselho Superior possui características do campo político, por isso, a impossibilidade de compreender suas ações apenas pela documentação produzida, ou seja, ata e resoluções. Sua organização e regramento concede uma distinção aos dirigentes em função aos demais, os quais possuem o capital institucional, e por meio deste, exercem a violência simbólica aos demais, conservando a hierarquia do campo. Esta dissertação apresenta como produto técnico uma proposta de resolução para organização do processo eleitoral para composição do Conselho Superior do Ifes, em conformidade com a linha de pesquisa gestão de operações no serviço público.

Palavras-chave: Conselho Superior, Bourdieu, *habitus*, capital simbólico, campo político, aprovação usual, consenso, administração pública.

ABSTRACT

The federal institutes, created by Federal Law nº 11.892 of December 29, 2008, have become institutions as complex as universities. To manage its organizational structure, collegiate bodies were created to ensure the participation of the academic community. Of these, the Superior Council is the highest body of the Federal Institute of Espírito Santo. This research aimed to understand, from the theoretical perspective of Pierre Bourdieu, the institutional behavior of the Superior Council of Ifes, in the mandate of 2014-2016, from the perspective of its elected members, since this council, composed of representatives of the academic segments, has an intriguing peculiarity, that is, the recurrent reccorent approval of the meeting items. For that, oral history was used as a procedure for data collection in interviews, whose transcribed texts passed through content analysis. The data show that the *habitus* of counselor, which allows an accumulation of the symbolic capital valued in the Superior Council of the Ifes, contributed to a distance between representatives and represented. The High Council has characteristics of the political field, therefore, the impossibility of understanding its actions only by the produced documentation, that is, minutes and resolutions. Its organization and rule grant a distinction to the leaders in function of the others, who have the institutional capital, and through this, exercise the symbolic violence to the others, conserving the hierarchy of the field. This dissertation presents as technical product the proposals to change the composition and resolution of the organization of the electoral process for composition of the Superior Council of Ifes, in accordance with the line of research management of operations in the public service.

Keywords: Superior Council, Bourdieu, *habitus*, symbolic capital, field, usual approval, consensus, public administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Análise dos itens de reunião	16
Quadro 2 - Estilos de História Oral.....	44
Quadro 3 - Realização e transcrição de entrevistas.....	52
Figura 1 - Estrutura de Análise.....	53
Figura 2 - Habitus e interação de representante e representados	54
Figura 3 - Capital simbólico e relação entre segmentos.....	75
Figura 4 - Características Conselho Superior e relação com campo.....	88
Figura 5 - Ausência de rejeições e influência do campo.....	97

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 CONSELHO SUPERIOR DO IFES.....	13
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	18
1.4 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 CLASSE SOCIAIS E CONFLITO DE INTERESSES.....	20
2.2 <i>HABITUS</i>	24
2.3 PODER E CAPITAL SIMBÓLICO.....	26
2.4 CAMPO.....	29
2.4.1 Campo Científico	33
2.4.2 Campo Burocrático	35
2.4.3 Campo Político	37
3. PERCURSO METODOLÓGICO	41
3.1 HISTÓRIA ORAL.....	42
3.1.1 Memória	45
3.1.2 História Oral e Conselho Superior do Ifes	50
3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	52
3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	54
3.3.1 Estrutura e técnica	56
3.3.2 Procedimentos metodológicos	58
3.4 APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS.....	60
4. ANÁLISE DE DADOS	63
4.1 <i>HABITUS</i> , REPRESENTANTES E REPRESENTADOS.....	64
4.1.1 <i>Habitus</i> no Conselho Superior	64
4.1.2 Representantes e representados	70
4.1.3 Interpretação <i>habitus</i>, representante e representados	74
4.2 INFLUÊNCIA DO CAPITAL SIMBÓLICO.....	74

4.2.1 Relação entre os segmentos	75
4.2.2 Capital Simbólico	79
4.2.3 Interpretação capital simbólico e os conselheiros	88
4.3 CONSELHO SUPERIOR E O CAMPO POLÍTICO	88
4.3.1 O Conselho Superior do Ifes	89
4.3.2 Funcionamento do Conselho Superior	94
4.3.3 Interpretação Conselho Superior e o campo político	96
4.4 AUSÊNCIA DE REJEIÇÃO E INFLUÊNCIA DO CAMPO	96
4.4.1 Ausência de rejeição	97
4.4.2 Rejeição e campo	99
4.4.3 Interpretação ausência de rejeição e influência do campo	102
4.5 ACONTECIMENTO MARCANTE	103
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
6. PRODUTO TÉCNICO	110
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE	122

1. INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior, principalmente as universidades federais, tem sido tema de diversos trabalhos científicos e tal condição é fomentada, em grande parte, pela complexidade e diversidade dos serviços que são prestados e oferecidos à população, os quais possibilitam a criação de ambientes propícios a questionamentos, seja pela viabilidade de críticas a determinado comportamento institucional, seja pela proposta de melhorias em suas atividades, ou até pela constatação prática de uma teoria.

Os institutos federais, criados pela Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, tornaram-se autarquias tão complexas quanto as universidades federais, sendo que em alguns aspectos podem superá-las. Essa complexidade é resultado de três variáveis: a necessidade de verticalização que faz com que ofereçam quase todos os níveis de ensino; maior abrangência territorial em decorrência de uma estrutura multicampi; e, tal qual as universidades, eixo fundamental de funcionamento baseado no tripé de ensino, pesquisa e extensão.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, foi criado em 2008, a partir da união de quatro autarquias federais, isto é, as unidades do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – Cefetes e as Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Itapina e de Santa Teresa, compõe, com outras instituições nacionais de ensino profissional e tecnológico, a Rede Federal de Educação Tecnológica.

Devido à complexidade organizacional de instituições desse tipo, os gestores se utilizam de diversos órgãos colegiados ou conselhos para garantir a participação de membros da comunidade acadêmica, possibilitando assim, a tomada de decisões coletivas subsidiada por uma suposta gestão democrática.

Os conselhos, dependendo da sua composição, apresentam-se como expressão institucional da gestão democrática, destacando-se os conselhos

gestores de políticas públicas que, conforme Brasil (1988), revelam a intenção estatal de introduzir, na administração pública, a gestão democrática e participativa, pela qual as políticas públicas são definidas, conjuntamente, entre a administração e a sociedade.

Os conselhos institucionais se assemelham aos conselhos gestores de políticas públicas tanto em sua composição quanto em seus objetivos, ou seja, enquanto estes, segundo Abramovay (2001) e Gomes (2003), são responsáveis pela implementação e fiscalização das políticas públicas, por analogia, aqueles responsabilizam-se pelas mesmas tarefas no âmbito institucional, uma vez que suas proposições são delimitadas pelas próprias finalidades da instituição.

O Conselho Superior do Ifes é um conselho institucional de grande importância organizacional e social e por isso, será tema desta pesquisa que será subsidiada pelo aparato teórico de Pierre Bourdieu, filósofo francês que se dedicou a investigar as ações e inter-relações entre indivíduos em um determinado espaço social.

1.1 CONSELHO SUPERIOR DO IFES

A estrutura organizacional do Ifes é composta por diversos órgãos colegiados que desempenham funções de avaliação, de planejamento e de assessoramento às decisões institucionais. Dentre eles, o Conselho Superior se destaca por ser o principal órgão consultivo e deliberativo, encarregando-se pela homologação e implementação de ações que visam a consecução dos objetivos institucionais, bem como a execução da política educacional brasileira no âmbito institucional e regional.

A relevância do Conselho Superior é formalizada e destacada em seu Regimento Interno, cujo artigo 1º o qualifica como órgão máximo, enfatizando sua finalidade de “colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo com informações da comunidade e zelar pela correta execução de sua política educacional” (CONSELHO SUPERIOR, 2010).

Em teoria, a composição do Conselho Superior exprime a intenção do

legislador em implementar a gestão democrática, assegurando “a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica” (BRASIL, 2008), garantindo, desta forma, a participação

dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. (BRASIL, 2008, Lei nº 11.892).

A Lei garante a representação paritária dos membros da comunidade acadêmica, composta, de acordo com o estatuto do Ifes, “[...] pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo” (BRASIL, 2010, Estatuto Ifes). Já Resolução CS nº 23/2010 define que o quantitativo de representantes, considerando apenas os titulares, seja de 29 membros discriminados em: reitor, cinco docentes, cinco discentes, cinco técnico-administrativo, cinco diretores-gerais, dois representantes de alunos egressos e seis representantes da sociedade civil. Para cada titular, à exceção do presidente, há um suplente para substituí-lo em seus impedimentos e ou ausências.

Pacheco (2000, p.9) afirma que, por meio da ação dos “Conselhos Superiores, órgãos coletivos autônomos e expressão legítima da comunidade em seu conjunto [...]”, pretende-se estabelecer uma contínua aproximação com a sociedade, pois esses órgãos “[...] devem se constituir como definidores da identidade de cada unidade e gestores da integração desta com a sociedade.”

Em valor equivalente, estima-se o comprometimento e compromisso dos conselheiros para com três instâncias: a instituição, os segmentos que representam a comunidade acadêmica e a sociedade externa. Esta responsabilidade é atestada pelos órgãos de controle, pois cabe aos conselheiros, conforme inciso V do artigo 7º do Regimento Interno, “apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros” (CONSELHO SUPERIOR, 2010).

Neste universo institucional, o Conselho Superior é, legal e formalmente, o responsável pelas principais decisões administrativas, validadas pela representação democrática dos segmentos que representam a comunidade acadêmica. No entanto,

apesar das distinções que caracterizam os segmentos acadêmicos e as representações sociais que compõem o Conselho Superior, a prática consensual é uma predileção institucional, conforme versa o artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Superior:

Todas as matérias levadas à deliberação do Conselho serão decididas, preferencialmente, por consenso. Parágrafo único. Não havendo consenso, as matérias serão submetidas a votação. (CONSELHO SUPERIOR, 2010, Resolução 23/2010)

Essa orientação, embora regimentalmente expressa, dar-se-ia inócua, uma vez que o consenso não deveria ser característica ordinária de um conselho composto por segmentos com interesses divergentes e distintos. Contudo, a unanimidade é fato recorrente, conforme pode ser verificado nas ações, registradas em ata, do Conselho Superior do Ifes durante o mandato de 2014-2016.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O Conselho Superior é sinônimo de poder, tema recorrente nas pesquisas sociais e também da área de gestão, sendo que, no âmbito organizacional, esse assunto tem proporcionado embates entre as correntes funcionalistas e críticas desde o século XIX. Nesse contexto, o poder do Conselho Superior emana de suas ações que impactam diretamente os segmentos da comunidade acadêmica e que, formalizadas em resoluções, regulamentam o conviver institucional, e também, por se constituir em órgão executor de política pública, responsável pela gestão de recursos públicos.

Apesar de sua relevância institucional, nas reuniões realizadas durante o mandato 2014-2016, não houve rejeição às matérias apresentadas e, também, verificou-se um consenso recorrente entre os membros. Tal prática causa estranheza visto que os segmentos que compõem a comunidade acadêmica do Ifes, responsáveis pela eleição dos conselheiros, competem entre si por prestígio e influência no âmbito organizacional. Desta forma, a anuência e o consenso não refletem, aparentemente, as demandas e muito menos o posicionamento dos segmentos acadêmicos acerca das questões institucionais.

A constatação acima e o subsídio teórico de Bourdieu possibilitou a elaboração desta pesquisa. Por vezes, chamada de filosofia da ação, ou disposicional (BOURDIEU, 1996), a teoria é composta por diversos conceitos, dentre eles: campo, habitus, capital simbólico, etc., que se relacionam para explicar o funcionamento e os propósitos das ações, *habitus*; praticadas por agentes sociais em um determinado espaço social, campo; com o intuito de angariar reconhecimento, capital simbólico.

A ausência de reprovação, por parte dos conselheiros, às matérias colocadas sob análise do Conselho Superior, conforme pode ser verificado no Quadro 1, apresenta o panorama decisório dos itens analisados neste órgão colegiado durante o mandato 2014-2016.

Quadro 1 - Itens de reunião mandato 2014-2016

Reunião	Itens de Pauta	Itens inseridos reunião	Total de itens	Itens aprovados unanimidade	Itens alterados e aprovados	Itens reprovados	Itens retirados de pauta
33ª Reunião Ordinária 23/05/2014	8	3	11	11	0	0	0
34ª Reunião Ordinária 27/06/2014	8	3	11	11	0	0	0
35ª Reunião Ordinária 1/08/2014	8	0	8	7	1	0	0
36ª Reunião Ordinária 6/10/2014	11	0	11	9	1	0	1
Reunião Extraordinária 17/10/2014	2	0	2	1	1	0	0
Reunião Extraordinária 7/11/2014	8	0	8	8	0	0	0
37ª Reunião Ordinária 15/12/2014	15	1	16	13	2	0	1
38ª Reunião Ordinária 2/03/2015	8	0	8	6	0	0	2
Reunião Extraordinária 23/03/2015	2	2	4	2	1	0	1
39ª Reunião Ordinária 4/05/2015	11	1	12	10	1	0	1
Reunião Extraordinária 19/06/2015	12	0	12	10	1	0	1
40ª Reunião Ordinária 14/08/2015	11	0	11	9	1	0	1
41ª Reunião Ordinária 5/10/2015	7	0	7	4	1	0	2
42ª Reunião Ordinária 9/11/2015	14	0	14	9	1	0	4
Reunião Extraordinária 18/12/2015	21	0	21	18	1	0	2
43ª Reunião Ordinária 14/03/2016	11	2	13	10	0	0	3
Reunião Extraordinária 25/04/2016	5	2	7	7	0	0	0
44ª Reunião Ordinária 8/07/2016	3	1	4	3	0	0	1
Total	165	15	180	148	12	0	20

Fonte: Atas de reunião do Conselho Superior, período 2014-2016

Neste período, foram analisados 180 itens, sendo que destes, 148 foram aprovados por unanimidade. Dos restantes, houve alteração e consequente aprovação em 12 itens, ou seja, 6,67%. Pode-se verificar também que 20 itens foram retirados de pauta, o que corresponde a 11,10% do total. No entanto, após correções e ou adequações, esses itens foram analisados e aprovados em reuniões posteriores, resultando assim, em um índice de 100% de aprovação, sendo que em 88,90% dos casos houve aprovação na primeira reunião em que foram analisados.

O consenso e convergência verificadas no Quadro 1, apesar de coadunarem com a intenção estatutária, não encontram respaldo nas relações acadêmicas, visto que os segmentos apresentam-se em condições distintas, sendo nítido o prestígio docente diante dos demais. Para exemplificar essa constatação, verificou-se que a maioria dos cargos de gestão são ocupados por docentes, ou seja, em apenas três dos 22 *campi* dos Ifes, a direção-geral é ocupada por técnico-administrativos, e apenas um dos quatro pró-reitores é técnico-administrativo. Por consequência, espera-se uma relação, se não conflituosa, pouco harmoniosa, no entanto, comportamentos dessa natureza não parecem ser a regra no Conselho Superior do Ifes, onde as decisões são, em grande parte, aprovadas por unanimidade.

Essa condição, verificada nas atas de reuniões do Conselho Superior do Ifes, assemelha-se à síndrome de unanimidade descrita por Canan (2004), que ao constatar unanimidade em 90% dos julgamentos dos órgãos colegiados dos tribunais, questiona a função e efetividade dos embargos infringentes, e verificada nas atas de reuniões do Conselho Superior do Ifes.

As atas atestam o desconforto científico, pois, aparentemente, a unanimidade, além de não refletir os conflitos da própria instituição tampouco converge para o comportamento de outros conselhos. Neles há conflitos, há disputas, conforme se observa em Ribeiro (1997), que examina o conflito de interesses entre os grupos participantes dos colegiados do Sistema Único de Saúde e, em Batista (2015), que analisa os embates e disputas no Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante o período de avaliação do Programa de Ações Afirmativas implantado nesta universidade, em 2008.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender, à luz da perspectiva teórica de Bourdieu, o funcionamento do Conselho Superior do Ifes por meio das ações dos conselheiros eleitos, e analisar como estes interagem com os segmentos que representam.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar o *habitus* dos conselheiros eleitos e analisar sua interferência nas interações entre representante e representados.
- Identificar o capital simbólico valorizado no Conselho Superior e analisar sua influência na relação entre os membros do Conselho Superior.
- Elucidar as razões pelas quais houve ausência de rejeição às matérias apreciadas no Conselho Superior e expor a influência do campo.
- Identificar as características do Conselho Superior, relacionando-o com as definições de campo propostas por Bourdieu.
- Propor ações que minimizem um possível desequilíbrio de capital simbólico entre os segmentos acadêmicos.

1.4 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO

Compreender o funcionamento do Conselho Superior do Ifes é oportunidade de verificar se o tratamento dado aos conselheiros, no âmbito do órgão, reflete a mesma hierarquia e prestígio institucional que são atribuídos aos segmentos da comunidade acadêmica. Além disso, analisar a ação desse conselho na implementação e fiscalização das diretrizes institucionais, a partir da perspectiva de

seus membros, pode se constituir como instrumento de avaliação de seus atos colegiados.

O estudo pode possibilitar maior conhecimento sobre o Conselho Superior a partir das opiniões de seus membros, proporcionando ciência de seus problemas e promovendo discussões e melhorias a partir de uma base de dados. Assim, retroalimentar o Conselho Superior do Ifes com informações de antigos conselheiros pode ajudar a torná-lo mais efetivo, permitindo intensificar suas qualidades e aprimorar aspectos frágeis.

Se por um lado, a escolha do Conselho Superior como tema de pesquisa e dos representantes técnico-administrativos, docentes e alunos como amostra, deve-se à expectativa de, ao analisar as perspectivas daqueles que são parte da comunidade acadêmica, expor também a responsabilidade entre representados e representantes. Por outro, ignorar os membros indicados pelas entidades externas baseia-se no fato de estes membros, por não ocuparem posições nos grupos sociais da comunidade acadêmica, estão imunes aos conflitos institucionais. E por coerência, restringiu-se também a participação dos diretores-gerais que, mesmo sendo membros da comunidade acadêmica, ou seja, professores e ou técnico-administrativos, estão ligados à gestão pelos cargos que ocupam.

Evidentemente que tal delimitação, não elimina ou diminui a responsabilidade e importância dos demais membros, ou seja, diretores-gerais, reitor e representantes das entidades externas. Pretende-se apenas alinhar a pesquisa aos estudos atuais que apontam para uma transformação na relação e, conseqüente, aproximação e responsabilização de representantes e representados, destacando-se Przeworski, Stokes e Manin (1999); Novaro (2000); Miguel (2003).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A perspectiva teórica de Bourdieu permite analisar tanto a interação social entre indivíduos quanto a relação de poder e hierarquia estabelecida pelos grupos sociais, possibilitando, desta forma, compreender o funcionamento do Conselho Superior do Ifes. A teoria é composta por conceitos, que relacionam-se entre si, como *habitus*, capital simbólico, poder simbólico e campo, sendo que este se apresenta como o espaço social que permite a efetivação dos demais.

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1984, p.114).

Há diversos tipos de campos e, aparentemente, o Conselho Superior está sob a influência dos campos científico, burocrático e político. Por ser um órgão de uma instituição pública, conseqüentemente, está inserido no campo burocrático. Além disso, o Ifes tem a influência do campo científico por causa da verticalização do ensino, com ofertas de cursos de graduação, mestrado e doutorado, demandando maiores ações em pesquisa e também dependência dos valores e hierarquias do campo científico. Deve-se considerar sua composição e atuação, e desta forma, o Conselho Superior se assemelha a um campo político cujas particularidades o diferem de qualquer outro campo.

2.1 CLASSE SOCIAIS E CONFLITO DE INTERESSES

Pierre Bourdieu não se limitou a uma área específica da ciência, expandiu sua atuação de pesquisador e questionador da sociedade a campos pouco comuns nos dias atuais, produzindo, conseqüentemente, uma quantidade enorme de estudos em diferentes áreas do conhecimento. Neste momento, interessa-nos ações cujo direcionamento foi dado à prática social, tema que expõe “a problemática teórica dos escritos de Bourdieu [a qual] repousa essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 8).

A diferenciação e separação da sociedade é recorrente nos estudos de sociologia (Durkheim, Weber, Marx), e tal distinção se justifica, basicamente, na necessidade de estabelecer fronteiras de ação entre indivíduos socialmente distintos. No entanto, apesar da aparente praticidade metodológica, para Bourdieu (1996, p.27), não existem classes sociais.

O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que trata de fazer.

Consoante com sua perspectiva teórica, a classe social não é uma parte da sociedade cujos limites são objetivamente definidos e construídos, mas sim, uma manifestação simbólica cujas fronteiras se definem a partir da relação de seus agentes no espaço social, sendo este um

conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento (BOURDIEU, 1996, p.18).

O espaço social é construído de forma que os “agentes ou grupos são distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação” (BOURDIEU, 1996 p.19), ou seja, o capital econômico e o capital cultural. Assim, a organização e hierarquia social é definida a partir da aproximação e distanciamento desses princípios; dos quais, o capital econômico, a título de valorização social, tem maior reconhecimento que o capital cultural.

A partir das conceitualizações expostas, permite-se definir o Instituto Federal de Educação do Espírito Santo como espaço social, cujas fronteiras, apesar da delimitação física, expandem a estrutura do órgão, uma vez que seus servidores e alunos, não raro, utilizam-se de sua identificação institucional como distinção social. E tal qual qualquer espaço social, o Ifes é composto por segmentos sociais que, apesar de institucionalmente definidos, ou seja, alunos, professores e técnico-administrativos, são também diferenciados por princípios, no caso, o capital econômico e capital científico, sendo que, “[...] os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam dessas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam delas” (BOURDIEU, 1996, p. 19).

Neste contexto, tal qual uma sociedade que se organiza por distinções de capital e de classes, os segmentos que compõem a comunidade acadêmica se distinguem entre si, reproduzindo, institucionalmente, os sistemas de classificação social e ficando assim, hierarquicamente, distribuídos: em primeiro lugar, os professores que detém maior capital científico e econômico; depois, os técnico-administrativos, que ostentam capital científico e econômico inferior aos docentes; e, finalmente, os alunos, iniciantes no espaço social, e detentores escassos recursos desses capitais.

Na medida em que os sistemas de classificação são engendrados pelas condições sociais e que a estrutura objetiva de distribuição dos bens materiais e simbólicos se dá de forma desigual, toda escolha tende a reproduzir as relações de dominação. A luta de classes pode, desta forma, ser “lida” através do estilo de vida das diferentes classes ou grupos sociais (ORTIZ, 1983, p.17).

Essas distinções ou condições desiguais estimulam lutas de classe que se materializam em conflitos de interesses, isto é, indivíduos pertencentes a segmentos distintos, que ostentam capitais e prestígios institucionais desiguais, tendem a manter a hierarquia institucional, no caso dos privilegiados, ou tentam subvertê-la, no caso dos desfavorecidos, visando uma redistribuição de capital.

Thompson (1993, p. 574) define conflito de interesses como “um conjunto de condições que fazem com que o julgamento profissional relativo a um interesse primário, tende a ser afetado impropriamente por um interesse secundário”. Nesse caso, ao se eliminar a posição hierárquica, enfatiza-se o choque entre uma responsabilidade ou vontade inicial ser afetada ou prejudicada por uma situação futura que não era esperada ou planejada. Assim,

conflito de interesses é aquela em que alguém tendo um interesse pessoal ou privado em determinada matéria influencie, ou tente, influenciar o desempenho de outrem, de forma que este actue e seja parcial, atingindo assim o objectivo que pretende (TEIXEIRA; FREIRE, 2009, p. 7).

O conflito pressupõe divergência entre interesses de dois ou mais grupos ou indivíduos, por meio de choque ou luta. Nesta pesquisa, o conflito de interesses estará relacionado à atuação de grupos distintos, possibilitando avaliar se as divergências afetam a posição de seus representantes no Conselho Superior, e

também elucidar as razões da ausência de rejeição aos materiais analisados, que podem beneficiar um segmento em detrimento de outros.

Destaca-se que o conceito de *habitus* será preponderante para o entendimento do conflito de interesses, visto que, procurar-se-á responder se o fato de possuir o *habitus* de conselheiro, ou seja, um modo de agir específico, faz com que possíveis interesses de classe ou segmentos sejam ignorados em prol da acumulação de capital simbólico dentro do órgão colegiado; resultando assim, em uma frágil conscientização de responsabilidade e interação entre representante e representado.

Bourdieu define que o interesse de um agente social em se submeter às regras de um determinado campo, ou seja, a disposição ou a simpatia em participar da competição é, de certa forma, estar convencido de que essa prática trará dividendos simbólicos suficientes para compensar a submissão às regras impostas. Tal condição é caracterizada por uma *illusio* que significa “[...] estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar” (1996, p.139).

O interesse é a própria motivação em participar do jogo, e por isso, deveria ser condição *sine qua non* para qualquer jogador. No entanto, o interesse pode estar camuflado em um falso desinteresse, pois “existem condutas desinteressadas, cujo princípio não é o cálculo do desinteresse, a intenção calculada de superar o cálculo ou de mostrar que se é capaz de superá-lo” (BOURDIEU, 1996, p.151).

O campo é um local de disputas e de concorrência de interesses e por isso, qualquer ato de um agente social é calculado para auferir-lhe um prêmio. Desta forma, um ato de possível desinteresse é conduta justificada apenas se houver uma compensação para a ação desinteressada, pois

se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado (BOURDIEU, 1996 p. 153).

Nesse contexto, a passividade ou o ato consensual do Conselho Superior pode ser considerado uma ação desinteressada que é retribuída pelo capital simbólico de

pertencimento ao jogo, uma vez que “[...] é universal nas práticas sociais reconhecer como valiosas as condutas baseadas na submissão, ainda que aparente, ao universal” (BOURDIEU, 1996, p.153).

Se por um lado, o desinteresse se apresenta como estratégia de ação que propicia o maior acúmulo de capital simbólico; por outro, demonstra, a partir da perspectiva do conflito de interesses, um posicionamento contrário às propensões dos segmentos acadêmicos dos quais os conselheiros são representantes.

2.2 HABITUS

Em um primeiro momento, com o intuito de exemplificar o conceito, Bourdieu utiliza-se do *habitus* de um filólogo para demonstrar sua aplicação. Essa técnica é muito comum nos textos do sociólogo francês, nos quais a teoria é comprovada por meio de uma exposição prática.

Um *habitus* de filólogo é ao mesmo tempo um "ofício", um capital de técnicas, de referências, um conjunto de "crenças", como a propensão a dar tanta importância às notas quanto ao texto, propriedades que se atêm à história (nacional e internacional) da disciplina, à sua posição (intermediária) na hierarquia das disciplinas (BOURDIEU, 1983, p.90).

Em termos gerais, o *habitus* seria uma propensão a realizar ou reconhecer uma ação a partir da aceitação em um determinado espaço ou grupo social, possibilitando, a partir de seu mapeamento, identificar práticas que se distanciam ou se aproximam dos interesses de um determinado campo social.

Bourdieu (1983, p.90), didaticamente, apresenta as características de um *habitus* específico a partir de sua própria funcionalidade por meio de um exemplo real, concluindo que o *habitus* é “[...] ao mesmo tempo a condição de funcionamento do campo e o produto deste funcionamento”, podendo ser compreendido, simultaneamente, por uma premissa de participação no jogo e o objetivo de se entrar no jogo.

Assim, *habitus* é uma predisposição que impulsiona um indivíduo a agir ou se posicionar a respeito de determinada condição ou situação social. Tal tendência que,

normalmente, é percebida como um ato natural, na verdade, é o resultado de estruturas sociais incorporadas nos indivíduos a partir de suas experiências, isto é, práticas sociais (Bourdieu, 1989). Essa condição permite que um indivíduo, tendo adquirido um determinado *habitus*, de maneira inconsciente, possa legitimar suas escolhas, ações, intenções e gostos, em um determinado espaço social.

A percepção estruturante da sociedade por parte de Bourdieu torna o conceito de *habitus* um exemplo incontestável de seu pensamento, uma vez que é definido pela relação entre sociedade e indivíduo, a partir da influência das estruturas sociais que são exercidas e incorporadas a ele.

No entanto, a constituição de um *habitus* nem sempre é um processo prazeroso, pois, necessariamente, sua constituição é precedida pela manifestação de um poder simbólico que “[...] só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). E sua acumulação é fruto da experiência social de um indivíduo: primeiramente na família, reproduzindo na criança, as condições de sua classe social; e depois nas outras estruturas sociais, tais como igreja, escola, dentre outros. E por seu caráter acumulativo e adaptável às condições sociais, verifica-se que o *habitus* não é imutável, podendo ser alterado a partir das experiências e interesses do indivíduo.

Para se adequar às práticas valorizadas em um determinado campo social, um indivíduo que almeja lucro social, ou seja, à acumulação de um capital simbólico que lhe garanta prestígio, e conseqüentemente, autorize o uso do poder simbólico em um campo social, utiliza-se do *habitus*, pois o

habitus, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (BOURDIEU, 1983, p.95).

A partir da aquisição do *habitus*, o jogador é habilitado a participar do jogo social em um campo, podendo assim, auferir para si os lucros, isto é, capital simbólico, que lhe confere maior prestígio entre seus pares.

[...] basta deixar o *habitus* funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas (o que em todo campo constitui a própria definição da excelência, sem que as pessoas tenham absolutamente consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem a maximização do lucro (específico). Eles têm assim, o lucro suplementar de se verem e serem vistos como perfeitamente desinteressados (BOURDIEU, 1983, p.96).

Segundo Bourdieu (1983), o *habitus*, quando internalizado pelo agente social, tem a função de obedecer ou satisfazer as exigências do campo, ou seja, o *habitus* é a propensão e a disposição ao jogo, bem como o reconhecimento e adequação às regras do jogo. Tal perspectiva é naturalizada quando o comportamento do indivíduo é instintivo, ou seja, inconsciente, quando o jogador não precisa recorrer conscientemente às regras do jogo para realizar o próximo movimento, ação que é reconhecida e valorizada pelos demais agentes do campo.

2.3 PODER E CAPITAL SIMBÓLICO

O poder é tema recorrente nos estudos da relação humana, pois a influência e a capacidade que um ser humano tem de impor sua vontade sobre outro é matéria que desperta interesses diversos. A imposição e a submissão são as principais formas de manifestação do poder e, desde os primeiros estudos modernos, iniciados com Weber e Marx, a partir da relação entre empregado e empregador, tal característica fica evidenciada, uma vez que, poder é “[...] a habilidade de fazer os outros fazerem o que você quer que seja feito, se necessário contra a própria vontade deles”(WEBER, 1978 apud HARDY; CLEGG, 2001, p. 261), ou então, uma maneira de “[...] fazê-los fazer alguma coisa que eles não fariam em outra situação” (DAHL, 1957 apud HARDY; CLEGG, 2001, p. 261).

Tais condições, de uma forma ou de outra, refletiam uma luta de classes sociais e criaram um embate nos estudos de poder organizacional, dividindo os teóricos em dois grupos. Os funcionalistas, que consideravam que qualquer manifestação contrária ao poder hierárquico era fruto de um poder ilegítimo, disfuncional e com foco no interesse próprio. E os críticos, que consideram o exercício desse poder hierárquico uma estratégia de dominação e ou de criação de consensos (HARDY; CLEGG, 2001).

Para Bourdieu (1997) o poder é simbólico, ou seja, é exercido por meio de símbolos e de manifestações reconhecidas e valorizadas pelos participantes de um determinado espaço social, não se constituindo como conceito único ou isolado que permite a análise de um determinado fenômeno social, a partir de um olhar estruturado pelo próprio conceito.

O poder simbólico é “[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)[...]” (BOURDIEU, 1989, pág. 9) por meio de símbolos que

[...] são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1989, p. 9-10).

Diferentemente de outras formas de manifestação de poder, por exemplo, o poder hierárquico, cujo exercício está relacionado a designação para um cargo organizacional; o poder simbólico tem uma produção mais ampla, seu exercício não é dependente apenas de uma posição social de destaque, mas também, da manipulação de recursos simbólicos que efetivamente proporcionam a comunicação e a interação social. Não é um poder meramente organizacional ou institucional, mas sim, social.

O poder simbólico se manifesta por meio da violência simbólica que é, simplesmente, o exercício desse poder. A violência simbólica impõe estruturas aos indivíduos que dão legitimidade ao poder ou prestígio de uma classe dominante, constituindo, desta forma, o *habitus* de um indivíduo. Estruturas como língua, culturas, discurso, são instrumentos utilizados pelas classes dominantes para garantir seu poder e prestígio social e que são transmitidos de forma natural e desinteressada por meio de ideologias que

[...] servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e

para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989: p. 10).

Os agentes sociais que se dispõem a se aventurar no jogo de um determinado campo social têm por objetivo não somente a incorporação de seu *habitus*, mas e, principalmente, também, alcançar o capital valorizado naquele campo. As ações dos agentes sociais, a partir de seu *habitus*, visam adquirir esse capital, caracterizado como capital simbólico, cujo acúmulo proporciona maior prestígio no campo social.

Apesar de frequentemente associado ao capital econômico, o capital simbólico pode ter resultados financeiros, mas não somente isso, uma vez que ele não se resume à representação social de um aporte monetário. Bourdieu (1996, p.108) classifica o capital simbólico como uma propriedade que é “[...] percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor.”

Por se apresentar de diversas formas, tais como: capital social, que se refere a rede de contatos em uma sociedade; capital cultural, que se refere tanto a inserção em uma cultura quanto aos conhecimentos culturais; capital econômico que se refere à disponibilidade de valores econômicos, dentre outros,

o capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2003, p. 145).

O capital simbólico permite que agentes sociais de um determinado campo sejam identificados por sua importância em relação a seus pares, ou seja, a partir de seu acúmulo obtêm-se o devido reconhecimento, isto é, a condição de conhecedor e bom jogador daquele campo. Desta forma, é possível concluir que, o grau de autonomia de um agente social em relação a um campo, depende da quantidade e da diversidade de capitais simbólicos que possui, pois

o capital simbólico é um bem pessoal, subjetivo, mas só existe pelo reconhecimento que o outro dá a ele, pelo valor social que ele tem, seja ele institucionalizado ou não. É esse capital que “nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido” (BOURDIEU, 1989, p.296).

Bourdieu (1996, p.150) elimina qualquer possibilidade de materialização do capital simbólico, mesmo que, a partir dele, o agente possa ter recompensas materiais, pois o “[...] capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento[...]”, que somente são valorizados e disponíveis em um campo ou espaço social.

2.4 CAMPO

É um dos conceitos centrais da sociologia de Bourdieu e se caracteriza por se constituir como espaço social, sem delimitação física e fixa, onde indivíduos de *habitus* semelhantes se interagem, reconhecem-se e se relacionam em conformidade com regras previamente aceitas e determinadas por todos os participantes. Esses espaços são, simultaneamente, influenciadores das ações dos atores sociais e influenciados por elas, possibilitando que as regras e condutas aceitas não sejam perenes, sendo modificadas de acordo com a conveniência e aceitação de todos.

Segundo Bourdieu (1983, p.89), os campos são “espaços estruturados de posições ou (de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços”, ou seja, os campos se apresentam como espaços dependentes de relações, isto é, definidos pelas posições sociais ocupadas pelos agentes.

Tendo em si tal singularidade na própria constituição, ou seja, a capacidade de ser mutável a partir da intenção/ação de seus atores, pode-se definir que o campo consiste, portanto, em uma estrutura de relações sociais, num espaço socialmente estruturado, cujos limites só podem ser determinados em cada situação, isto é, “microcosmos relativamente autônomos” (BOURDIEU, 2004, p. 18).

Há vários tipos de campo, dentre eles: campo científico, campo político, campo artístico, etc, e em cada um deles, há sua própria lógica interna, visto que o campo somente é entendido e compreendido por aqueles que nele estão inseridos. Por essa condição, os agentes inseridos no campo devem ter o *habitus* necessário

para identificar a lógica própria de funcionamento.

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 1989, p. 179).

Bourdieu (1983) estabelece a existência de duas leis gerais que se aplicam a todos os tipos de campos, independente de suas características. A primeira lei geral determina “que em cada campo se encontrará uma luta” (BOURDIEU, 1983 p.89), ou seja, todos os participantes do jogo têm por objetivo a aquisição de um capital simbólico, e por isso, todos são concorrentes entre si, não podendo ser o campo, por esse preceito, um espaço consensual.

No entanto, a primeira lei, apesar de ser a ação mais comum entre os jogadores de um campo, não é uma determinação imutável, por isso, a segunda lei geral é seu contraponto, ou seja,

todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo: daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos (BOURDIEU, 1983 p.92).

Assim, a primeira lei geral define as ações principais de um campo, isto é, a luta por posições e por capital simbólico. No entanto, o conflito pode ser substituído, por uma conveniência e convergência comportamental, conforme determina a segunda lei geral, que visa proteger os interesses do campo e, conseqüentemente, dos próprios jogadores.

Os campos também possuem propriedades, independente de sua especificidade, e que refletem e reafirmam as leis gerais. A primeira propriedade, ou seja, a luta, é o resultado do próprio funcionamento e traduz o comportamento principal de seus participantes que visam, por meio do conflito, a aquisição e/ou acumulação de capital simbólico.

Bourdieu denomina campo esse espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se define como um locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão (ORTIZ, 1983 p.19).

A segunda propriedade exprime um comportamento antagônico à primeira, sendo impossível existirem simultaneamente. Desta forma, a cumplicidade é uma

postura defensiva dos membros do campo, utilizada, principalmente, quando interesses fundamentais estão ameaçados.

A partir da exposição das leis gerais e das propriedades, percebe-se que o campo não possui um comportamento único, sendo relacional tanto entre seus limites quanto em suas posturas, pois é, simultaneamente, um espaço de disputas e concordâncias que se traduzem em enfrentamentos e defesas das regras de jogo. Tal comportamento é facilmente justificável, uma vez que, se o jogo acabar, acaba para todos.

O conceito de estrutura pode ser aplicado aos campos mas, diferentemente da percepção objetiva de uma construção ou constituição física, a estrutura, para Bourdieu, é relacional, sendo tanto objetiva, como meio estruturante, quanto subjetiva, como ação estruturada.

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias (BOURDIEU, 1983, p.91).

A estrutura não se resume à organização do campo em si, mas também, apresenta-se como objetivo do jogo, visto que sua modificação só é possível, a partir da acumulação de capital permitido pela própria estrutura, por isso, constitui-se como estratégia de acumulação e manutenção de poder simbólico.

Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1983, p.91).

Assim, o campo é estruturado pela distribuição de capital simbólico, a partir das posições sociais ocupadas por seus jogadores, e orienta as estratégias, que podem alterar as próprias estruturas do campo e, conseqüentemente, os objetivos ou prêmios em jogo. Há, como nas demais definições de Bourdieu, um comportamento relacional entre os conceitos, ou seja, a estrutura orienta a estratégia que, por sua vez, altera a estrutura.

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição social

que um agente específico ocupa em seu seio (ORTIZ, 1983, p.21).

Há, basicamente, duas estratégias que, quando utilizadas pelos membros de um determinado campo, visam, respectivamente, a conservação e a subversão do poder simbólico nesse espaço social.

A estratégia dos agentes se orienta portanto, em função da posição que eles detêm no interior do campo, a ação se realizando sempre no sentido da maximização dos lucros (ORTIZ, 1983, p.22).

“Não existe, pois, uma neutralidade das ações, pois toda realização pressupõe necessariamente uma série de interesses (os mais diversos) em jogo” (ORTIZ, 1983, p.22). Segundo Bourdieu (1983) os membros que centralizam o poder com o intuito de manter suas posições sociais, tendem a uma atitude conservadora, simbolizada na defesa da ortodoxia; enquanto aqueles de menor capital simbólico, e conseqüente, menor prestígio no campo, tendem a uma atitude de revolta que se materializa em ações subversivas.

É a heresia, a heterodoxia, enquanto ruptura crítica, freqüentemente ligada à crise, juntamente com a doxa, que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio, impondo-lhes a produção do discurso defensivo da ortodoxia, pensamento "direito" e de direita, visando a restaurar o equivalente da adesão silenciosa da doxa (BOURDIEU, 1983, p.91-92).

As estratégias de ação em um campo tentam manter ou destituir o poder simbólico e as posições sociais ali determinadas. Atitudes subversivas são desempenhadas por aqueles que possuem pouco capital simbólico e que objetivam, a partir da alteração das “leis” vigentes, uma maneira de proporcionar sua ascensão dentro do espaço social. Por outro lado, em defesa de seus próprios interesses e ganhos de capital simbólico, os dominantes, na iminência de uma ruptura crítica, ou seja, mudança da hierarquia do campo, reagem por meio de um discurso defensivo cujo objetivo é restaurar o senso comum dos demais membros do campo.

Diante desse contexto, percebe-se que a hierarquia de um campo é a relação entre as estratégias e a estrutura, estabelecendo a classificação entre os agentes sociais, ou seja, aqueles que, em um determinado momento, serão os dominantes e aqueles que serão os pretendentes. A luta, no interior do campo, estabelece normas e funcionamento e possibilita a constituição de uma hierarquia precária; não no sentido de ausência de poder e influência, mas sim, na constante possibilidade de

alteração, que é, de certa forma, o próprio objetivo do jogo, uma vez que “[...] o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983, p.89).

O funcionamento de um campo pode ser definido pela relação entre todos os conceitos expostos, ou seja, a própria definição de campo, com suas leis gerais, propriedades, estruturas, estratégias, hierarquias, as quais visam organizar posições para o acúmulo de capital simbólico, ao mesmo tempo que, possibilita revoluções que alterem substancialmente todos os parâmetros preestabelecidos, como o próprio funcionamento do campo.

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc (BOURDIEU, 1983, p.90).

2.4.1 Campo Científico

Segundo Bourdieu (1983, p. 122), o campo científico, como qualquer outro campo, se caracteriza por disputas entre seus participantes. No entanto, as posições destes já estão previamente definidas em função de disputas anteriores, ou seja, o capital científico adquirido em outros jogos faz com que o espaço se constitua em um local de “luta concorrencial”. A concorrência entre seus participantes é ponto chave no campo político, e visa sempre “[...] o monopólio da autoridade científica [...]”, o reconhecimento, o prestígio, ou seja, a

[...] capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

O funcionamento do campo científico tem uma forma particular de interesse, ou seja, apresenta “as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos” (BOURDIEU, 1983 P.122). Desta forma, o interesse específico de seus participantes, ou seja, as práticas científicas quando referidas ou citadas por outros campos, apresentam-se como desinteressadas, mas que, quando tais práticas são realizadas no campo científico visam, necessariamente, à aquisição da autoridade

científica. Assim, “o interesse por uma atividade científica tem sempre uma dupla face. O mesmo acontece com as estratégias que tendem a assegurar a satisfação desse interesse.” (BOURDIEU, 1983, p.124)

O campo científico não é organizado em prol de ações puramente científicas, isto é, o interesse científico não é a própria ciência, pois, “[...] os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, dos conflitos políticos” (BOURDIEU, 1983, p.124). Não se pode atribuir esse tipo de objetividade ao campo, uma vez que todos os outros serviços adjacentes, por exemplo, a burocracia, e que são exercidos para a efetivação da ciência ficariam relegados a um plano secundário. Os papéis burocráticos são exercidos pelos próprios homens da ciência, e como jogadores do campo científico, visam, a partir da posição que ocupam, o reconhecimento, o prestígio proporcionado pela autoridade científica.

Além de que, o campo científico é um local de “luta política pela dominação científica” ou seja,

não há "escolha" científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento [...] orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983, p.126).

O reconhecimento que o campo científico direciona aos seus jogadores tem como aspecto fundamental a influência e reconhecimento, isto é, a relevância que o pesquisador/jogador possui na instituição em que está vinculado, uma vez que tal posicionamento é a real aferição de capital simbólico no campo científico, assim,

[...] os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas[...] (BOURDIEU, 1983 p. 123).

Apesar da concorrência entre os agentes sociais, o reconhecimento só é atribuído por seus pares, ou seja, por seus concorrentes, desta forma, o que é valorizado só tem o devido valor se também assim o for pelo outro, “[...] portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” (BOURDIEU, 1983, p.125).

O que garante certa distinção para com os demais campos é o fato de que os

atores concorrentes não podem ignorar os jogadores previamente reconhecidos, pois eles são “obrigados, sob pena de se tornarem ultrapassados e “desqualificados”, a integrar suas aquisições na construção distinta e distintiva que os supera” (BOURDIEU, 1983, p. 127). Nesse caso, a subversão tem uma estratégia de absorção do reconhecimento de outrem, para a partir desse ponto, ter o próprio reconhecimento, destacando que a solução de problemas considerados importantes [por seus pares] trazem um lucro simbólico maior.

O campo científico tal qual os demais campos é estruturado a partir de duas classes ou posições sociais, ou seja, os dominantes que ocupam posições mais altas de distribuição de capital específico; e os dominados/pretendentes, novatos, “que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo.” (BOURDIEU, 1983 p.137)

Os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão “vencer os dominantes em seu próprio jogo” se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema (BOURDIEU, 1983, p.139).

Conforme exposto, pode-se concluir que, no campo científico, os clientes são os próprios concorrentes, uma vez que, quem valia o valor de uma obra nesse campo, são os próprios jogadores (BOURDIEU, 1983).

2.4.2 Campo Burocrático

O campo burocrático, em que está inserido o funcionalismo público nacional, faz uma “referência obrigatória aos valores de neutralidade e de devotamento desinteressado ao bem público que se impõe com força crescente aos funcionários do Estado” (BOURDIEU, 1996, p.122), impondo dentre outras coisas, “a representação oficial do Estado como lugar da universalidade e do serviço do interesse geral”.

Por essa premissa, o campo burocrático se apresenta como qualquer outro campo, como um espaço de lutas interiores, mas que constrói a imagem exterior de altruísmo, ou seja, do total desapego aos ganhos pessoais que o campo pode

render. Essa postura, que Bourdieu denomina universalização, isto é, a “monopolização do universal é resultado de um trabalho de universalização realizado principalmente no interior do próprio campo burocrático.”(1996, p.122)

A universalização exigida pelo campo burocrático demanda que o indivíduo renuncie de seus benefícios próprios, principalmente aqueles econômicos, em prol de ações que visam beneficiar toda a sociedade, ou seja,

o universal é objeto de um reconhecimento universal e o sacrifício dos interesses egoístas (especialmente econômicos) e universalmente reconhecido como legítimo (o julgamento coletivo podendo apenas perceber e aprovar, no esforço da passagem do ponto de vista singular e egoísta do indivíduo ao ponto de vista do grupo (BOURDIEU, 1996, p.123).

Evidentemente que tal característica não se limita apenas ao campo burocrático, uma vez que há um lucro social relevante ao se adotar a universalização como prática, apesar de que, nesse campo específico, exige-se sujeição em prol de um lucro simbólico (BOURDIEU, 1996).

Ao possibilitar o acúmulo de capital simbólico aos que se submetem ao universal, renunciando, conseqüentemente, aos lucros pessoais, o campo burocrático estabelece um *habitus* reconhecido e valorizado. Nessa perspectiva, a passividade ou ação consensual do Conselho Superior, pode ser explicada por uma universalização coletiva do grupo em prol do interesse público, ou nesse caso, da instituição.

No entanto, a equação não é tão simples, ou seja, a universalização, além de auferir lucros simbólicos, também faz com que o serviço se torne um meio de obtenção de capital, pois, segundo Bourdieu (1996, p.124), a administração pública não pode ignorar a "utilização privada do serviço público" e tampouco desprezar

os efeitos da regra que exige que os agentes sacrifiquem seus interesses privados as obrigações inscritas em sua função ("o funcionário deve dedicar-se a sua função") ou, de modo mais realista, aos efeitos do interesse pelo desinteresse e por todas as formas de "hipocrisia piedosa" que a lógica paradoxal do campo burocrático pode estimular.

Considerando a impossibilidade de haver uma prática desinteressada, o interesse pelo desinteresse, ou seja, a valorização do universal em detrimento dos ganhos individuais, faz com que o campo burocrático institua um *habitus* hipócrita de

altruísmo que permite aos seus participantes serem reconhecidos, socialmente, pela universalização e, internamente, serem recompensados por ela.

2.4.3 Campo Político

O Conselho Superior do Ifes é um órgão cujo funcionamento e organização, aparentemente, se assemelha ao do campo político e por isso, não se pode ignorar a atenção que Bourdieu dedicou a esse campo, reservando-lhe um capítulo do livro Poder Simbólico, cujo texto *A representação política Elementos para uma teoria do campo político*, apresenta uma adequação dos conceitos de campo, *habitus* e capital, especificamente ao campo político.

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade dos profanos (BOURDIEU, 1989,185).

Segundo Bourdieu (1989) é necessário que os agentes sociais, no caso, os eleitores, e no caso específico do Conselho Superior, os representados, compreendam os mecanismos de funcionamento do campo político para que possam compreender que a separação entre políticos e eleitores nada mais é do que um poder distribuído de maneira desigual com o intuito de manter esse *status quo*.

Toda a complexidade inerente ao campo político faz com que se acentue a distância entre os politicamente ativos e os politicamente passivos. Essa dificuldade, intencional e institucional, contribui para que os participantes do campo político impeçam a participação de outros agentes, nesse caso, os politicamente passivos, que não detém o capital econômico e cultural necessário para adentrar no campo. Tal conduta é mantida por meio de uma estrutura inflexível, aparentemente difícil de ser alterada, e que expõe a distância entre os interesses políticos e os interesses da população.

A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento (BOURDIEU, 1989, p. 165).

A maneira pela qual o campo político se expressa é tão peculiar ante os demais

campos que o discurso político é imediatamente reconhecido como prática social desse grupo, pois

o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que a moldam e a restringem direta ou indiretamente: nas normas e convenções, assim como as relações, identidades e instituições que se encontram por trás destas. O discurso é uma prática não apenas de representar o mundo, mas de fazê-lo significar, constituindo e construindo o mundo com base em significados (FAIRCLOUGH, 2001, p.64).

A produção no campo político é responsabilidade daqueles que conhecem as regras, as nuances da manifestação pública e do discurso. Segundo Bourdieu (1989), a produção política é controlada por um monopólio, por profissionais que se criaram ao redor da política e dela se alimentam. Essas produções são controladas pelos próprios produtores, profissionais políticos, restando aos consumidores, a falta de escolha que, inevitavelmente, é transformada em uma fidelidade obrigatória. Assim, a população desprovida de competência social para o entendimento e exercício da política, vive à margem do jogo político, apenas validando suas ações.

Bourdieu (1989) considera o mercado político, ou seja, as relações políticas que visam o acúmulo de capital simbólico, um dos campos de menor liberdade, pois padroniza a atuação dos agentes políticos imersos no campo e impossibilita a entrada de novos jogadores. A complexidade do campo político, refletida nas regras veladas, e entendidas somente por aqueles que participam de seu jogo requer um *habitus* particular que

[...] como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política [...]. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo [...] (BOURDIEU, 1989, p.169-170).

Os ritos de passagem são instrumentos que visam garantir que os iniciantes, ou recém-eleitos, possam adquirir o *habitus* do campo político a partir do conhecimento das regras e da própria incorporação das ações, dos discursos e da postura inerente ao jogo, permitindo uma total adequação. Caso contrário, os

iniciantes “[...] poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo” (BOURDIEU, 1989, p.170).

A aceitação dos próprios políticos se dá, não somente pela aprovação de um novo participante no jogo, mas também por uma total percepção do espaço e da intenção política, sendo

o político avisado é o que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais [...] Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos (BOURDIEU, 1989, p.172).

Nesse espaço delimitado e definido, “a vida política só pode ser comparada com um teatro [...]” (BOURDIEU, 1989, p.175), pois a estrutura teatral do campo político possibilita que os políticos atendam aos seus interesses pessoais e ainda deem satisfação aos seus eleitores, mesmo que essa satisfação ou ação política seja incapaz de resolver os anseios e os problemas da sociedade.

Em posição análoga à de Bourdieu, Charaudeau (2006, p. 8) detalha um dos símbolos mais característicos do *habitus* político ao afirmar que:

o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser entendida ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano

O discurso é um elemento muito importante para o campo político, pois se constitui como “[...] complexos de signos e práticas que organizam a existência e reprodução social” (NORTON, 2000, p.14). Assim, o campo político, organiza-se e propaga-se quase que completamente em relação à linguagem. O homem político se aproxima da população por meio de seu discurso e “(...) retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (BOURDIEU, 1989, p. 189).

O capital simbólico no campo político é tão peculiar quanto o seu *habitus*, pois “o homem político deve a sua autoridade específica no campo político — aquilo o que a linguagem nativa chama o seu «peso específico» — à força de mobilização que ele detém” (BOURDIEU, 1989, p.190). Desta forma, o que está em jogo no

campo político é o poder de mobilização de um político, ou seja, um capital pessoal que não deve ser confundido com capital social.

Segundo Bourdieu (1989) o capital pessoal é reconhecido de duas formas, ou seja, notoriedade e popularidade. No primeiro caso, pode ser resultado do conhecimento adquirido por profissões liberais ou por eloquência, cujo acúmulo se dá lentamente. Já o segundo, tem acumulação mais rápida, surge por meio do carisma de um agente ou pelo heroísmo de alguma ação que, na maioria das vezes, é resultado da omissão das instituições públicas.

Assim, o campo político é um espaço social restrito e a participação de novos agentes é muito limitada, visto que os novos jogadores necessitam adquirir o *habitus* político para atuar e ser reconhecido nesse campo. O *habitus* é constituído por diversos saberes, destacando-se, nesse campo, a capacidade discursiva que proporciona o acúmulo de capital simbólico, ou seja, o capital pessoal, de notoriedade ou de popularidade.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia é parte crítica de uma pesquisa. A escolha do método científico é fator determinante para o desenvolvimento da investigação e deve estar, obrigatoriamente, alinhado aos objetivos propostos, possibilitando que eles sejam efetivamente alcançados.

Esse alinhamento não é tarefa simples, pois o pesquisador precisa ter conhecimento amplo do que se pretende pesquisar e também quais meios e ou etapas são necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, quando se pretende compreender o funcionamento de um conselho a partir das ações e interpretações de ex conselheiros eleitos, a história oral apresenta-se como o método científico mais adequado.

A história oral é uma metodologia que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

O mínimo que podemos dizer é que a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta (CAMARGO, 1994, p.78).

O texto das entrevistas de história oral são tomados como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, ou seja, possibilitando uma “interpretação do imaginário” e auxiliando a “análise de representações sociais” (FREITAS, 2006, p. 8).

Pelas características supracitadas, a história oral se adéqua às pretensões desta pesquisa, pois será possível identificar aspectos relevantes da participação dos conselheiros nas reuniões, o posicionamento perante as matérias apresentadas, e a relação destes para com seus representados. Segundo Freitas (2006, p.8) a história oral compreende “o registro de narrativas da experiência humana” e por essa característica auxiliará na compreensão de um evento recorrente no Conselho Superior do Ifes, isto é, a ausência de rejeição às matérias que são colocadas para

sua análise.

3.1 HISTÓRIA ORAL

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 155).

Apesar de Alberti apresentar uma definição didática sobre o que seja História Oral, tal conceito, pacífico e definitivo, desconsidera todos os obstáculos superados por essa metodologia até alcançar o devido reconhecimento científico. Muito já se discutiu, principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, sobre História Oral e ainda hoje, com menos intensidade, não raro a legitimidade da metodologia é questionada quando se comparada ao documento escrito.

Definir o período de surgimento da História Oral é ação imprecisa e dependente da definição que lhe é atribuída. Por exemplo, se for considerada como instrumento de perpetuação e continuidade de uma cultura, principalmente as sociedades ágrafas, a “história oral é tão velha quanto à própria História,” (FREITAS, 2006, p. 12), mas se for considerada apenas como metodologia científica, seu desenvolvimento se dá no século XX (FREITAS, 2006), com a invenção do gravador que possibilitou, a partir de relatos orais de personagens ignorados pela história oficial, a reinterpretação de acontecimentos históricos e ou de uma determinada sociedade e ou grupo social.

Alguns cientistas ampliam sua significação, ultrapassando os limites de uma metodologia científica, e constituindo-a como instrumento de reinserção social e histórica, dentre eles, destaca-se Joutard (2000, p.33), para quem a história oral possibilitou

ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono.

Esta pesquisa não pretende delimitar a abrangência da história oral a partir de definições ou ampliações de significado, pois tais ações não convergem com seu

objetivo científico. Assim, a história oral será compreendida como

[...] método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana (FREITAS, 2002, p.5).

Desta forma, “[...] busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo” (QUEIROZ, 1988, p. 19), os quais permitam compreender, a partir da experiência no Conselho Superior do Ifes, razões, ações e omissões que expliquem um comportamento convergente e consensual entre os conselheiros.

Para Freitas (2006), a história oral pode ser definida em três gêneros que classificam ou particularizam o método científico a partir do objeto e ou intenção de pesquisa, determinando procedimentos e utilização posterior do material: tradição oral, história de vida e história oral temática.

A tradição oral “[...] pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra”. (VANSINA, 1982, p. 157). Por essa particularidade, esse gênero é comumente usado em pesquisas que visam responder questões relativas à historiografia que “[...] é a história de um povo enquanto nação” (FREITAS, 2006, p.35).

Em seu turno, a “história de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, mas do qual a escrita - que define a autobiografia - está ausente” (FREITAS, 2006, p. 8). Desta forma, tendo os relatos e experiência individual como referência, o pesquisador constrói uma trajetória histórico-social de um determinado grupo, ou seja, o relato de vida de um indivíduo é utilizado para responder ou esclarecer tanto aspectos históricos quanto aqueles referentes a uma sociedade.

E finalmente, a história oral temática situa-se entre os gêneros supracitados e se caracteriza por entrevistas coletivas, ou seja, realizadas com um grupo de indivíduos versando sobre um assunto específico.

Essa entrevista – que tem característica de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória

coletiva, por exemplo (FREITAS, 2006, p. 8).

Dentre os gêneros apresentados, a história oral temática apresenta-se como o mais adequado aos propósitos desta pesquisa, visto que, uma de suas principais características é ter como ponto de partida o depoimento de indivíduos que vivenciaram uma determinada experiência em um período específico, ou seja, conselheiros eleitos que participaram do mandato de 2014 a 2016.

Matos e Senna (2011) estruturam a história oral por estilos que se relacionam com a postura e intencionalidade do pesquisador para com o objeto, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2 - Estilos de História Oral

Estilos	Características
Documentalista	Transformação da oralidade em documento formal para a criação e organização de arquivos que servirão de fonte de pesquisa para o historiador contemporâneo.
Difusor populista	Divulgação da história daqueles que foram silenciados pelas fontes oficiais, a partir da construção de amplos acervos.
Reducionista	Não se valoriza a história oral como fonte científica primária, utilizando-a como um complemento, no qual os relatos são considerados fontes secundárias.
Analista completo	Considera-se a fonte oral como primária e não mero apoio.

Fonte: Elaborado a partir de Matos e Senna (2011)

Para fins desta pesquisa, utilizar-se-á o gênero história oral temática e o estilo analista completo, uma vez que, aquele permite a delimitação do tema de pesquisa a partir de depoimentos individuais, e este, valoriza a fonte oral, classificando-a como primária, impulsionando a interpretação do comportamento institucional que subsidia a pesquisa.

Apesar da adequação da metodologia, deve-se observar, em determinados momentos, a possibilidade do uso da oralidade em conjunto com a documentação escrita, tal qual recomendado por Garrido (1993, p. 39-40) para quem é

[...] necessário, pois trabalhar com os dois registros sem que isto signifique que sejam complementares. Há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa permite sequer que sejam colocadas.

Estas considerações são pertinentes, uma vez que a pesquisa se organiza e se desenvolve a partir de um comportamento verificado na documentação escrita, no caso, atas e resoluções. Para se compreender o funcionamento do Conselho Superior do Ifes, recorrer-se-á às experiências de antigos conselheiros, pois

[...] a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrantes das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”[...] (POLLAK, 1989, p.4).

A história oral pode permitir a um ex-conselheiro que, no ambiente formal da reunião, por pertencer a um segmento de pouco prestígio na comunidade acadêmica ou por não ter o devido conhecimento e reconhecimento de seus pares, optou pelo silêncio e pela anuência.

Definitivamente, a história oral é o resgate dos excluídos e derrotados por dar-lhes voz e reconhecimento na própria história. Mas deve-se destacar que, aparentemente, não há impeditivos para que a história oral também propicie a compreensão de situações cotidianas, que não raro são esquecidas, mas que podem tanto ajudar o entendimento de um fato maior, bem como avaliar a repercussão de um ato.

[...] a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

3.1.1 Memória

A história oral é a evocação da memória, desta forma, deve-se ter prudência, pois não se trata apenas de procurar fatos e significados, mas sim, como diz Errante (2000) de um trabalho que pode querer ou não evocar certas recordações.

A memória restabelece o passado (FREITAS, 2006) e por esta razão, ao ser evocada pode trazer incômodos, pois ela é um suporte de lembranças que ultrapassam a individualidade e atingem grupos sociais e que pode fazer com que indivíduos, a partir da percepção de pertencimento ou não, conscientes ou inconscientes, manipulem as lembranças (FREITAS, 2006), silenciando ou

fantasiando acontecimentos.

Segundo Pollak (1989, p.3), a memória passa por um processo de negociação para “conciliar memória coletiva e memórias individuais”, ou seja,

para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos, é preciso que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 1990, p. 12).

Desta forma, durante o processo de lembrar, por mais individual que seja a tarefa, é necessário a existência de pontos comuns entre a individualidade e a memória social de um grupo, ou seja, que haja contatos, que haja singularidade e alinhamento entre as experiências para que ela possa legitimada.

De acordo com Silveira (2011), para se estabelecer uma relação entre memória e história deve-se retornar à civilização grega, que concedeu lugar de destaque a esses conceitos no Parthenon. Pela mitologia grega, a memória é a mãe da história, assim, para se contar um acontecimento, um fato histórico, deve-se, necessariamente, recorrer à memória.

Nos primórdios, a história era essencialmente oral, havendo responsáveis por manter a tradição e repassá-la às futuras gerações. Com a invenção da escrita, a história passou a ser registrada, no entanto, tais textos são apenas registros de memória.

A história oral se utiliza exclusivamente da memória e essa “dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História”. (FENTRESS; WICKHAM, 1992 apud ERRANTE, 2000, p. 142). Essa peculiaridade faz com que existam discussões sobre a legitimidade dessa fonte em comparação a um documento escrito, oficial. As dúvidas se originam no fato de que, a

[...] partir do momento em que a História passou a ser encarada como um campo científico, se distanciou da memória, sendo muitas vezes destruidora dessa (SILVEIRA, 2011 p.36).

Nesse sentido, a memória (JOUTARD, 2000) é tanto a força quanto a fraqueza

da história oral. Por força, está sua capacidade de lembrar, de reinterpretar o passado; por fraqueza, a possibilidade de esquecer e ser questionada como fonte fidedigna perante a história documental.

A discussão entre a produção escrita e a oral, apesar de ter diminuído com o passar dos anos, ainda suscita questionamentos que, invariavelmente, são direcionados à legitimidade da oralidade quanto fonte documental, principalmente pelo suporte da memória como instrumento de coleta de informações.

No Brasil, a maioria dos cientistas sociais ainda vê a fotografia, a caricatura, a carta, o diário, assim como o depoimento oral, como fontes subsidiárias, possuidoras de baixo valor histórico, embora essas fontes sejam frequentemente utilizadas para ilustrar ou comprovar alguma idéia” (FREITAS, 2006, p. 24).

Segundo Gwyn (1992), alguns cientistas utilizam uma hierarquia de dados pela qual se convencionou dar preferências às fontes oficiais e escritas. Assim, diante a indisponibilidade de se recorrer a fontes escritas, deve-se admitir as fontes orais, desde que elas não se distanciem do texto oficial.

Há ainda, autores defendem que a escrita nada mais é que um estágio posterior na oralidade, uma vez que o

[...] relato oral está, pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber [...] a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral (QUEIROZ, 1988, p. 16).

E por fim, aqueles que, como Matos e Senna (2011), acreditam que se pode trabalhar simultaneamente com fontes orais e fontes escritas, uma vez que a

História Oral produz-se uma documentação diferenciada e alternativa à história, realizada exclusivamente com fontes escritas. Entretanto, não defendo o uso exclusivo de fontes orais, por acreditar que a utilização de diversas fontes será mais enriquecedora para a pesquisa. (FREITAS, 2006, p.28)

As críticas sobre o uso da história oral são baseados na crença de que documentos escritos são fontes mais confiáveis. Pollak (1992, p. 208), definitivamente, ignora uma possível hierarquia entre as fontes, afirmando que “[...] a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.” Assim, de parentes consanguíneos em sua

origem grega, a partir do desenvolvimento da civilização e valorização da ciência, a situação se inverteu, a história tornou-se mais importante que a memória.

Assim, alterações em relatos evocados pela memória podem ser considerados manipulações realizadas a partir da vontade do narrador. No entanto, essas variações, que estimulam o debate sobre a validade ou não da memória como fonte científica, tem origem social e não individual.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

Pollak (1992, p. 203) acrescenta que as flutuações da memória ocorrem “[...] em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” Caso haja um sentimento de identidade ou não, por exemplo ao Conselho Superior do Ifes, a memória evocada pode ser positiva ou negativa para a imagem institucional que o entrevistado pretende transmitir. Tal fenômeno pode ocorrer inconscientemente, pois, os

[...] narradores não somente escolhem o que vão lembrar e contar a você; eles também participam negociando o contexto da lembrança [ao mesmo tempo que narradores] também têm idéias específicas sobre o que constitui uma "entrevista" (ERRANTE, 2000, p. 150).

A evocação de experiências passadas sofre influência direta do presente, permitindo-nos inferir que, caso um dos conselheiros tenha cargo de gestão, ou a expectativa de ocupar uma função de reconhecimento institucional no Ifes, essa situação pode influenciar no processo de lembrança, possibilitando a suavização de emoções ou o silenciamento de fatos, da mesma forma que, um desapontamento para com a instituição, pode ser o pavio para uma descrição pejorativa carregada com as desilusões do presente.

A memória é um fenômeno construído [...] os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. A memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização [...] há uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p. 203-204).

Para Le Goff (1990, p. 478), a memória é essencial para a constituição da

identidade tanto individual quanto coletiva, e é por meio dela que cresce a história. Por esta razão, deve-se “[...] trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

Segundo Pollak (1992, p. 201), há dois elementos constitutivos da memória: “os acontecimentos vividos pessoalmente” e “os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. O primeiro é facilmente identificado pela experiência pessoal e este será o tipo de memória a ser evocada na pesquisa sobre o Conselho Superior do Ifes. O segundo diz respeito a uma participação imaginária de um indivíduo em um grupo, com o intuito de criar associação ou experiência.

“Manter a coerência interna e defender aquilo que os grupos mantêm em comum são duas funções essenciais da memória comum” (POLLAK, 1989, p.11). Para explicar essa funcionalidade, Pollak cita Henry Rousso, responsável pela criação do conceito de memória enquadrada, que é usado em substituição à memória coletiva. A diferença entre eles é que a memória coletiva é um fenômeno passivo, ou seja, a memória é afetada pelas experiências vivenciadas ou imaginadas pela convivência com um grupo; enquanto o enquadramento da memória é um fenômeno ativo, pelo qual um grupo intencionalmente cria determinadas recordações.

Bourdieu (1983) também faz considerações sobre o conceito de enquadramento, enfatizando que “o trabalho político é sem dúvida a expressão mais visível” do enquadramento da memória. Nesse contexto, o Conselho Superior, por sua aparente semelhança a um campo político, também pode ser responsável pelo enquadramento da memória, por meio de ações que visam uma uniformidade, e pelas quais se transmite uma imagem de coerência, de união institucional, uma vez que o “(...) trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história” (POLLAK, 1989, p. 11).

Durante o processo de evocação da memória, o pesquisador pode se deparar com situações em que o silêncio, em vez de ser pausa ou esforço de lembrança, seja em si, a própria resposta do narrador. O ato de lembrar, conforme dito

anteriormente, nem sempre é prazeroso, e se em muitos casos, a memória modifica aspectos do passado em função do presente, em outros, ela se aquieta. Nesse cenário,

[...] uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, [...], é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. [...] Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados (POLLAK, 1989, p.13).

Sem a proteção da memória coletiva, “[...] a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões” em que “[...] o silêncio sobre si próprio - diferentemente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente [...]” (POLLAK, 1989, p.14).

3.1.2 História Oral e Conselho Superior do Ifes

O Conselho Superior do Ifes publica dois tipos de documentos: resoluções, que são atos normativos ou informativos, e atas, que são documentos que registram as ações e decisões tomadas em reuniões. Estes são pouco reveladores da ação e ou da omissão de participantes, uma vez que seu registro se dá pela percepção de um secretário, em posição distinta dos demais. Assim, o comportamento do Conselho Superior é publicizado pelas atas, mas não é, por elas, explicado.

Esquinsani (2007) declara que as atas são registro fiel dos fatos, mas suas limitações são nítidas, principalmente, quando elas são o único suporte de registro, isto é, quando não há gravação em áudio e ou vídeo. Nora (1993), por sua vez, dá a esse documento a função de arquivo, e como todo o documento deve ser considerado como uma memória oficial.

Considerando que “um documento [...] [é] um monumento” (LE GOFF, 1990, p.6), deve-se procurar as razões de sua construção, possibilitando o surgimento de uma história alternativa à oficial. Esta história foi revelada por meio do relato das intenções e ações que não foram expostas, por diversos motivos, constituindo-se

como caminho que possibilite compreender o comportamento do Conselho Superior.

Veyne (1995) declara que a história oficial é apenas a ponta de um *iceberg*, e propõe que o historiador, por meio da história oral, faça o inverso, isto é, que procure desvendar a parte encoberta de um acontecimento. Tal posicionamento é corroborado por Queiroz (1988) ao ampliar a ação da história oral na divulgação de fatos ignorados por algum tipo de documentação.

O primeiro aspecto que torna a história oral diferente, portanto, é que ela nos diz menos sobre os eventos do que sobre seus significados. [...] Entrevistas revelam, frequentemente, eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos; elas sempre lançam uma nova luz para áreas inexploradas da vida cotidiana das classes inferiores¹ (PORTELLI, 2009, p. 25).

Em posicionamento semelhante a Veyne (1995) e a Queiroz (1988), Portelli (2009, p. 25) afirma que “fontes orais não revelam apenas o que as pessoas fizeram, mas o que elas queriam fazer, o que elas acreditavam que estavam fazendo, e o que, agora, elas acreditam que tenham feito”². Tal menção coaduna com os propósitos deste trabalho, isto é, acessar fatos, aspectos e motivações desconhecidas.

“Os objetivos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (POLLAK, 1989, p.4). Por esta razão, a pesquisa intenciona inserir seus objetivos na competição entre memórias recorrentes, mesmo que o conflito e ou competição entre elas, esteja atualmente submersos. Desta forma, é necessário emergir a história alternativa, por meio das recordações dos conselheiros para concorrer com a história oficial.

Evidentemente que a pesquisa vislumbra, apesar de não ser seu foco, a possibilidade de atingir e produzir uma significação mais abrangente cuja expectativa supere os objetivos inicialmente propostos, tal fato, além de se apoiar

1 Tradução livre do autor. No original “*The first thing that makes oral history different, therefore, is that it tells us less about events than about their meaning. [...] Interviews often reveal unknown events or unknown aspects of known events; they always cast new light on unexplored areas of the daily life of the non hegemonic classes*” (PORTELLI, 2009, p. 25).

2 Tradução livre do autor. No original “*Oral sources tell us not just what people did, but what they wanted to do, what they believed they were doing, and what they now think they did.*”(PORTELLI, 2009, p. 25)

nas afirmações de Portelli (2009), alinha-se a experiências de historiadores orais, dentre eles, Errante (2000, p.149) que, a partir dos resultados obtidos pela metodologia, revelou que “[...] memórias que pareciam estranhas aos meus objetivos imediatos enriqueciam minha compreensão do contexto [...]”.

Considera-se que os relatos dos conselheiros, além de esclarecer as razões que contribuíram para atitudes coletivas como a ausência de rejeição, também serão os primeiros registros na construção da história do próprio órgão, sem a perspectiva e influência dos registros oficiais, pois, na “[...] verdade tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica” (QUEIROZ, 1988, p. 19).

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

A entrevista é a própria execução da história oral e é por meio dela que o narrador, ao evocar a memória, descreve experiências passadas, fornecendo vestígios e indícios que auxiliarão o pesquisador na solução e ou na compreensão de um determinado problema.

Além de ser instrumento para se compreender problemas, a entrevista pode ser benéfica não apenas para o entrevistador, mas também para os entrevistados, visto que

[...] as memórias são fragmentadas, e que nós as reconstruímos enquanto falamos. A entrevista ajuda as pessoas a recuperar seus traumas, leva a uma melhor compreensão de si e de seu passado (FREITAS, 2006, p. 47).

A entrevista se constitui por elementos prévios e posteriores: pesquisa, roteiro, local e tempo de entrevista, entrevistador, transcrição e análise dos dados.

Segundo Freitas (2006) é fundamental a realização de uma pesquisa prévia à entrevista, a qual proporcionará maior familiaridade ao tema e, conseqüentemente, maior proximidade com o entrevistado. No caso específico do Conselho Superior, o pesquisador é o atual secretário-executivo, tendo participado de quase todas as

reuniões realizadas no período do mandato de 2014-2016, garantindo-lhe, desta forma, um conhecimento privilegiado do funcionamento do órgão e também dos seus membros.

Já o roteiro objetiva conduzir a entrevista, possibilitando que a narrativa forneça as respostas e ou compreensão de um determinado fenômeno. O roteiro, constante no Apêndice e previamente elaborado, pretende garantir um tratamento isonômico para com os entrevistados e possibilitar que os objetivos de pesquisa sejam rigorosamente observados durante o procedimento.

Matos e Senna (2011) destacam a importância do local onde será realizada a entrevista como fator chave para seu sucesso. O ambiente deve ser silencioso para não interferir na gravação e também para deixar o entrevistado à vontade. Assim, permitir que o entrevistado escolha o local de sua preferência é ato de respeito e elegância por parte do entrevistador.

Freitas (2006) adverte para possíveis problemas na duração de entrevistas, uma vez que elas devem respeitar as maneiras pelas quais o entrevistado se expressa e, em hipótese alguma deixá-lo exausto, sugerindo duas horas como limite.

Desta forma, essa pesquisa será realizada considerando a disponibilidade dos entrevistados. A data, o local e o horário serão determinados exclusivamente pelos entrevistados, não havendo interferência do entrevistador, salvo se o entrevistado pedir alguma sugestão.

O pesquisador deve ser um bom e paciente ouvinte e estar ciente de que “[...] embora o pesquisador sub-repticiamente dirija o colóquio, quem decide o que vai relatar é o narrador, diante do qual o pesquisador deve se conservar tanto quanto possível, silencioso [...]” (QUEIROZ, 1988, p. 21). Essa recomendação também é ratificada por Freitas (2006), que acrescenta a necessidade do entrevistador não interromper o narrador no relato de uma situação que aparentemente se distancia do roteiro e também não demonstrar desprezo ou desinteresse pelo relato.

No entanto, estas posturas não são garantias ou sinônimos de imparcialidade, visto que o

entrevistador não é passivo e nem neutro, na medida em que, por suas perguntas, ele não é um ouvinte passivo, ele participa e dirige o processo da entrevista, prepara o roteiro, seleciona as perguntas, introduz questões e temas a serem abordados pelo entrevistado. O documento final é o resultado de um diálogo entre pesquisador e pesquisado. (FREITAS, 2006, p. 50)

A possibilidade de dar voz a alguns participantes de um determinado evento ou de uma determinada vivência não exclui a responsabilidade e influência do entrevistador. Mesmo que sua influência na entrevista seja mínima, a opção por algumas vozes em detrimento de outras, expõe o posicionamento deste perante o que se pretende descobrir ou revelar.

A voz da narrativa da história oral não somente emerge da relação entre história e biografia, o pessoal e o coletivo do narrador, mas também dentro e entre narrador e historiador (ERRANTE, 2000, P. 167).

Matos e Senna (2011, p. 104-105) apontam algumas regras que devem ser observados pelo pesquisador na fase de transcrição e que o auxiliam, posteriormente, na análise de dados, são elas:

A transcrição deve ser feita pelo próprio entrevistador, o quanto antes;
 As passagens pouco audíveis devem ser colocadas entre colchetes;
 As dúvidas, os silêncios, assinaladas por reticências;
 As pessoas citadas, designadas por iniciais (se necessário);
 As palavras em negrito serão as de forte entonação;
 Anotações como risos devem ser grifadas;
 Subtítulos para facilitar a leitura;
 Os erros flagrantes deverão ser corrigidos: datas, nomes próprios etc.

3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Durante a análise de dados, há elementos a serem considerados, os quais, segundo Pollak (1992), são as partes mais sólidas e menos sólidas. Como fatos sólidos, podemos verificar uma identificação coletiva, uma construção a partir de igualdade ou convergência de relatos, sendo que, como partes menos sólidas, interessa-nos, a divergência, a singularidade, a individualidade do relato.

Assim, ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social. (GOMES, 2009, p.80)

Esses apontamentos são importantes na interpretação dos dados, apesar de que “[...] o historiador deve ser fiel à entrevista, porque a fita gravada é um documento histórico que pode ser usado por outros historiadores.” (FREITAS, 2006, p. 43).

A opção pela análise de conteúdo é justificada tanto pela consciência da própria imaturidade do pesquisador para lidar com dados qualitativos, quanto pela influência do teórico que subsidia esta pesquisa e que faz com que esse trabalho tente

apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkheim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não a ilusão de transparência dos fatos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea (BARDIN, 1979, p. 28).

Assim para não incorrer na ilusão da subjetividade que pode conduzir a erros condicionados e a interpretações parciais, nada mais seguro e confortável do que se amparar metodologicamente em um instrumento teórico.

Por ter o documento como suporte ou meio de trabalho, não raro a análise de conteúdo é confundida com a análise documental. Bardin (1979) adverte para esse equívoco expondo duas diferenças, com o intuito de delimitar claramente o objeto de estudo de cada um dos instrumentos. A primeira é que a análise documental se restringe ao tratamento de documentos, enquanto a análise de conteúdo trabalha com a informação. A segunda é que a análise categorial temática, ou seja, o principal método da análise documental é apenas uma dentre as técnicas utilizadas pela análise de conteúdo.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 1979, p.46).

3.3.1 Estrutura e técnica

A análise de conteúdo se subdivide em técnicas a serem utilizadas de acordo com o objeto e a finalidade da pesquisa. Elas são: a análise de avaliação que “[...]se presta para medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que fala” (ROMEY, 2009, p.85); a análise de expressão em que se trabalha “[...] com indicadores para atingir a inferência formal” (ROMEY, 2009, p.86); a análise de enunciação, usada em entrevistas abertas, em que se leva “[...] em conta a comunicação como um processo e não como um dado estatístico”; e a análise temática, “[...] como o próprio nome indica, o conceito central é o tema [...] <que> comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo”.

Nesta pesquisa, apesar da elaboração de um roteiro semiestruturado, pelo qual os objetivos específicos foram subdivididos em perguntas que, teoricamente, responderão aos objetivos propostos, a estrutura da análise será transversal, ou seja,

as entrevistas são recortadas em redor de cada tema-objeto, quer dizer, <tudo o que foi afirmado acerca de cada objeto preciso no decorrer da entrevista, foi transcrito para uma ficha, seja qual for o momento em que a afirmação tenha tido lugar> (BARDIN, 1979, p.66).

Essa condição permite que a análise dos temas, ou categorias, não se limite apenas a pergunta ou bloco de perguntas desenvolvidas a partir do objetivo específico, visto que, em alguns momentos o entrevistado responde ou faz referência a um assunto em outro momento da pesquisa, por meio de uma lembrança ou até por uma instigação do entrevistador.

“O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1979, p.105) que trabalhado concomitantemente com a análise temática permite “[...] descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.”

O tema-objeto são as interpretações ou respostas aos questionamentos levantados no roteiro semiestruturado, visto que “a técnica de análise temática é

rápida e eficaz na condição de se aplicar em discursos directos (significações manifestas) e simples”. (BARDIN, 1979, p.163)

A utilização da análise de conteúdo é condicionada ao respeito a algumas regras que visam assegurar a credibilidade do método, por isso, não se deve ignorar a regra da exaustividade, ou seja, “não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão [...] que não possa ser justificável no plano do rigor” (BARDIN, 1979, p.97) e muito menos da regra da representatividade, pela qual a “amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial.”

As fases da análise de conteúdo se organizam em torno de três etapas cronológicas:

- a) Pré-análise
- b) A exploração do material
- c) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.” (BARDIN, 1977, p. 95)

A pré-análise (BARDIN, 1977) destina-se a organizar o material a ser trabalhado e subdivide-se em três atividades: leitura de todo o material, formulação de hipóteses e criação dos indicadores.

O tratamento dos dados qualitativos se divide em três etapas: descrição, análise e interpretação. A execução dessas partes, segundo Gomes (2009) não obedece a uma hierarquia, pois pode ocorrer ações simultâneas. A interpretação merece destaque por ser responsável por atribuir sentido às unidades de contexto sendo o “ponto de partida (porque se inicia com as próprias interpretações dos atores) e é o ponto de chegada (porque é a interpretação das interpretações)” (GOMES et al., 2005, p.199).

Na análise de conteúdo, duas divisões são importantes para a correta categorização e correlação dos dados, ou seja, a unidade de registro e a unidade de contexto. A primeira é

a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial (BARDIN, 1979, p.104).

Pode-se optar por diversos tipos de unidades de registros que “(...) se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto e da mensagem” (GOMES, 2009, p. 87). Nessa pesquisa, os recortes da unidade de registro serão efetuados a nível semântico, ou seja, as frases extraídas das entrevistas são definidas por tema que “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1979, p. 105).

A unidade de contexto se refere à conjuntura em que a mensagem ou a unidade de registro está contida, é um elemento que possibilita a assimilação dos significados presentes nos fragmentos textuais recortados da entrevista, ou seja,

serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro (BARDIN, 1979, p.107).

As unidades de contexto e de registro se constituem como importantes ferramentas para qualificação e interpretação dos dados obtidos pela entrevista que têm como unidades de contexto as subcategorias dos objetivos específicos.

3.3.2 Procedimentos metodológicos

Segundo Gomes (2009) alguns procedimentos devem ser observados durante a análise de dados a partir da perspectiva qualitativa, sendo eles: categorização, descrição, inferência e interpretação, os quais permitem

(a) decompor o material a ser analisado em partes (o que é parte vai depender da unidade de registro e da unidade de contexto que escolhemos); (b) distribuir as partes em categorias; (c) fazer uma descrição do resultado da categorização (expondo os achados encontrados na análise); (d) fazer inferências dos resultados (lançando-se mão de premissas aceitas pelos pesquisadores); (e) interpretar os resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada. (GOMES, 2009, p.88)

A categorização é uma etapa da análise de conteúdo que “tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1979, p.119). É a etapa da análise de dados em que o material das entrevistas é organizado por meio de um padrão ou grupo temático que permitem análises e posteriores inferências, isto é,

uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico (BARDIN, 1979, p.117).

As categorias devem possuir algumas características a fim de garantir a eficácia da análise de conteúdo, ou seja,

(a) exaustivas (estas devem dar conta de todo o conjunto do material a ser analisado; se um determinado aspecto não se enquadrar nas categorias, devemos formular outra categorização); (b) exclusivas (isso significa que um aspecto do conteúdo do material analisado não pode ser classificado em mais de uma categoria); (c) concretas (não serem expressas por termos abstratos que trazem muitos significados); (d) adequadas (em outras palavras, a categorização deve ser adaptada ao conteúdo e ao objetivo a que se quer chegar). (GOMES, 2009, p.89)

A descrição é um procedimento que, antecedente à inferência, e objetiva detalhar de forma condensada as informações ou dados obtidos na análise qualitativa, ao passo que

a inferência é a parte intermediária entre a descrição (enumeração das características do texto, resumida após tratamento analítico) e a interpretação (a significação concedida a essas características) (GOMES, 2009, p.90).

Inferir é uma atividade corriqueira no meio científico, uma vez que se faz “inferência quando deduzimos de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado”(GOMES, 2009. p.89). Essa ação é tão fundamental para a análise de conteúdo, que Bardin (1979) recomenda a realização de perguntas para se elaborar eficientemente as inferências. Tais questionamentos visam, principalmente, responder as causas de elaboração e as possíveis consequências de um enunciado, uma vez que

se o pesquisador não tiver um conhecimento sobre o contexto do material a ser analisado e não formular perguntas baseadas em estudos ou experiências prévias com o assunto, dificilmente conseguirá fazer inferências com seus achados de pesquisa (GOMES, 2009, p.90).

A interpretação tem o objetivo de transcender o material disponível, a partir de discussões fundamentadas pelos resultados obtidos nas inferências, que permitam elevar os resultados da pesquisa a uma “[...] perspectiva mais ampla, trabalhando na produção do conhecimento de uma área disciplinar ou de um campo de atuação[...]” possibilitando “[...] atribuir um grau de significação mais amplo aos conteúdos analisados” (GOMES, 2009, p. 90).

3.4 APLICAÇÃO DE ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de um roteiro semiestruturado, Apêndice. Este arranjo sistemático fragmentou os objetivos específicos em partes significativas para permitir, em uma etapa posterior, o uso de inferências e de interpretações que visam responder os questionamentos e ou problemas elencados pela da pesquisa.

A opção por um roteiro semiestruturado se justifica não só por possibilitar um maior contato e inserção no relato por parte do entrevistador, mas também, para minimizar qualquer desconforto do entrevistado no processo de lembrança. Apontamentos e questionamentos que perturbaram ou incomodaram de alguma forma um ou outro entrevistado foram imediatamente suprimidos, ao passo que, diante da desinibição e naturalidade do entrevistado, permitiu-se a inclusão de novas perguntas ou aprofundamentos, possibilidades que seriam impossíveis se o suporte fosse um questionário fechado.

Inicialmente, a pesquisa tinha a intenção de trabalhar com uma amostra de 15 ex-conselheiros eleitos pela comunidade acadêmica, ou seja, cinco representantes dos discentes, cinco representantes dos docentes e cinco representantes dos técnicos administrativos, preferencialmente, aqueles que foram titulares durante o mandato 2014-2016, pois a titularidade os vinculava, teoricamente, à participação em um maior número de reuniões.

No entanto, infelizmente, esta intenção não pode ser concretizada visto a dificuldade em se contatar os representantes discentes. Muitos deles, para prosseguir com suas carreiras acadêmicas, mudaram de cidade e até de estados, dificultando, sobremaneira o contato. Diante desse cenário, foi possível contatar diretamente quatro discentes, que se prontificaram, de imediato, a contribuir com a pesquisa. Destes, dois ainda são alunos do Ifes; os demais estudam, um em São Paulo, e o outro em Belo Horizonte.

O quantitativo e a composição de participantes determinado pela representação discente foi modelo para a amostragem e foi replicado nas demais representações, isto é, docentes e técnico-administrativo. Desta forma, as amostras foram definidas e delimitadas por quatro representantes para cada segmento, sendo, por três titulares e um suplente.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, a partir de conversas privadas com a presença física tanto do entrevistado quanto do entrevistador. À exceção a essa regra ocorreu com um representante do segmento discente que, atualmente, estuda e reside em São Paulo, por isso, o encontro teve como suporte o *google talk*. O roteiro semiestruturado foi o orientador dos encontros que foram gravados, por medida de segurança, com o auxílio de dois gravadores: um deles portátil, e outro, um aplicativo de gravação instalado no celular do entrevistador.

O período gasto para a realização das entrevistas foi de um mês e quinze dias, um pouco maior do que o previsto, que era de um mês. As principais razões para esse atraso se deve à escolha do local e data para a realização da entrevista e qual tal aconselha a história oral foi prerrogativa exclusiva do entrevistado. Assim, raramente, nos dias e nos horários em que um entrevistado estava disponível coincidiam com a disponibilidade dos demais e também com a do entrevistador.

Foram percorridos aproximadamente 1.600 quilômetros para a realização de doze entrevistas, das quais dez em solo capixaba, por meio do deslocamento a cidades de Alegre, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha. Como já citado, uma entrevista foi realizada pelo *google talk* e a outra requereu o deslocamento a Belo Horizonte.

Freitas (2006) recomenda que o tempo de uma entrevista não ultrapasse o período de duas horas e esse tempo se mostrou adequado, conforme se verifica no Quadro 3.

Quadro 3 – Realização e transcrição de entrevistas

Entrevistado	Tempo de entrevista	Transcrição (páginas)
Entrevistado 1	1h 08min 43seg	17
Entrevistado 2	18min 30seg	6
Entrevistado 3	30min 29seg	9
Entrevistado 4	22min 02seg	9
Entrevistado 5	35min 35seg	10
Entrevistado 6	45min 42seg	13
Entrevistado 7	56min 51seg	16
Entrevistado 8	49min 34seg	13
Entrevistado 9	23min 33seg	9
Entrevistado 10	1h 13min 54seg	18
Entrevistado 11	48min 13seg	12
Entrevistado 12	34 min 1seg	9
Total	8h 41min 11seg	141 páginas

Fonte: dados da entrevista

O entrevistador preocupou-se, durante a realização das entrevistas, em interromper o entrevistado o mínimo possível, permitindo, assim, que tanto as recordações institucionais como as projeções e opiniões de valores se expressassem de maneira natural, mesmo quando essas manifestações se desviaram, momentaneamente, dos objetivos propostos.

4. ANÁLISE DE DADOS

Após a finalização das transcrições, os dados foram lidos, interpretados e as partes principais, isto é, as que se adequavam ao objetivo da pesquisa, foram selecionadas. Depois, o material foi organizado em planilhas individuais para cada entrevistado que estavam contidas em uma planilha geral, organizada a partir dos objetivos específicos que foram divididos em categorias e subcategorias temáticas.

Desta forma, as informações, obtidas nas entrevistas, foram descritas a partir da relação destas, como unidades de registros, com os núcleos de sentido. Deste processo, foram produzidas inferências, a partir da relação entre as subcategorias, das quais originaram interpretações dos objetivos específicos, possibilitando, assim, atingir às finalidades da pesquisa, conforme estrutura de análise descrita na Figura 1.

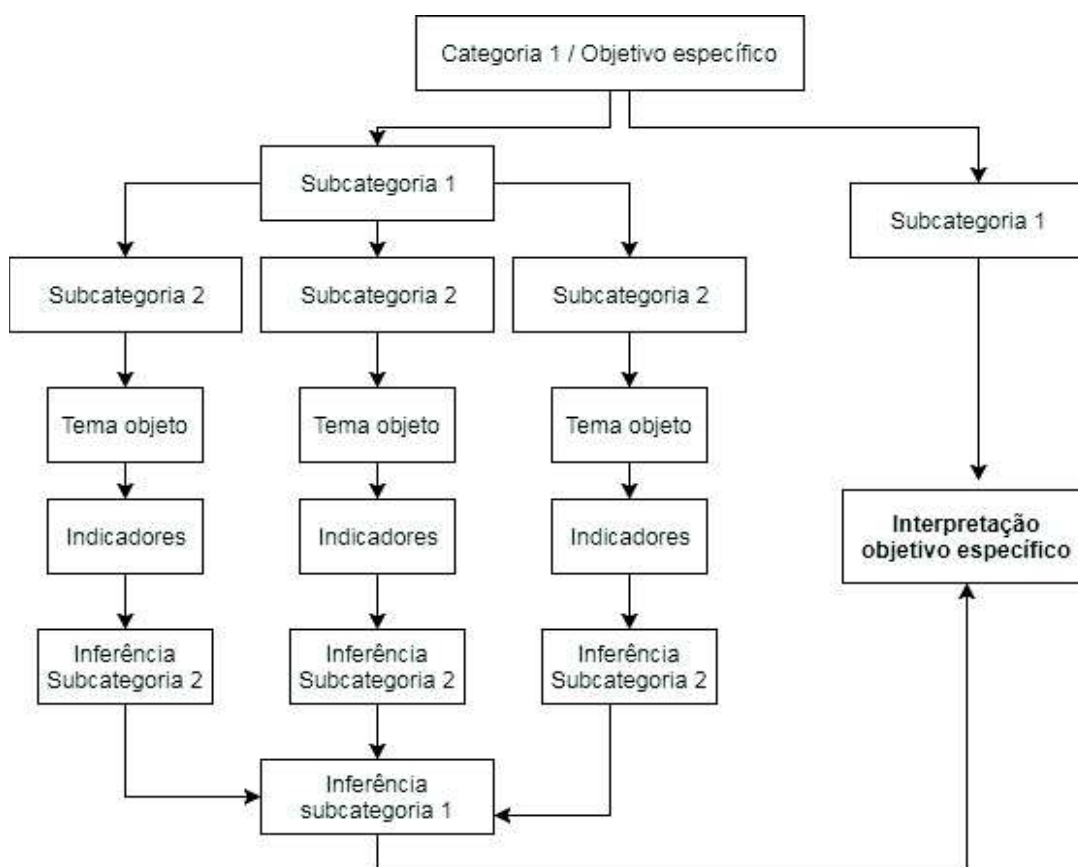


Figura 1. Estrutura de Análise

4.1 HABITUS, REPRESENTANTES E REPRESENTADOS

O procedimento para análise de dados obedeceu a estrutura de análise da Figura 1, ou seja, o enunciado foi decomposto em subcategorias que foram analisadas a partir de inferências determinadas pelo núcleo de sentido e cujos resultados foram interpretados em conjunto, conforme Figura 2.

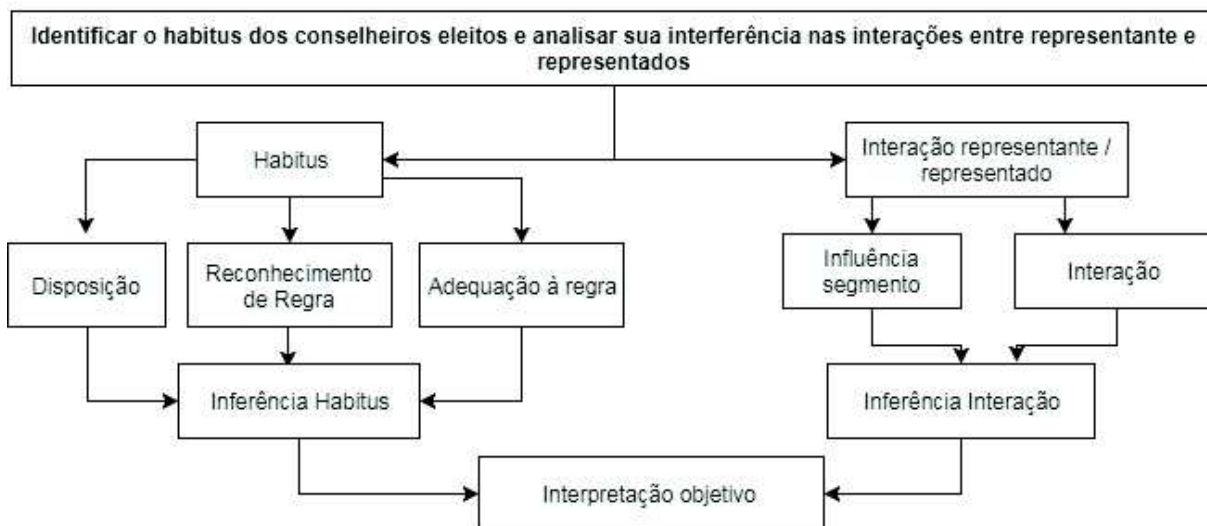


Figura 2. Habitus e interação de representante e representados

Nesse caso, foram estabelecidas duas categorias principais, ou seja, habitus e interações entre representantes e representados. A primeira, dividida em 3 subcategorias, definidas a partir da interpretação do conceito de *habitus*, ou seja: disposição, reconhecimento de regras e adequação a regras.

A segunda categoria representa a relação entre representante e representado e foi exposta a partir da análise de duas subcategorias, ou seja, a influência do segmento acadêmico e a interação entre os conselheiros e seus respectivos segmentos.

4.1.1 *Habitus* no Conselho Superior

O conceito de *habitus*, tendo como subsídio as considerações de Bourdieu, foi definido pela disposição em jogar, além do reconhecimento e adequação às regras do jogo. Por isso, essas características foram utilizadas como subcategorias para apresentar o *habitus* dos conselheiros a partir da percepção dos entrevistados.

a) Disposição

A disposição é um aspecto ou característica indissociável do *habitus*, visto que, para se participar plenamente do jogo é necessário estar disposto a isso, e tal condição foi assim verificada nas entrevistas.

Entrevistado 1: Me candidatei e tudo pensando exatamente na dimensão de termos um fórum privilegiado de debate, de pensar a instituição. [...] eu vi na prática um conselho medíocre.

Entrevistado 2: Na verdade não foi uma vontade minha, [...] quando foi pra eleição do conselho e acabaram citando o meu nome e aí, foi uma pressão tão grande, que eu acabei aceitando.

Entrevistado 3: Na verdade eu não quis, eu fui levado.

Entrevistado 4: Então, quando tive a chance de entrar para o conselho, eu tive curiosidade de saber por que, como funciona o Ifes, mais por curiosidade.

Entrevistado 5: Eu tive uma colega, na verdade foi ela que me incentivou, [...] que foi responsável pelas eleições aqui no conselho, [...] ela era responsável pelas eleições, então ela me incentivou muito.

Entrevistado 6: Para ter esse conhecimento de Ifes.

Entrevistado 7: Eu achei que a gente conseguia ter mais voz, a gente ia conseguir representar os outros [campi do] Ifes.

Entrevistado 8: Olha só, quando eu fui convidado para participar do conselho não foi diretamente do conselho, foi uma comissão eleitoral.

Entrevistado 9: Eu queria de alguma forma tentar mudar de cima algumas coisas que aconteciam na base da escola, no campus que eu era de origem.

Entrevistado 10: Eu vi uma oportunidade de crescimento, [...] para eu ter outra visão dos problemas do Ifes.

Entrevistado 11: Entrei como gaiato, no segundo momento continuei porque queria conhecer e aprender a instituição onde eu estava. E terminei como aquele que achava que tinha como contribuir, que podia ajudar e que podia fazer o Ifes ser ainda melhor do que já é.

Entrevistado 12: Entender como a instituição funciona, esse era meu pensamento, eu queria entender por que, por futuras ambições que eu tenho, eu queria estar ali dentro sem dúvida.

Pelos relatos, pode-se descrever que a maioria dos entrevistados admite que a vontade em participar do Conselho Superior do Ifes foi uma decisão própria, apesar de que haver exceções. Em uma delas, o ingresso foi resultante de uma causalidade; em outras duas, o ingresso ocorreu por influência de terceiros; e as duas admitem que o ingresso foi ocasionado por imposição.

Os núcleos de sentido, isto é, unidade de registro, em que será formulada a inferência, são:

- Ingresso como forma de adquirir conhecimento institucional (ent. 4, 6, 10, 12, 11)
- Ingresso para exercer representatividade (ent. 7)
- Ingresso como solução de problemas na base (ent. 9)

Diante do exposto, pode-se inferir que a vontade ou disposição em participar do Conselho Superior do Ifes é motivada, principalmente, pela aspiração em conhecer e entender o funcionamento da instituição.

b) Ausência de reprovação

A seguir, foi analisada uma das principais características do funcionamento do Conselho Superior e que se constitui como eixo motriz para esta pesquisa, ou seja, a ausência de reprovação aos itens analisados nas reuniões. Assim, a subcategoria reconhecimento de regras terá como suporte essa premissa, ou seja, a aprovação habitual dos itens como regra principal do Conselho Superior. Em correspondência a essa proposição foram selecionados os seguintes temas nas entrevistas:

Entrevistado 1: Um conselho chancelador das decisões tomadas anteriormente, ou, ora unilateralmente pelo reitor com sua equipe.

Entrevistado 2: Pelo não conhecimento. Pelo não conhecimento do assunto.

Entrevistado 3: Eu acho que o ponto, ele antes já vem bem, ele vem bem debatido, bem mastigado, então, tudo o que as pessoas gostariam de discutir, tirar, incluir alguma coisa, foi feito antes. Então, ele já chega meio que o vai ser assim, não tem muito que se discutir.

Entrevistado 4: Porque apesar de ter vários segmentos distintos, a prioridade ali, pelo que eu percebi era a instituição, [...] por isso, que até no debate ali, acabava, mesmo tendo diferenças, acaba convergindo a mesma opinião. [...] Então, para não travar, a gente prefere dar andamento.

Entrevistado 5: Eu acho que integração mesmo, a forma como as ideias são expostas. De uma forma geral, eu acho que todos segmentos eram bem integrados assim, [...] é uma relação bem pacífica e de discussão mesmo de ideias, daquilo que é melhor para o instituto.

Entrevistado 6: Ali é a galinha morta já, entendeu, a gente conversava muito antes. [...] Essa articulação anterior é que fazia que eu acho que amenizava a disputa lá, então, se tinha, o pouco que teve de disputa lá, é porque sobrava dessa peneira que a gente tinha que fazer antes, [...] então, a briga era antes.

Entrevistado 7: É muito pronto, é muito engessado, [...] tudo pronto para não ter jeito de você falar não, já tá pronto, você não pode falar não [...] o conselho vai aprovar uma coisa que já tá aprovada.

Entrevistado 8: É porque a coisa já vem pronta, já foi toda discutida, [...] então tem um grupo ali que está ali, querendo ou não querendo é influenciado. [...] É, justamente, não tem muito o que se fazer, você já vai, pro osmose, né?

Entrevistado 9: Já foi estudado previamente, então isso já foi discutido, então fica praticamente uma decisão de opinar coisas que, aparentemente, já foram analisadas.

Entrevistado 10: O que eu senti é que as decisões já estão tomadas, lá a gente não, necessariamente, precisa fazer nada.

Entrevistado 11: O que via no Conselho Superior é que às vezes as decisões acabavam sendo aquelas que o Conselho Dirigente e o próprio reitor já traziam.

Entrevistado 12: Porque os assuntos que chegam ao conselho, ele já chegou muito bem peneirado. Porque eles passam por conselhos antes do Conselho Superior, então, eu acredito que o que tem que ser barrado, é barrado antes de chegar lá.

Destaca-se que, em nenhuma declaração dos entrevistados, é questionada a ausência de reprovação de itens, ou seja, tal condição é aceita por todos. O que diverge entre os entrevistados é a motivação para essa conduta mas, em geral, as decisões que já chegam tomadas no Conselho Superior, não havendo possibilidade de alteração.

Essa constatação, possibilita o uso das seguintes unidades de registro:

- Aprovação para o bem da instituição. (ent. 4, 5, 12)
- Aprovação pelo desconhecimento do assunto. (ent. 2)
- Aprovação por decisões previamente tomadas. (ent. 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11)

Permitindo-se inferir que os entrevistados reconhecem a regra do jogo, ou seja, a aprovação usual de itens que é, basicamente, fruto da impossibilidade de se alterar decisões tomadas em instâncias prévias, cabendo ao Conselho Superior, apenas, referendá-las.

c) Adequação às regras

O procedimento escolhido para analisar ou identificar a adequação às regras, procurou determinar o comportamento do conselheiro diante das demandas da função, ou seja, ações como proposições, objeções, etc. Como as regras não permitem um comportamento que divirja da aprovação, verificar o posicionamento do conselheiro nesse aspecto, permite associar sua conduta ao funcionamento do Conselho Superior. E, tendo essa premissa como suporte, foram selecionados os seguintes trechos nas entrevistas:

Entrevistado 1: Eu confesso que depois de um certo tempo, a gente também cansa de lutar por aqueles que não querem lutar, né. Você ser o único que faz o papel de chato. Você é o único que se coloca em evidência, na berlinda, o que inclusive, isso, para questão de perseguições e retaliações, isso é perigoso, inclusive.

Entrevistado 2: Não. Porque o Conselho é bem aberto, ele deixa o espaço para você colocar sua opinião, suas ideias.

Entrevistado 3: Eu não concordava, mas não adiantava, era um voto no meio da decisão, então, preferi não me manifestar.

Entrevistado 4: Isso aconteceu como próprio conselheiro e pró-reitoria, na reunião de ensino e extensão, fez um debate anterior a reunião, chegou na reunião já tava tudo montado já.

Entrevistado 5: Não. Não eu geralmente falava. [...] Então, até o momento não, sempre que eu quis falar eu pude falar e eu falei.

Entrevistado 6: Já. Já. Trabalhava mais nos bastidores, então acabava que não era muito necessário, de tá propondo ali, entendeu? Então a gente combinava antes.

Entrevistado 7: Várias. Votei sozinha. As pessoas ficam caladas com medo, [...] prefere ficar neutra para não causar inimizade ou sei lá. Às vezes a pessoa sofreu alguma represália, com certeza.

Entrevistado 8: Eu não me senti à vontade para propor alguma coisa. É porque é o domínio da situação, [...] eu percebia que era um acordo que seria empurrado para frente, [...] eu quis mas, posso dizer, não tive liberdade, ou não tive nem coragem.

Entrevistado 9: Não. Não tive. Não recebi demanda, também não levantei mais demanda não. Até por entender o contexto como é que era. Então, a gente não tinha essa abertura de levar, de ser questionado [...] eram coisas já fechadas, já de pauta.

Entrevistado 10: Não ali, [...] tudo o que eu votei ali, foi porque eu pensei que eu critiquei dentro de mim e cheguei a uma posição.

Entrevistado 11: Até existir a voz destoando ali, o argumento contrário, mas no final das contas, quando colocado em votação, acabava prevalecendo aquilo que já vinha sendo costurado de telefonemas: Fulano, olha, tal coisa, e aí? Infelizmente. De conversinha antes de reunião. É um jogo político, é um jogo de arquitetar.

Entrevistado 12: Olha que eu me lembre não, porque sempre eu que tinha alguma ideia, eu conversava muito com meu diretor que fazia parte também do conselho, e ele fazia, esse meio de campo assim, dava um jeitinho de colocar um item, ou qualquer coisa semelhante. Mas eu nunca tinha uma grande ideia para propor.

Pelos trechos destacados percebe-se que, em geral, os entrevistados afirmam que não quiseram propor matérias e ou fazer qualquer objeção aos itens analisados nas reuniões, justificando essa conduta nos interesses institucionais e na própria resignação quanto a modo de funcionamento do Conselho Superior do Ifes. Há entrevistados que relatam que suas demandas foram solucionadas em uma instância anterior às reuniões, nos bastidores, sendo um deles se reconhece como agente desses acordos, e há um outro, que delega a um dirigente essa ação. Não se

deve desconsiderar o relato de dois entrevistados que tentaram, inutilmente, reprovar itens durante as reuniões.

Constituem-se, assim, como núcleos de sentido:

- Irrelevância de reprovação ou de proposição (2, 5, 10, 12)
- Reprovação malsucedida (ent. 1 e 7)
- Resignação perante as regras (ent. 3, 8, 9)
- Reconhecimento do *modus operandi* (4, 6, 11)

Permitindo inferir que os entrevistados demonstraram adequação a principal regra do jogo, isto é, a aprovação usual. Houve manifestações contrárias ao regramento que, evidentemente, não foram bem-sucedidas, e também, exposições de como são realizadas as proposições e discussões que antecedem a reunião.

As inferências formuladas nos itens “a”, “b” e “c” auxiliam na construção e descrição do *habitus* dos membros do Conselho Superior do Ifes, ou seja, a disposição, que é percebida pela vontade em participar do Conselho Superior do Ifes, e é motivada, principalmente, pela aspiração em conhecer e entender o funcionamento da instituição. No que tange o reconhecimento da regra, os conselheiros, apesar de explicações distintas, reconhecem que a aprovação é prática habitual no Conselho Superior, demonstrando também sua adequação a ela, isto é, não propondo ou rejeitando itens. Nesse caso, houve manifestações contrárias, evidentemente malsucedidas, e também, exposições de como as proposições e discussões, que antecedem as reuniões, são elaboradas e decididas.

Diante do exposto, pode-se inferir que o *habitus* do conselheiro é caracterizado pela vontade em conhecer a instituição que garante o ingresso no órgão, sendo que a regra de aprovação usual é reconhecida e, em geral, aceita e respeitada por eles.

4.1.2 Representantes e representados

A relação entre representante e representado é apresentada a partir da inferência de duas subcategorias, ou seja, a influência do segmento acadêmico, que

pretende expor o quanto o segmento motiva as ações do conselheiro; e a interação entre eles, ou seja, se havia e como era a relação entre os conselheiros e seus respectivos segmentos.

Avaliar a interação entre os representantes e os representados foi etapa importante e possibilitou verificar se existia e, principalmente, como se realizava, o contato entre os conselheiros e seus respectivos segmentos, antes e depois das reuniões. A partir dessa orientação, foram selecionados os seguintes trechos das entrevistas:

Entrevistado 1: Te confesso que talvez numas três ou quatro reuniões do conselho isso funcionou. As pessoas mandaram longos e-mails, inclusive questionando e tudo, e eu tentei, né, fazer, passar para frente, fazer essa discussão dentro do conselho. E aí o que aconteceu é o seguinte, as pessoas quando elas percebem que algo é mentiroso, elas desistem.

Entrevistado 2: Sim. Era feita a interação por e-mail e a gente discutia muito sobre isso.

Entrevistado 3: Não, isso é uma falha minha, porque eu não passava.

Entrevistado 4: Não, não foi tão efetiva, a gente não.

Entrevistado 5: Não. Não, não havia.

Entrevistado 6: Não. Não tinha isso, a interação era com os próprios conselheiros.

Entrevistado 7: Então, a gente tinha alguns debates públicos porque tinha contato com o pessoal do D. [...] Então a gente debatia, tanto em roda normal mesmo, ou com professor, aluno, ou servidor, rolava a todo momento com a F., que é uma instância bem política.

Entrevistado 8: É, eu já sabia o que tava em trâmite, já tinha um diálogo com eles, já conversava.

Entrevistado 9: Não. Nunca recebi demanda.

Entrevistado 10: Não. Não. Eu até tentei, a gente tentou fazer uma articulação, tipo uma ouvidoria [...], mas, infelizmente, não foi para frente, aí, não deu para fazer.

Entrevistado 11: A interação era [...] via e-mail eletrônico. Umas duas ou três vezes eu recebi alguma coisa. Fora isso, os colegas esperam a coisa acontecer primeiro para depois questionar, criticar, correr atrás de alguma coisa.

Entrevistado 12: Já, já sim, nós já nos reunimos, já conversamos sobre o que acontece dentro do conselho, até para conscientização. Sim. Ocorreu sim.

Dos quais, verificou-se que quatro conselheiros admitiram haver interação entre eles e o segmento que representavam; outros seis, reconheceram que não houve interação para com o segmento que representavam; e dentre aqueles que afirmaram haver interação, dois deles, concluíram que estas se resumiram a 3 ou 4 contatos durante o período do mandato.

Assim, apresenta-se as seguintes unidades de registro:

- Nenhuma interação com o segmento (ent. 3, 4, 5, 6, 9, 10)
- Pouca interação com o segmento (ent. 1, 11)
- Interação habitual com o segmento (ent. 2, 7, 8, 12)

Possibilitando inferir que a interação para com o segmento não era aspecto relevante para a conduta do conselheiro visto que somente quatro deles tinham essa tarefa como hábito, e outros dois a realizaram em apenas 3 ou 4 ocasiões.

A seguir, considerando a estrutura de análise, as ações foram direcionadas a verificar o grau de influência exercida pelo segmento acadêmico nas ações do conselheiro é fator preponderante na construção de um quadro que aponte o relacionamento entre eles. E, considerando essa observação, foram selecionados os seguintes temas das entrevistas:

Entrevistado 1: Eu acho que se a gente pensar na instituição, a gente contempla todo mundo, de forma de madura.

Entrevistado 2: Sim. Eu acredito que sim porque [...] nenhum conselheiro consegue ter aquela visão global de todos os segmentos, você acaba conhecendo melhor o território que você sobrevive.

Entrevistado 3: Se eu precisasse tomar alguma decisão que fosse, que visasse a melhoria para o nosso segmento, sim, eu iria votar no nosso segmento. Mas meu princípio sempre foi fazer o que fosse melhor para a instituição.

Entrevistado 4: Influencia, principalmente no caso dos discentes.

Entrevistado 5: Eu acho, muito

Entrevistado 6: Influencia, influencia sim. Acho que não consegue assim desvencilhar de você.

Entrevistado 7: Com certeza.

Entrevistado 8: Influenciavam.

Entrevistado 9: Eu buscava o melhor para o segmento em que eu atuava.

Entrevistado 10: Muito pouco, muito pouco. A única coisa que me ligava a essa classe era porque eu pertencia a ela, mas os problemas dela não me influenciavam diretamente.

Entrevistado 11: Eu tentava fazer a minha parte, defender os interesses dos [segmento] sempre, [...] desde que [...] não colocassem em risco os interesses da instituição.

Entrevistado 12: Ah, sim! Influencia sim.

Permitindo descrever que, em geral, os entrevistados reconhecem tanto a importância quanto a influência dos segmentos que representavam em suas ações no Conselho Superior. Apenas um entrevistado minimiza essa relação, justificando que o pertencimento ao segmento era a única relação entre eles.

Assim, utilizando-se as seguintes unidades de registro:

- Influência do segmento (ent. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12)
- Pouca influência do segmento (ent. 10)

Pode-se inferir que o segmento acadêmico é importante e exerce influência nas decisões tomadas pelos conselheiros.

Diante do contexto, infere-se que, apesar de admitirem a importância do segmento acadêmico e a influência deste no Conselho Superior do Ifes, a maior parte dos conselheiros, por não interagirem ou por ter existido uma interação mínima durante o mandato, não relaciona essa influência a uma necessidade de interação para tomada de decisões. Para eles, ser parte do segmento garante ao conselheiro a consciência dos problemas do segmento e a autonomia para ações e propostas de soluções.

4.1.3 Interpretação *habitus*, representante e representados

A partir das informações, não se verificou causa ou consequência entre o *habitus* e a vinculação representante e representado. Essa situação, tal qual a teoria relacional de Bourdieu, faz com que a aquisição do *habitus* de conselheiro, e consequente adequação à regra de aprovação habitual, prejudique a interação. E quando ela ocorre, torna-se insípida, visto que conhecer as demandas do segmento não altera a ordem e a regra de funcionamento do Conselho Superior.

Desta forma, por haver um *habitus* que impõe, dentre outras, a aprovação usual de itens de reunião, é desnecessário a interação entre representante e representado. O *habitus* impulsiona a busca por capital simbólico, e nesse contexto, uma interação entre representante e representados, que não auferir qualquer dividendo no Conselho Superior, é ação inútil tanto para o posicionamento quanto para o reconhecimento neste espaço social.

4.2 INFLUÊNCIA DO CAPITAL SIMBÓLICO

Nesta etapa, tem-se como modelo a estrutura de análise da Figura 1, desta forma, o enunciado foi decomposto em subcategorias que foram analisadas a partir de inferências determinadas pelo núcleo de sentido e cujos resultados foram interpretados em conjunto, conforme demonstra Figura 3.

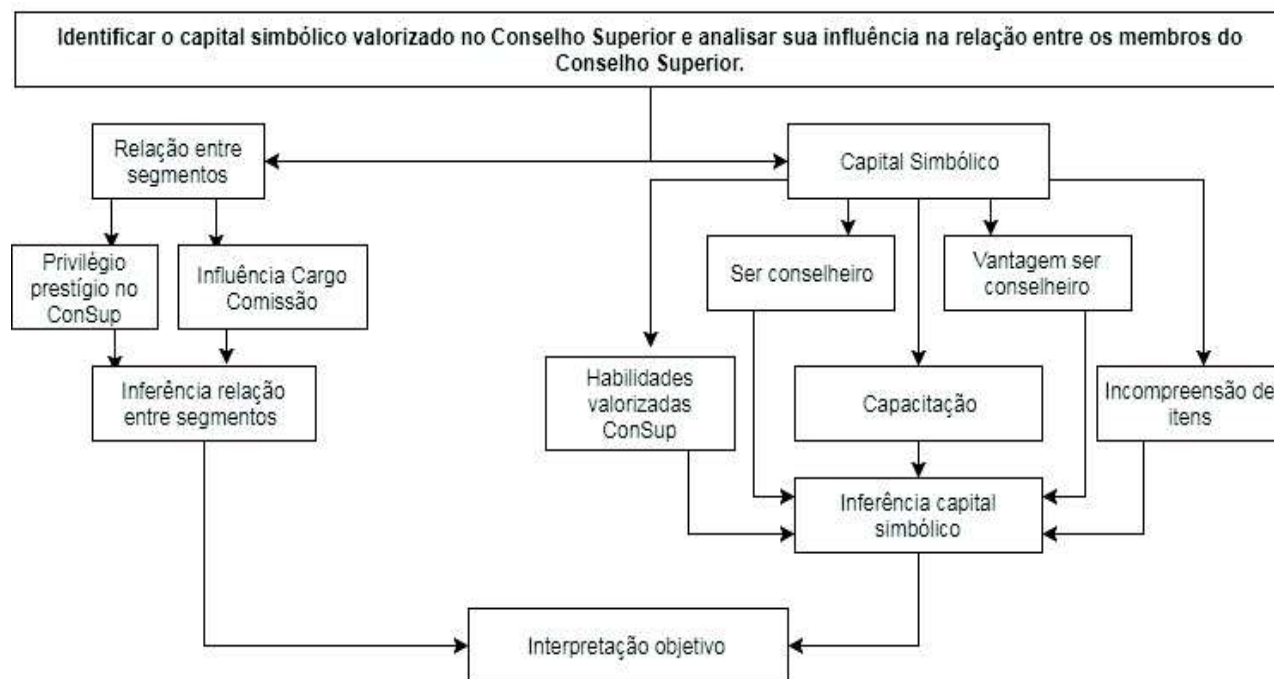


Figura 3. Capital simbólico e relação entre segmentos.

Há duas categorias principais, ou seja, a relação entre os segmentos do Conselho Superior e capital simbólico. A primeira categoria, será dividida em 2 subcategorias, ou seja: privilégios e prestígios de segmento, e a influência do cargo em comissão. Essas subcategorias viabilizaram as análises sobre as relações entre os segmentos da comunidade acadêmica.

A segunda categoria identificou o capital simbólico e foi exposta a partir da relação de cinco subcategorias, ou seja: que é ser conselheiro, vantagem em ser conselheiro, conhecimentos e habilidades valorizadas no Conselho Superior, necessidade de capacitação e incompreensão de itens. Essas subcategorias foram definidas a partir da interpretação do conceito de capital simbólico que é “[...] um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento”(BOURDIEU, 1996, p.150), valorizado e disponível em um campo ou espaço social.

4.2.1 Relação entre os segmentos

A despeito da determinação da Lei nº 11.892/08, o Ifes elevou os diretores-

gerais à condição de membros da comunidade acadêmica, equiparando-os, quantitativamente aos discentes, docentes e técnico-administrativos. Essa interpretação pode influenciar nas relações entre os segmentos, por isso, é importante identificar se há privilégio entre eles, ou como denomina Bourdieu (1997), distinções.

Essa análise foi importante para compreender as interações entre os segmentos e apontar se um algum deles foi privilegiado ou possui maior prestígio no Conselho Superior, fato que divergente da Resolução nº 23/2010, em que todos os conselheiros têm peso igual em questões de votação, à exceção do presidente que possui voto de qualidade. Por isso, a partir de questionamentos sobre a possibilidade de privilégio, foram selecionadas os seguintes trechos da entrevista.

Entrevistado 1: Tinha um grupo privilegiado lá, sim, o grupo dos dirigentes.

Entrevistado 2: Os diretores acabam por ter mais bagagem e aí você acaba ouvindo mais

Entrevistado 3: Na formalidade sim, nos bastidores não. Garante a autonomia do sentido, a pessoa pode expor a ideia, mas se o grupinho das pessoas que têm mais contato e tudo mais tiver uma decisão tomada, o argumento da pessoa não vai ter sentido.

Entrevistado 4: Então, o que acontece muito das vezes é por exemplo, montou-se uma comissão com todos os segmentos, e tem que eleger o presidente da comissão, como o diretor-geral ou docente é mais experiente nas coisas do Ifes, a presidência ficava para ele.

Entrevistado 5: Acho que todos têm a mesma importância, [...] alguns professores dizem que são a parte principal.

Entrevistado 6: O presidente da assembleia ali tinha um peso diferente sim, é inegável pelo menos na minha visão.

Entrevistado 7: Os professores mais antigos têm o poder, [...] os diretores. [...] Então tem a hierarquia do professor com os alunos, têm a hierarquia do diretor com o técnico, então rolou isso aí.

Entrevistado 8: Olha, os diretores têm mais autonomia. A gente percebe que os diretores. É porque, é porque política, neh? São, já são politizados, já tão já acordados. Já estão, já tá tudo pronto já.

Entrevistado 9: Eu vejo que o colégio de dirigentes têm maior, tem mais influência. Até porque são formados por docentes, a maioria deles.

Entrevistado 10: Quem é mais, é, cotado ali dentro, tem mais poder mesmo, são os dirigentes, o que é óbvio, que eles têm mais poder, depois os professores, depois os técnicos, por último os alunos

Entrevistado 11: Tem, mas se você não for um hábil orador, não tiver um apoio, alguém te apoiando, essa isonomia fica prejudicada.

Entrevistado 12: Isso porque quando um diretor fala é diferente de quando um técnico fala, ou quando um aluno fala, porque ele tem maior influência ali.

Pode-se descrever que, em geral, os entrevistados afirmam que não há isonomia entre os segmentos do Conselho Superior, apenas o entrevistado 5 atesta haver a isonomia entre eles. Apesar de um entrevistado alegar que os privilégios pertencem aos docentes e outro afirmar que os privilegiados são “um grupinho”, os demais reconhecem a influência e a distinção dos diretores-gerais, representantes da gestão, incluindo-se a esse grupo o dirigente máximo, isto é, o reitor.

Constituíram-se os seguintes núcleos de sentido:

- Não há distinções entre os segmentos (entrevistado 5 e 11)
- Distinção motivada pela experiência institucional (entrevistados 2, 4 e 7)
- Distinção por causa da influência, pelo poder institucional (entrevistados 6, 7, 9, 10 e 12)

Permitindo inferir que, no Conselho Superior do Ifes, os dirigentes, por causa da experiência e do conhecimento institucional, possuem uma prerrogativa de decisão. Esse benefício, caracterizado pelo acúmulo de poder, concede distinção a esse grupo perante os demais, e atua como elemento organizador das relações no Conselho Superior.

Outro ponto a ser analisado é nas relações entre os segmentos é a influência

de servidores em cargo em comissão, visto que outros órgãos colegiados, como a Comissão Permanente de Progressão Docente (CPPD), impedem a participação de servidores ocupantes de cargo em comissão, evitando que eles atuem em deliberações sucessivas.

Desta forma, procurou-se analisar, a partir de trechos correspondentes retirados das entrevistas, se os conselheiros que possuem cargos em comissão, isto é, função gratificada ou cargos de direção, são influenciados por sua proximidade à gestão.

Entrevistado 1: Ah, com certeza, com certeza. Para os docentes e administrativos, é, creio que, com certeza, teria que mudar isso urgentemente não só para acessar, mas estando lá não pode pegar o cargo, então renuncie.

Entrevistado 2: Não. Não tem como porque o voto tem o mesmo peso.

Entrevistado 3: Sim. Porque é político, é moeda de troca.

Entrevistado 4: Acho que não. [...] votar por causa daquela função, isso não acontece.

Entrevistado 5: Eu nunca percebi tá, eu, assim, em momento nenhum.

Entrevistado 6: Porque se ele é cargo de confiança de alguém, ele segue a linha de quem deu confiança para ele, então, influencia sim.

Entrevistado 7: Com certeza, essa é a política.

Entrevistado 8: O cargo dele já influencia.

Entrevistado 9: Com certeza. Até porque ele está em duas unidades, ele está em dois tipos de grupos, né, e que o discurso tem que ser mantido, [...] vai manter sempre, tem sempre essa influência.

Entrevistado 10: Com certeza. Então assim, é impossível, quando você tem relações diretas dentro do conselho é claro que você amarrado, não tem como você não ficar amarrado.

Entrevistado 11: Olha só... se é um gestor indicado pró-tempore acho que, com certeza, afeta. Afinal de contas, ele foi colocado ali como gestor, então afeta. Você não vai ser contra o seu patrão no meio de reunião com quinze, vinte, cinquenta pessoas.

Entrevistado 12: Sim. Com certeza. Porque quem tem um cargo de confiança [...] dificilmente vai quebrar a confiança da pessoa que lhe colocou ali dentro, é como uma política lá de fora, um voto de confiança que a pessoa não ousar quebrar.

A maioria dos entrevistados acredita que ocupantes de cargos em comissão são influenciados, mantendo-se alinhados à gestão. No entanto, três entrevistados acreditam que, independente dessa relação, as decisões dos conselheiros são isentas da influência do cargo.

A partir da descrição, estabeleceu-se as seguintes unidades de registro:

- Retribuição da confiança (ent. 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12)
- Independência perante o cargo (ent. 2, 4, 5)

Permitindo inferir que o alinhamento ou posicionamento favorável à gestão, no Conselho Superior, é uma retribuição feita pelo ocupante de cargo em comissão, e influencia diretamente a ação do conselheiro.

Assim, considerando os relatos dos entrevistados sobre as relações entre os segmentos pode-se inferir que os membros do Colégio de Dirigentes, ou seja, os diretores-gerais de campi, detém uma distinção sobre os demais conselheiros. Essa diferenciação é legitimada pela aquisição de conhecimento e experiência institucional proporcionada pelo próprio cargo, e os conselheiros, ocupantes de cargo em comissão, mantém posicionamento favorável a eles, como retribuição pela função.

4.2.2 Capital Simbólico

Para se revelar o capital simbólico valorizado no Conselho Superior do Ifes, bem como lucros que ele proporciona, a definição de capital simbólico foi construída a partir da inferência entre as seguintes subcategorias: o que é ser conselheiro, vantagem em ser conselheiro, conhecimentos e habilidades valorizadas no Conselho Superior do Ifes, necessidade de capacitação, e incompreensão de itens.

a) O que é ser conselheiro

Esse questionamento teve por objetivo expor as impressões dos entrevistados sobre a função e o que é ser um conselheiro.

Entrevistado 1: Os conselheiros são essas pessoas que trazem a tempo e a hora, em tempo real, as necessidades que a instituição reconstruiu, que surgiram.

Entrevistado 2: É um desafio, é conhecer bem a instituição em todos os eixos: ensino, pesquisa, extensão.

Entrevistado 3: É a oportunidade do servidor falar.

Entrevistado 4: Conselheiro seria ser o representante de seu segmento. O conselheiro está ali não para gente tomar decisões, tá ali para representar a vontade de seu segmento.

Entrevistado 5: Um indivíduo que vai aprender e auxiliar um pouco no que está acontecendo no instituto, na aprovação das resoluções.

Entrevistado 6: Conselheiro é alguém que entende a instituição, mas que ao mesmo tempo esteja disposto a defender um ponto de vista.

Entrevistado 7: É ter voz mas não ter má consciência. [...] Você tem que participar, você tem que debater, você tem que fazer com que os conselheiros lá dentro ouvir a sua voz[...] porque você vai lá dentro representar o pessoal que te elegeu.

Entrevistado 8: É, que tenha facilidade de comunicação, de conversar com as pessoas, [...] uma pessoa que pudesse ter livre acesso dentro do grupo dele.

Entrevistado 9: Entender as demandas da instituição, entender as demandas da sua unidade de trabalho, e tentar buscar junto com as decisões do conselho, colocar as suas demandas, as suas necessidades [...] dentro de um contexto mais, mais decisivo, dentro de uma análise mais decisiva.

Entrevistado 10: Uma pessoa que tenha a vivência dos problemas que estão em discussão e tenha o pensamento crítico desenvolvido o suficiente para poder pensar em soluções e poder defender essas soluções que ele está propondo.

Entrevistado 11: Ser conselheiro é isso, é peso, responsabilidade, é o papel de buscar mudança e melhoria.

Entrevistado 12: Ser um conselheiro é ser uma pessoa interessada pela vida dentro do instituto, [...] e quer o melhor, deixando o interesse pessoal de lado, para lutar

pelo interesse coletivo. [...] Para mim, um conselheiro ele entende isso, [...] você está representando o seu campus, você está representando a sua comunidade.

Em geral, os entrevistados enfatizaram a importância do conselheiro para a instituição, considerando que a principal função de um conselheiro é conhecer e tentar solucionar os problemas da instituição. Dois entrevistados alegaram, no entanto, que a principal função do conselheiro é representar seu segmento, e outros dois, que ela se caracteriza pela atitude e pela manutenção do diálogo com a base.

Constituiu-se os seguintes núcleos de sentido:

- Conhecer e atender as necessidades da instituição (ent. 1, 2, 5, 6, 9, 10, 12)
- Representar seu segmento (ent. 4, 7,)
- Propor mudanças e melhorias (ent. 10)
- Manter diálogo, ter atitude (ent. 3, 8)

Possibilitando inferir que, para os entrevistados, os conselheiros devem ter conhecimento da instituição e de suas demandas, para que assim, possam buscar e propor soluções para os problemas institucionais.

b) Vantagem em ser conselheiro

Nesta etapa, pretendeu-se identificar quais são as vantagens atribuídas àqueles que exercem a função de conselheiro, com o intuito de explicitar possíveis ganhos institucionais.

Entrevistado 1:

Entrevistado 2: Você passa a conhecer a instituição de uma forma global.

Entrevistado 3: Reconhecimento, é importante participar do Conselho Superior, tá na alta cúpula.

Entrevistado 4: Porque como conselheiro você realmente vê o que acontece, você se sente mais parte do meio. Vê as coisas acontecendo, você acaba podendo dialogar mais com seu segmento, expor mais coisas.

Entrevistado 5: Eu aprendi muito da parte administrativa, de gestão do instituto, me deu uma outra visão.

Entrevistado 6: Olha, eu acho que tem um lado político, de você ter acesso a uma [...] informação mais estruturada do que os outros, [...] é uma satisfação política estar lá, é uma forma de poder, digamos assim, [...] é você ter um reconhecimento.

Entrevistado 7: É um reconhecimento na verdade, mas é mais uma cobrança de você estar lá dentro, de você ter uma função. [...] Uma responsabilidade, cobrança, mas tem também o olhar de carinho.

Entrevistado 8: Tem um certo prestígio, as pessoas te prestigia, as pessoas te respeita, te dão valor, acredita na sua voz, na sua palavra, entendeu. Você leva uma demanda, você traz, entendeu, então tem um certo prestígio.

Entrevistado 9: Eu acredito, o conhecimento da instituição, com certeza. O conhecimento, as regras, o que a instituição está vendo a longo prazo, médio, longo prazo, é importante.

Entrevistado 10: De crescimento, de amadurecimento pessoal, [...] uma bagagem que te dá mais segurança para poder agir para poder tentar as coisas.

Entrevistado 11: O aprendizado, o ganho de conhecimento.

Entrevistado 12: Eu acho que sim porque isso te dá muitos contatos. Não é algo muito grande, mas a visibilidade já é alguma coisa, então deve ser levado em consideração. As amizades, os contatos ali dentro, o sentimento, o sentimento do poder de decisão, é, lidar com pessoas totalmente diferentes, lidar com a política interna.

Em geral, os entrevistados admitem que há benefícios em ser conselheiro, dentre eles a aquisição de maior conhecimento institucional a partir da compreensão de problemas e demandas institucionais, os quais garantem reconhecimento e prestígio perante os demais membros da comunidade acadêmica.

Foram elaboradas as seguintes unidades de registro:

- Conhecimento institucional (ent. 2, 4, 5, 9, 10, 11)
- Reconhecimento e prestígio institucional (ent. 3, 6, 7, 8, 12)

Inferindo-se que ser conselheiro proporciona vantagens, dentre elas o aumento do conhecimento institucional, que garante reconhecimento e prestígio dentro da instituição.

c) Conhecimentos e habilidades

A identificação de conhecimentos e habilidades que são valorizadas durante as reuniões do Conselho Superior foi parte essencial na construção do capital simbólico, uma vez que expôs as características e ou a forma materializada da distinção.

Entrevistado 1: Talvez a habilidade de ficar calado, de concordar.

Entrevistado 2: Conhecimento de ensino, pesquisa e extensão, das carreiras docentes, do técnico... de todas as áreas.

Entrevistado 3: Saber falar em público, a habilidade de falar em público, é um item a se destacar.

Entrevistado 4: Deveria ter conhecimento na área de orçamento [...] e também um pouco na área de direito público.

Entrevistado 5: A fala, assim, você vê que algumas pessoas se destacam por defender muito bem o seu ponto de vista. Compreensão, dedicação, uma boa fala, uma boa dicção, boa argumentação

Entrevistado 6: Eu acho que o conhecimento do funcionamento da máquina, eu acho que quem sabe como funciona a máquina, tanto lá, lá na hora do conselho como antes.

Entrevistado 7: Acho que foi valorizada a minha bagagem.

Entrevistado 8: Eu vi pessoas se destacarem porque tava ali há muito tempo e tinha certo conhecimento também.

Entrevistado 9: O conhecimento das regras do instituto, as demandas do instituto, e um pouco da parte de gestão também.

Entrevistado 10:

Entrevistado 11: Esse capital, o conhecimento da instituição, o conhecimento das leis da instituição, o conhecimento do funcionamento da instituição. [...] os mais antigos, não estou chamando de velhos, os mais antigos, os mais experientes acabavam sempre tendo seu capital

Entrevistado 12: No conselho é valorizado quem tem uma boa oratória, ali, porque, quem sabe argumentar e persuadir ali [...] então isso te dá uma maior credibilidade dentro do conselho, maior visibilidade.

Em geral, os entrevistados destacaram que o conhecimento institucional é amplamente valorizado no Conselho Superior. Três entrevistados (3, 5 e 12) enfatizaram a habilidade do discurso e da oratória, e apenas o entrevistado 1 afirma que a habilidade mais valorizada é de concordar e permanecer calado.

Constituem se como núcleos de sentidos:

- Anuência e silêncio (ent. 1)
- Conhecimento institucional (ent. 2, 4, 6, 7, 8, 9, 11)
- Discurso e oratória (ent. 3, 5, 12)

Inferindo-se que o conhecimento institucional possibilita maior reconhecimento e ou distinção para o seu possuidor durante as reuniões, sendo a oratória um importante recurso para a exposição dessa competência.

d) Capacitação

A capacitação é aspecto fundamental, segundo Pacheco (2011) para a atuação nos conselhos superiores e tal posicionamento é compartilhado por Gohn (2001) para quem a capacitação permite que a atuação dos conselheiros, durante o processo de análise de propostas de políticas públicas, seja a mais qualificada possível.

O Conselho Superior do Ifes não promove qualquer qualificação de seus membros e assim, esta pesquisa averiguou a necessidade de capacitação prévia ao início das funções de conselheiro, por meio de questionamentos sobre esse tema, permitindo verificar um possível desequilíbrio de capital simbólico no campo.

Entrevistado 1: Conhecimento dos princípios básicos que regem uma instituição como a nossa, leis principais, as funções do conselho, [...] poderia ter até alguma coisa sobre ética, democracia e representatividade.

Entrevistado 2: Seria. Acho que de todas as áreas.

Entrevistado 3: Acho que seria interessante, tipo, um cursinho que explanasse de forma geral, bem básica, todos os setores, tipo, área de ensino, área de extensão, área administrativa.

Entrevistado 4: Acho que sim, acho que principalmente no primeiro ano ali, [...] eu acho que precisaria de capacitação.

Entrevistado 5: Um seminário de abertura, um seminário inicial, no qual fosse apresentado pros conselheiros, quais são as demandas do instituto, o que ele vai fazer.

Entrevistado 6: Eu acho que os que já estão inseridos no contexto não precisam de ter treinamento, não, essa é minha opinião. Mas eu acho que o discente seria importante.

Entrevistado 7: Rapaz, eu acho que seria interessante, [...] acho que seria muito bacana, muito, na verdade assim, você otimizaria o tempo dos conselheiros lá dentro, com certeza

Entrevistado 8: Sim. Olha, direito administrativo, a 8.666, essa parte de licitação, eu acho que a pessoa entender dessas coisas, entender as Ldb's, as leis diretrizes, [...] as leis que regem a educação.

Entrevistado 9: Acredito que sim, um treinamento, um entendimento dos conselheiros, as regras. Deixar isso mais claro. [...] Acho que geral, de entendimento do lfes e gestão.

Entrevistado 10: Não. A pessoa tem que ter capacidade.

Entrevistado 11: Demais! Saber o que é o conselho, saber a função do conselho, saber como funciona o conselho. Acho que uma capacitação é de suma importância.

Entrevistado 12: Eu acho que seria interessante se houvesse algo do tipo, algo voltado para o entendimento da ética, da transparência, então tudo o que representa o conselho.

Em geral, os entrevistados afirmaram a necessidade de capacitação, destacando o conhecimento institucional como foco principal, havendo também sugestões para direito administrativo. No entanto, os entrevistados 6 e 10 consideraram desnecessária a capacitação visto que a própria condição de conselheiro assegura um conhecimento institucional.

Tal descrição forneceu a base as seguintes unidades de registro:

- Capacitação em conhecimento e demandas institucionais (ent. 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 12)
- Capacitação em direito administrativo (ent. 8)
- Desnecessário qualquer tipo de capacitação (ent. 6, 10)

Inferindo-se que os conselheiros eleitos reconhecem a carência de conhecimento institucional, por isso, a concordância em uma capacitação que tenha por objetivo assegurar o conhecimento da instituição e de suas demandas.

e) Incompreensão de itens

A incompreensão de algum item, durante as reuniões, pode indicar que, em algum momento, os conselheiros eleitos tiveram dificuldade em compreender todos os aspectos que impactam na instituição. E, em resposta a questionamentos sobre esse ponto, foram selecionadas as seguintes frases.

Entrevistado 1:

Entrevistado 2: Então. Você acaba, você acaba pegando em algumas situações

Entrevistado 3: Sim. Como eu citei anteriormente, nas questões de docentes, extensão.

Entrevistado 4: Por exemplo, muitas vezes, o relatório de gestão.

Entrevistado 5: Bem, algumas vezes, [...] tinha algumas coisas que era da parte de gestão, especialmente que falava dos recursos financeiros.

Entrevistado 6: Ah já, já. Se o cara defendia bem, eu ia junto com ele.

Entrevistado 7: Lembro assim, (..) desde sempre tinha assuntos que eu não tinha a capacidade de debater não.

Entrevistado 8: Sim. Eu me senti incapacitado quando formos votar naquela situação de férias.

Entrevistado 9: Sim, da exoneração de uma servidora lá. Era uma regra pré-estabelecida então, manteve-se esse incômodo e não tive força para mudar, não tive ação de mudança

Entrevistado 10: Claro. Eu parava a reunião para perguntar como é que isso funciona, [...] aí, explicavam, e daí eu dava o meu posicionamento

Entrevistado 11: Já. Conhecimentos técnicos mesmo. Lei, algumas leis, alguns regimentos que eu desconhecia e acabei aprendendo lá dentro.

Entrevistado 12: Até então, só aquela vez mesmo do curso.

Os conselheiros, em geral, relataram que, ao menos uma vez, não possuíam o conhecimento necessário para se posicionar sobre algum item da reunião, não raro sendo essa situação recorrente. Os entrevistados 6 e 10 apresentaram estratégias diante desse fato, isto é, posicionando-se favorável ao relator, caso esse fosse hábil na defesa de seus argumentos.

Assim, elaborou-se as seguintes unidades de registro:

- Desconhecimento de questões de ensino, pesquisa e extensão (ent. 3, 12)
- Desconhecimento de questões administrativas financeiras (ent. 4, 5, 8, 9, 11)
- Desconhecimento não mencionado (ent. 2, 6, 7, 10)

Permitindo inferir que a incompreensão de itens relativos ao cotidiano da instituição, como ensino, pesquisa, extensão e questões administrativas, revela que o conhecimento institucional dos conselheiros é deficitário, deixando-os vulneráveis perante àqueles que possuem esse capital.

Considerando as inferências expostas nos itens “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, o capital simbólico valorizado no Conselho Superior pode ser traduzido, principalmente, pelo conhecimento e ou experiência institucional que garante reconhecimento e distinção ao seu detentor. E que, dentre as vantagens de ser conselheiro, destaca-se a possibilidade de acumular esse tipo de capital e assim, ter maior prestígio, tanto no Conselho Superior quanto na própria instituição.

Apesar de apresentar o capital simbólico valorizado no Conselho Superior e também as vantagens para aqueles que o possuem, os entrevistados reconheceram não possuir, em quantidade suficiente, esse capital, e como consequências dessa carência destacam-se: a incompreensão de itens e a necessidade de capacitação.

4.2.3 Interpretação capital simbólico e os conselheiros

O capital institucional, descrito pelo conhecimento e experiência institucional, é o capital simbólico valorizado no Conselho Superior do Ifes e tem enorme influência nas relações entre os conselheiros, uma vez que, o segmento que mais o possui, ou seja, os diretores-gerais, ostentam posição de destaque e prestígio.

4.3 CONSELHO SUPERIOR E O CAMPO POLÍTICO

Para se interpretar a associação do Conselho Superior do Ifes ao conceito de campo, definido por Bourdieu, e relacioná-lo à ausência de rejeição a itens, os procedimentos de análise foram um pouco diferentes dos anteriores. No entanto, as pequenas diferenças não descartaram ou desconsideraram o padrão anteriormente definido, conforme se verifica na Figura 4.

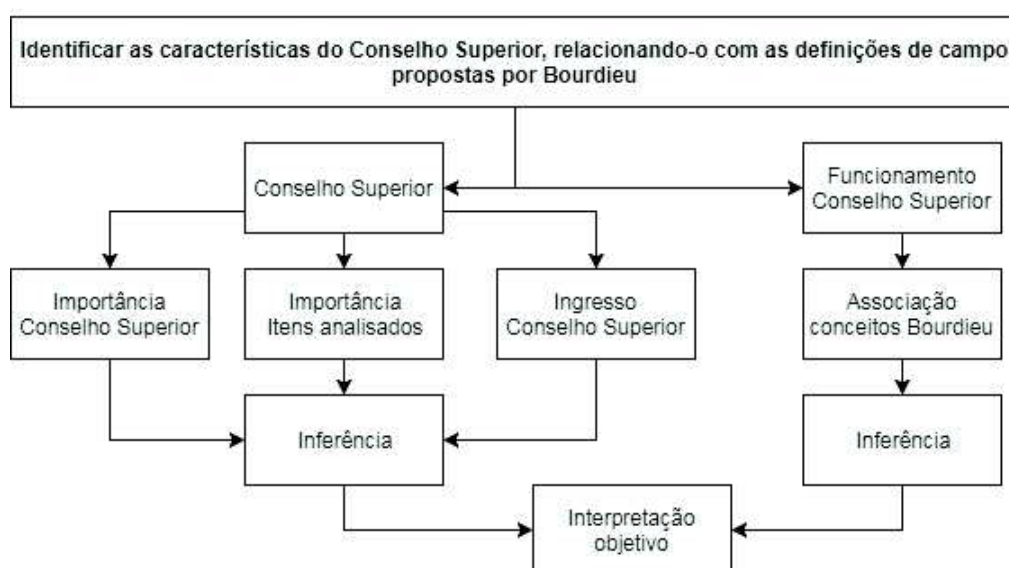


Figura 4. Características Conselho Superior e relação com campo.

Assim, em um primeiro momento, o Conselho Superior do Ifes foi compreendido em uma categoria principal, cuja definição foi elaborada a partir de três subcategorias, ou seja: importância do Conselho Superior, relevância dos itens analisados nas reuniões e ingresso. Essas subcategorias possibilitaram analisar a percepção dos conselheiros a respeito do Conselho Superior.

Em um segundo momento, a interpretação acima foi relacionada com as regras de funcionamento de campo, isto é, leis gerais, propriedades, estruturas, estratégias, hierarquias, as quais forneceram os subsídios necessários para atingir os propósitos deste objetivo.

4.3.1 O Conselho Superior do Ifes

O Conselho Superior foi definido a partir das contribuições dos entrevistados que possibilitaram identificar tanto suas características organizacionais quanto, por meio destas, atribuir seu pertencimento ou afinidade a um dos campos propostos por Bourdieu (1997).

a) Importância do Conselho Superior

Foi um tema do roteiro e, conseqüentemente, uma categoria elaborada na análise de conteúdo que visa mensurar a importância do conselho para instituição, a partir das seguintes percepções dos entrevistados.

Entrevistado 1: Ele é um conselho que no papel ele é o superior, ele é o mais importante da instituição, mas na prática, ele não tem importância nenhuma para o Ifes.

Entrevistado 2: Eu diria de grau máximo, já que o conselho é, além de consultivo, é deliberativo.

Entrevistado 3: Eu acho que ter um grupo de pessoas especificamente para conversar, debater, chegar a uma conclusão de algumas discussões é muito importante, acho que é um órgão importante e não pode deixar de existir.

Entrevistado 4: A importância é que é o órgão democrático, [...] é o órgão que mais representa o que é o Ifes hoje.

Entrevistado 5: Eu acho que o conselho é muito importante é porque é no conselho, como é uma instância final, a instância máxima, um órgão máximo.

Entrevistado 6: Para mim a maior importância dele é você ter como última instância uma representação de todos os segmentos.

Entrevistado 7: É uma instância que debate coisas muito importantes lá dentro, decisões importantes, abertura de Ifes e tal.

Entrevistado 8: Acho que o conselho deveria ser assim, deveria ser um canal, um canal de comunicação com o reitor. [...] Eu percebi que a coisa é séria.

Entrevistado 9: A importância é essa, leva boas decisões, bons debates para um nível de representatividade boa.

Entrevistado 10: Bom, acho que ele é o último filtro.

Entrevistado 11: Conselho Superior é um instrumento, mecanismo que detém o maior poder de decisão, de solução, de organização dentro da instituição, [...] é um mecanismo de maior poder e de maior força que existe dentro da instituição. Por conta disso, às vezes até o mais perigoso, o mais cobiçado, dependendo de quem e do que se quer através dele.

Entrevistado 12: O Conselho Superior, ele te dá isso, essa abertura para entender o que tá dentro do instituto e sentir parte ativa da democracia de dentro do instituto.

Em geral, os entrevistados classificaram o Conselho Superior do Ifes como a instância máxima institucional e, conseqüentemente, órgão extremamente importante para o Ifes. O conselho foi, também, considerado o órgão democrático e representativo de toda a comunidade acadêmica, aquele que detém o maior poder institucional. Somente o entrevistado 1, afirma que essa importância é teórica, uma vez que na prática, o Conselho Superior não tem importância alguma.

Assim, elaborou-se os seguintes núcleos de sentido:

- Instância máxima (ent. 2, 5, 6, 7, 10, 11)
- Instância democrática (ent. 3, 4, 5, 9, 12)
- Instância sem importância (ent. 1)

Permitindo inferir que o Conselho Superior é o órgão de maior importância institucional, sendo a instância democrática responsável pelas principais deliberações institucionais.

b) Ingresso Conselho Superior

Diferentemente do processo para a escolha de reitor e de diretores-gerais, que

se utiliza unicamente do voto direto; a eleição para o Conselho Superior tem rito e organização particulares, isto é, as eleições diretas, realizadas nos campi e na reitoria para definir a composição do

Art. 3º O Colégio Eleitoral tem a atribuição exclusiva de escolher, entre seus membros, os representantes de cada segmento da comunidade interna (Corpo Discente, Corpo Docente e Corpo Técnico-administrativo) no Conselho Superior, de acordo com os incisos I, II e III do artigo 8º do Estatuto do Ifes (CONSELHO SUPERIOR, 2014, Resolução 02/2014).

Não se pode ignorar a dificuldade em se determinar representantes de cada segmento dos 22 campi por meio das eleições diretas, visto que são apenas 10 vagas (5 titulares e 5 suplentes) para cada segmento. No entanto, a opção institucional pela eleição indireta é, no mínimo, questionável, pois estabelece um distanciamento entre os eleitores e eleitos, que é prejudicial aos interesses dos segmentos acadêmicos, da instituição e da sociedade, visto que

[...] o Conselho Superior é a instância maior de deliberação. O Conselho Superior, por sua composição, representa a comunidade interna, a sociedade e o próprio MEC. Sua legitimidade advém da forma democrática com que seus integrantes venham a ser indicados, especialmente, na representação da sociedade civil, garantindo a presença de empregados e empregadores (PACHECO, 2011, p.96).

Diante desse contexto, avaliar a forma de ingresso no Conselho Superior do Ifes a partir da perspectiva dos entrevistados visa além de associar o órgão a um tipo de campo, permite verificar a efetividade das ações democráticas do processo eleitoral. Assim, foram destacadas as seguintes frases:

Entrevistado 1: Na verdade as pessoas já chegam lá eleitas, já chegam lá tudo decidido, é uma falsa democracia.

Entrevistado 2: Eu acho que é bem democrática.

Entrevistado 3: Eu acho que ela é tendenciosa, porque tem pessoas que não aceitam não ter representação.

Entrevistado 4: Acho que é a mais funcional.

Entrevistado 5: Eu achei bastante justo e válido.

Entrevistado 6: É um processo político, tem a mesma carga pesada que um processo político tem [...] é desgastante porque ele tem toda a carga de um processo político para você articular antes e depois.

Entrevistado 7: Interessante. O processo eleitoral para entrar no Conselho Superior, fica na forma de que qualquer pessoa pode participar se tiver votos, sendo “elegido” pela sociedade.

Entrevistado 8: Mas eu achei assim, muito estranho, muito esquisito, direcionado, eu achei assim. [...] Eu acho que o reitor influenciou muito na escolha dos conselheiros.

Entrevistado 9: Eu, eu achei, na época das eleições, um pouco conflitante, deu muita confusão, né, não tinha um parâmetro correto.

Entrevistado 10: Eu ter conseguido chegar lá é uma prova de que os [...] realmente tinham escolha na hora de votar.

Entrevistado 11: A gente vê manipulação, a gente vê jogo de interesse, a gente vê, às vezes, um grupo tentando de tudo quanto é jeito de se infiltrar dentro do Conselho Superior.

Entrevistado 12: Então, eu gosto de como é, desta situação de eleger diretamente. A parte indireta que eu acho um pouquinho mais complicada, não discordo totalmente, mas acho complicada porque existem pessoas que sabem persuadir um pouquinho mais do que outras, [...] existe um interesse pessoal bem maior nas eleições indiretas do que o interesse coletivo

Alguns entrevistados (1, 3, 9, 11) consideraram que a forma de ingresso no Conselho Superior ocorre por meio da manipulação, desta forma, os eleitos já estão previamente definidos. Os entrevistados (6, 7, 9, 12) consideraram que o pleito é fruto do jogo político em que os candidatos, na fase indireta do processo eleitoral, devem persuadir seus pares a fim de conquistar a vaga. Já os entrevistados (2, 5, 10) tiveram a percepção de que esse método é a melhor representação democrática, enquanto o entrevistado 4 considera, apesar dos problemas, a mais funcional.

Elaborou-se as seguintes unidades de registro:

- Manipulação (ent. 1, 3, 9, 11)
- Jogo político (ent. 6, 7, 9, 12)
- Democrático (ent. 2, 5, 10)
- Funcional (ent. 4)

Permitindo inferir que a forma de ingresso no Conselho Superior, apesar de aspectos democráticos, é caracterizada, principalmente, pela manipulação e pelo jogo político. Tal fato ocorre, sobremaneira, na segunda parte do processo eleitoral, ou seja, a etapa indireta, em que os conselheiros eleitos, separados por seus respectivos segmentos, elegem-se e são eleitos por seus pares.

c) Importância dos itens

Verificar, a partir das seguintes impressões dos entrevistados, a relevância dos itens analisados nas reuniões do Conselho Superior, auxiliou tanto na compreensão da importância organizacional deste órgão, quanto na percepção de sua estrutura particular de funcionamento.

Entrevistado 1: Talvez a maioria não, e os mais importantes não são levados para lá.

Entrevistado 2: Extremamente relevantes, todos.

Entrevistado 3: Muito importantes, porque são decisões que envolvem todos os servidores.

Entrevistado 4: Os principais itens para a instituição passam no conselho.

Entrevistado 5: São importantíssimos.

Entrevistado 6: Ah, são, são, no geral.

Entrevistado 7: Todos.

Entrevistado 8: Eram, eram muito importantes.

Entrevistado 9: São, tem sua importância, tem sua relevância sim.

Entrevistado 10: Tinham assuntos que eram realmente muito importantes para serem decididos.

Entrevistado 11: Acho que tudo que chegava lá eram, sem dúvida nenhuma, itens importantes.

Entrevistado 12: A maioria sim.

Em geral, os entrevistados afirmaram que os itens analisados nas reuniões do Conselho Superior são de grande importância para a instituição, apenas o entrevistado 1 relatou que os itens mais relevantes não são decididos neste órgão.

Tendo por base os seguintes núcleos de sentido:

- Importantes (ent. 2,3,4,5,6,7,8,9,10, 11, 12)
- Irrelevantes (ent. 1)

Permitindo inferir que os itens analisados pelo Conselho Superior são muito importantes para o Ifes.

Assim, considerando as inferências apresentadas nos itens “a”, “b” e “c”, pode-se deduzir que o Conselho Superior do Ifes, apesar de sua importância como instância máxima institucional e do impacto institucional de suas decisões para o Ifes, tem uma parte da sua composição determinada a partir de um processo eleitoral cujas principais características são a manipulação e o jogo político.

4.3.2 Funcionamento do Conselho Superior

O funcionamento do Conselho Superior foi definido a partir da proposta de Bourdieu (1997), que permitiu um alinhamento das particularidades deste órgão às características de campos definidas pelo sociólogo francês, ou seja, leis gerais, propriedades, estratégia e hierarquia.

No Conselho Superior do Ifes, não se observa a primeira lei geral do campo, ou seja, a luta por posições e por capital simbólico mas sim, a segunda lei, pela qual a conveniência e convergência constitui-se como o próprio habitus de conselheiro. Essa característica, segundo Bourdieu, visa proteger os interesses do próprio campo e de seus jogadores, ação muito semelhante às do campo político.

Os campos possuem duas propriedades, a luta e a cumplicidade. Neste aspecto, o Conselho Superior, por sua estrutura de desigualdade na distribuição de capital institucional, tem a cumplicidade como principal característica que é comprovada pelo grande percentual de aprovações unânimes descritas no Quadro 1.

Neste contexto, os diretores-gerais são membros dominantes no Conselho Superior do Ifes por causa do desequilíbrio na distribuição de capital simbólico, e por

isso, visam conservar as regras e a estrutura do jogo, mantendo a hierarquia atual. Há alguns pretendentes que são, de alguma forma, contrários ao padrão estabelecido, e tentam subverter as regras, mas os dominantes, por meio da violência simbólica, conservam suas posições.

A associação ou alinhamento do Conselho Superior às regras de funcionamento do campo político fica perceptível a partir das seguintes convergências de funcionamento: não compreensão de seu funcionamento pelos agentes externos, distância entre eleitos e eleitores, capital simbólico e rito de passagem.

A impossibilidade de se entender o funcionamento do Conselho Superior, razão que motivou a elaboração desta pesquisa, também se assemelha ao campo político que, deliberadamente, mantém, por meio de uma cumplicidade e anuência interna, as diretrizes de suas atividades.

Os jogadores do campo político se afastam de seus eleitores, ou membros da política passiva, tão logo são eleitos, e esse comportamento é também verificado no Conselho Superior do Ifes, em que os interesses do colegiado se sobressaem em detrimento dos segmentos acadêmicos.

O capital simbólico, ou institucional, valorizado no Conselho Superior não é adquirido somente nas reuniões, e sim, a partir do exercício de um cargo na própria instituição. Assim, semelhante ao campo político, o capital anterior ao ingresso no campo, é fator distintivo para as posições no interior dele, garantindo notoriedade aos seus possuidores.

E finalmente, o campo político estabelece um rito de passagem, ou seja, uma avaliação de seus membros recém-admitidos, para que assim possam conferir-lhes poder e capital no campo. O Conselho Superior do Ifes tem preceito semelhante que pode ser verificado nas entrevistas, quando foi questionado aos entrevistados a respeito de proposições realizadas durante as reuniões. Nesse contexto, os entrevistados 4 e 12 fizeram, apesar de indiretamente, uso de proposições

anteriores às reuniões; e apenas, o entrevistado 6 admite ter participado diretamente das decisões prévias às reuniões.

4.3.3 Interpretação Conselho Superior e o campo político

Os entrevistados reconheceram a importância institucional tanto do Conselho Superior quanto dos itens por ele analisados, e tal qual um campo político, demonstraram suas impressões negativas para com o processo eleitoral, apesar de terem se beneficiado do próprio sistema.

Assim, pode-se definir o Conselho Superior como um espaço de prática social cujas condutas se assemelham às aquelas descritas por Bourdieu (1989) para conceitualizar o campo político, permitindo definir que a instância máxima do Ifes rege-se, prioritariamente, pelas regras do campo político.

4.4 AUSÊNCIA DE REJEIÇÃO E INFLUÊNCIA DO CAMPO

Esta etapa será respondida por meio da interpretação de duas subcategorias: ausência de rejeição e influência do campo, conforme pode ser observado no esquema de análise destacado na Figura 5. A primeira decorre da interpretação de *habitus* e capital simbólico já apresentadas anteriormente, acrescido da inferência sobre a subcategoria violência simbólica. A segunda, será analisada a partir dos dados sobre a relação de campo, já realizada anteriormente.

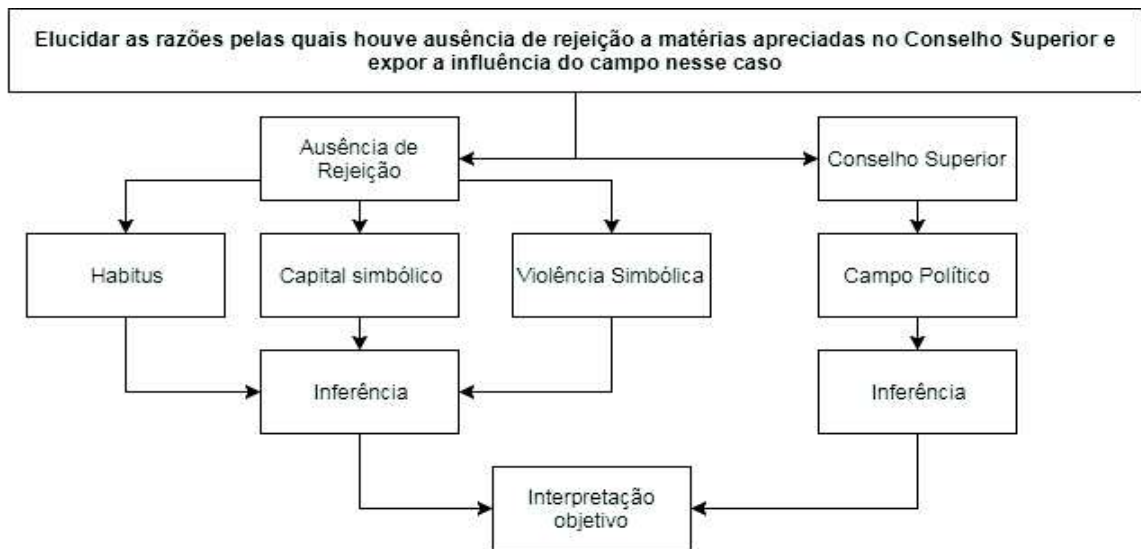


Figura 5. Ausência de rejeições e influência do campo

4.4.1 Ausência de rejeição

A ausência de rejeição é uma das principais características do funcionamento do Conselho Superior e é oriunda da relação entre os conceitos de *habitus*, capital institucional e violência simbólica.

O *habitus* do conselheiro foi definido como a disposição em jogar um jogo no qual se deve reconhecer e se adequar as suas regras particulares. No caso do Conselho Superior do Ifes, a normativa principal é que não haja reprovação às matérias analisadas pelo órgão. A partir desse entendimento, e com o intuito de se valorizar e ser reconhecido como jogador do campo, é necessário se adequar à regra, isto é, ser subserviente a esse princípio, ignorando, conseqüentemente, ações (proposições, reprovações e questionamentos) que possam, de uma maneira ou outra, comprometer o jogo.

O acúmulo de capital institucional é a razão pela qual os conselheiros se submetem ao ordenamento do jogo, uma vez que, quanto mais capital institucional o jogador tiver, maior será sua relevância para o Conselho Superior. Neste contexto, por haver, previamente, um segmento que é dotado de um maior capital institucional, seus membros possuem notoriedade no campo e são naturalmente valorizados e

reconhecidos perante os demais. Neste contexto, se um jogador não dispor do capital institucional mínimo para se promover dentro do campo, não lhe resta alternativa que não seja a anuência com a organização e com o funcionamento do Conselho Superior.

A violência simbólica (BOURDIEU, 1997) se caracteriza pelo uso, a partir do exercício do *habitus*, do capital simbólico valorizado em um campo, por aqueles que possuem a distinção e a importância para tal. É o exercício do poder por quem de fato o possui, é um ato de conservação da estrutura do campo e de demonstração inequívoca para os demais jogadores das condições a que estão submetidos.

Para identificar a violência simbólica no Conselho Superior, os entrevistados foram indagados se já foram coagidos ou presenciaram algum tipo de coação, destacando-se as seguintes constatações:

Entrevistado 1: Nós fomos na verdade ameaçados, entendeu, as falas ali, foram de ameaças.

Entrevistado 2: Não. Eu não senti não.

Entrevistado 3: Talvez eu já, já, tentaram me influenciar, mas ali, não, eu sempre tomei as minhas decisões.

Entrevistado 4: O lfeis não, as decisões que a gente tomou porque a gente achava que fosse a melhor mesmo.

Entrevistado 5: Não, nunca. Nunca, total liberdade de expressão.

Entrevistado 6: Não. No meu caso não.

Entrevistado 7: Sim. Na fala, no olhar, na forma de oprimir as pessoas, igual eu te falei, você vai sentindo a pessoa falando, você vai sentindo a pessoa tentando te podar. Mas aí, o parceiro dele que está do lado, no mesmo grau de formação ou, no mesmo cargo da instituição, em outra instituição, ele pode fazer isso com ele, mas você que é, teoricamente, inferior, ele vai.

Entrevistado 8: Eu achei essa atitude do reitor eh, vamos dizer assim, ele colocou o conselho contra a parede, neh, ele pressionou o conselho, ele não gostou da decisão do conselho

Entrevistado 9: Eu tive, não tô lembrado do assunto, mas tive um caso de um representante dos alunos que tentou abordar um assunto, tentou levar um assunto várias vezes e, pela forma como é direcionada ela não teve muito espaço.

Entrevistado 10: Algumas coisas eram proibitivas [...] quando eu falava alguma coisa e olhava para a cara dos professores, dos diretores, se eu falava alguma coisa que contrariava eles, eles já dava aquele sincero olhar de desprezo para você, e, para pessoas mais jovens isso abala o psicológico.

Entrevistado 11: O discente entra lá e não sabe o que é o Ifes.(...) Então, ele chega lá dentro e abre a boca e já chega um docente e um dirigente: “Oh! Não, você não pode por que pa pa pa essa lei não deixa”. Já acabou com o moleque, pronto acabou com ele. [...] Chega um docente ou um técnico administrativo, a mesma coisa.

Entrevistado 12: Não. (risos) não. (risos)

Os entrevistados 2, 4, 5, 6 e 12 relataram que nunca foram coagidos ou perceberam qualquer tipo de coação ou ameaça durante as reuniões do Conselho Superior do Ifes. Os demais entrevistados (1, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12) relataram situações em que foram vítimas de violência simbólica ou que presenciaram tal violência.

A partir dos seguintes núcleos de sentido:

- Tentativa de influência (3)
- Coação hierárquica (1, 7, 8, 9, 10, 11, 12)

Pode-se inferir que a violência simbólica, quando exercida, materializa-se por meio da coação hierárquica que consiste na imposição ou condenação de alguma atitude contrária aos interesses do campo.

4.4.2 Rejeição e campo

O consentimento com a regra do jogo, ou seja, a ausência de rejeição, é a relação entre o *habitus* de conselheiro, cuja assimilação pressupõe este

posicionamento, e o capital simbólico, que permite aos seus maiores detentores o uso da violência simbólica contra aqueles que tentam subverter as regras.

O campo, nesse contexto, é o espaço, sem limitações físicas, que possibilita a ocorrência dessas ações, permitindo, por meio de sua estrutura de funcionamento, a conservação da hierarquia e o malogro dos subversivos.

Assim, o campo, tal qual formulado por Bourdieu (1997), tem influência direta e independente nas ações do Conselho Superior do Ifes. Essa constatação, apesar do aspecto relacional com outras concepções, valida-se por ser o campo um palco, um espaço social de valorização ou negação de práticas, em que os demais conceitos podem ser concretizados. É no campo que a prática social acontece, é nesse espaço que as ações são admitidas e ou condenadas. O campo se reflete na organização e comportamento dos atores sociais, por isso, a sua importância.

O Conselho Superior, tal qual visto anteriormente, é um espaço de prática social cuja organização se assemelha ao campo político, e por isso, ignora a importância de atores de outros campos. Esse campo é uma organização social hermética cujas práticas e lucros somente podem ser reconhecidos e auferidos por aqueles que participam do jogo. Para estes, o capital simbólico é distribuído em função de suas posições; restando para aqueles, que não estão no Conselho Superior e desconhecem tanto sua lógica quanto seus lucros institucionais, a incompreensão e perplexidade.

O Ifes, por ser uma instituição de ensino, insere-se no campo científico e por isso, valoriza aqueles que praticam a ciência, nesse caso, em sua maioria, os professores. Desta forma, avaliar se esses atores têm tratamento distinto é primordial para relacionar a hierarquia do Conselho Superior à da instituição.

Entrevistado 1:

Entrevistado 2: Sim, têm o mesmo tratamento.

Entrevistado 3: Eu acho que sim, há privilégios. [...] A forma que o professor se manifesta [...] tipo olha, eu sou melhor do que você, você está aqui para me servir.

Entrevistado 4:

Entrevistado 5: Acho que todos têm a mesma importância, [...] alguns professores dizem que são a parte principal.

Entrevistado 6: Eu sinto alguma diferença ainda, em relação aos técnicos.

Entrevistado 7: Não, não tem o mesmo privilégio, não tem a mesma valorização não.

Entrevistado 8: Os professores são, eles tem mais prestígio.

Entrevistado 9: Há uma diferença. [...] eu vi que as demandas da parte docente tinham maior peso, tinham maior interferência.

Entrevistado 10: Tem mais poder mesmo, são os dirigentes, o que é óbvio, que eles têm mais poder, depois os professores, depois os técnicos, por último os alunos.

Entrevistado 11: Há. [...] ainda vejo em um dos momentos os docentes acabam tendo mais voz, tendo mais cor, até porque o nosso objetivo fim acaba ficando na mão do docente.

Entrevistado 12: Mas, infelizmente, infelizmente, quando chega a vivência do dia a dia, as pessoas valorizam uns mais do que outros, um docente valoriza mais um docente do que o próprio discente, o docente se valoriza mais que o próprio técnico [...], infelizmente, há distinção.

Os entrevistados, em geral, reconhecem a existência de um distinto tratamento institucional para com os segmentos, destacando os assuntos docentes como prioridades e relegando aos demais uma posição secundária. Somente o entrevistado 2 afirmou que todos os segmentos têm o mesmo tratamento institucional.

A partir dos seguintes núcleos de sentido:

- O mesmo tratamento (ent. 2)
- Distinção de tratamento (ent. 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12)

Infere-se que, no campo científico, isto é, no espaço social em que está inserido o Instituto Federal do Espírito Santo, é nítido o prestígio e valorização institucional do segmento docente em detrimento aos demais.

Apesar de ser um colegiado da estrutura administrativa de um órgão cujas regras são determinadas pelo campo científico, o Conselho Superior do Ifes não é, totalmente, influenciado por essa condição. Assim, se no campo científico, os docentes são mais valorizados, no campo político, apesar de muitos dirigentes serem docentes, a valorização e a notoriedade é recompensada pela função de diretor-geral, e conseqüente, a relação e a participação com e na gestão.

4.4.3 Interpretação ausência de rejeição e influência do campo

A ausência de rejeição é a principal regra do Conselho Superior e parte importante da constituição do *habitus* de conselheiro, ou seja, sem o reconhecimento dessa normativa torna-se impossível o acúmulo de capital institucional e conseqüente valorização dentro do campo. Assim, ao aprovar qualquer assunto, o conselheiro demonstra compreensão à regra e se adéqua ao jogo, possibilitando o reconhecimento de seus pares conselheiros.

Deve-se considerar que a ação de poucos conselheiros ao proporem algum item durante o mandato é, além da caracterização do *habitus*, um desdobramento da regra principal do campo. Por isso, percebe-se a ação passiva dos conselheiros para com o *modus operandi* do campo, ou seja, revela o seu real funcionamento, isto é, as deliberações prévias, que somente poucos conselheiros reconheciam, e somente um participava diretamente.

Essa prática expõe a influência do campo político no funcionamento do conselho superior, uma vez que, neste campo, os membros, antes de terem a devida representatividade, são testados pelos seus pares até que tenham certeza de sua adequação aos preceitos do campo.

Nesse contexto, tanto o *habitus* delimita o campo, quanto o campo influencia o *habitus*. Desta forma, o *habitus* impõe a ausência de rejeição como regra de funcionamento do Conselho Superior, que, por suas particularidades, distingue

dentre seus membros, aqueles que se adéquam a ela, punindo, por meio da violência simbólica, os rebeldes.

4.5 ACONTECIMENTO MARCANTE

Durante a realização das entrevistas, a maioria dos entrevistados, mencionou uma reunião para analisar recurso de processo administrativo como um acontecimento marcante durante o mandato. Nesta reunião, decidiram pela não demissão de um servidor, posicionando-se contrários a uma decisão prévia do reitor.

Por questões de sigilo institucional, visto que a ata da mencionada reunião não é ao menos publicada no site institucional, essa pesquisa não a inseriu em seu banco de dados. No entanto, mediante a recorrência no relato dos entrevistados, esse trabalho não poderia ignorar tal fato.

Salienta-se que a menção à reunião será limitada aos fatos mencionados pelos entrevistados. Naquela ocasião, o fato do Conselho Superior ter se posicionado contrário a uma decisão do reitor, apesar de aparentemente de divergir das evidências deste trabalho, tal ação não desconsidera a pesquisa, visto que, na referida reunião, não houve uma reprovação e sim, um posicionamento contrário ao do reitor.

Entrevistado 1: (foi) uma tentativa desesperada e intimidadora típica das ditaduras de dizer o seguinte: votem o que eu quero, votem a favor de mim, porque senão, o bicho vai pegar para vocês.

Entrevistado 2:

Entrevistado 3: Foi a votação da situação da professora (PAD), é, eu nunca tinha participado de forma tão intensa, da vida de alguém assim

Entrevistado 4: Acho que as reuniões para tratar de PAD sempre são mais complicadas, [...] que ali envolve a vida de uma pessoa, a reunião mais difícil é que envolve a questão do PAD.

Entrevistado 5: Eu lembro de uma servidora que era para ser, que foi assim o processo de exoneração.

Entrevistado 6: Foi quando tinha as questões do PAD, [...] enquanto você tá discutindo uma coisa mais abstrata um pouco, apesar de ter uma aplicação prática. Ah, um regimento, tem um grau de abstração ali, coisa que vai ser aplicado e tal. Agora um PAD não, você está definindo a vida de uma pessoa.

Entrevistado 7: Da demissão, posicionamentos muito interessantes, rolou, aí sim, rolou um debate.

Entrevistado 8: Ah, o acontecimento marcante foi o cpf, neh? O cpf, não esquece o cpf não, “o de vocês está na reta”.

Entrevistado 9: Teve aquela questão daquela servidora, que foi um pouco constrangedor.

Entrevistado 10: Então, esse momento da votação, do problema lá da [servidora], foi extremamente marcante para mim, porque o conselho, ele ficou completamente dividido. [...] Um voto mudou, a aí eu vi o poder que os [...] tinham.

Entrevistado 11: O dia do PAD foi uma falha na estratégia. Mas ali foi a estratégia....contou-se com um jogo ganho. E o outro lado jogou melhor.

Entrevistado 12: Ah, tem o episódio que nós votamos o curso de cães, de adestramento de cães-guia do campus Alegre, e esse foi para mim muito marcante [...] o fato do instituto pegar muito esse papel social.

Em geral, os entrevistados declararam que o acontecimento marcante de suas participações no Conselho Superior foi a reunião para decidir um recurso de processo administrativo. Somente o entrevistado 12 menciona outro fato, principalmente, por não ter participado da reunião em questão. Apesar de ser fato significativo, a percepção é distinta, permeando diversos sentimentos e sentidos, desde intimação, constrangimento, realização de debate, e responsabilidade.

Assim, tem-se os seguintes núcleos de sentido:

- Intimidação (ent. 1, 8)
- Responsabilização (ent. 3, 4, 6, 7, 10)
- Constrangimento (ent. 9)
- Falha estratégica (ent. 11)

Possibilitando inferir que a reunião de recurso de um processo administrativo, na qual os conselheiros, por maioria simples, foram contrários à decisão do reitor, é uma representação simbólica do posicionamento ativo dos conselheiros diante da responsabilidade sobre a vida institucional de um servidor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos relevantes para a esta pesquisa foi a associação ou relação do Conselho Superior com algum tipo de campo proposto por Bourdieu, e a partir de evidências constatou-se que o Conselho Superior se harmoniza com o campo político, permitindo tanto a caracterização de seu funcionamento, quanto a influência do campo nas ações de seus agentes, pelas seguintes características: distanciamento entre os conselheiros e segmentos, capital simbólico e rito de passagem.

O distanciamento entre os conselheiros e seus segmentos verificado no Conselho Superior é uma das particularidades do campo político. Tal constatação, além de ser uma prova da relação entre o campo e o órgão, demonstra a predileção dos conselheiros para com os interesses do Conselho Superior em detrimento dos segmentos acadêmicos, visto que é por meio destes que tanto se estrutura o *habitus* quanto se acumula o capital simbólico.

O capital institucional, ou simbólico, no Conselho Superior é mais uma evidência de alinhamento com o campo político, visto que ele não é conquistado apenas nas reuniões. A experiência como gestor ou conselheiro garante notoriedade, propiciando condições para a obtenção de um capital institucional valorizado no campo e cuja acumulação permite a distinção de quem o possui perante os demais.

Constatou-se no Conselho Superior do Ifes um rito de avaliação que, aparentemente, tem conduta semelhante ao do campo político. Três entrevistados relataram ter ciência de acordos prévios às reuniões, mas somente, o entrevistado 6 afirmou ter participado ativamente dessa prática. A participação, nesse caso, confirma a “aprovação” nesse rito de passagem, a qual se evidencia por uma condição posterior e não por um feito e ou ações no Conselho Superior. Nesse caso, o entrevistado era gestor de um campus, e por isso, possuía permissão e, conseqüente, autorização para participar desses acordos.

Além da associação com o campo político, inferiu-se que o consentimento com a regra do jogo, ou seja, a não rejeição, é fruto da relação entre o *habitus* de conselheiro, cuja assimilação pressupõe esta postura, e o capital simbólico, que permite aos seus detentores o uso da violência simbólica contra aqueles que tentam subverter as regras. O campo, nesse contexto, é o espaço sem limitações físicas que possibilita a ocorrência dessas ações, permitindo, por meio de sua estrutura de funcionamento, a conservação da hierarquia e o malogro dos subversivos.

Outro importante conceito de Bourdieu, isto é, o *habitus* foi definido pela disposição em participar do jogo e também pelo reconhecimento e adequação às regras do jogo. Nesta perspectiva, a anuência coletiva é esforço e ação inconsciente por parte dos conselheiros que visa, evidentemente, a acumulação de capital simbólico. Tal conduta é explicada pela inexistência de uma ação desinteressada, por isso, o ato de sempre aprovar faz com que o conselheiro eleito participe efetivamente do jogo, mesmo que ainda não possua o capital simbólico necessário para se tornar um jogador importante.

No Conselho Superior do Ifes, o *habitus*, tal qual o campo, é responsável por estimular e incentivar o distanciamento entre os representantes e seus representados e, em alguns casos, a completa ausência de interação entre eles; visto que, a normativa do jogo, ou seja, a ausência de reprovação, não requer e nem capitaliza esse tipo de esforço por parte do conselheiro.

As ações em um campo visam, exclusivamente, acumular capital simbólico, as quais são viabilizadas por uma prática e conduta reconhecidas e valorizadas por todos os agentes sociais. No Conselho Superior do Ifes esse capital simbólico corresponde à experiência e ao entendimento institucional, ou seja, no conhecimento dos trâmites organizacionais e legais, tanto de funcionamento do colegiado quanto da própria instituição, o qual garante distinção perante os demais, autorizando a seus possuidores o uso da violência simbólica.

Conforme já mencionando, a principal fonte de acúmulo desse capital institucional decorre do exercício de um cargo ou função no Ifes. Nesse ponto, os

diretores-gerais tem clara vantagem perante os demais, pois, além de participar ativamente da gestão institucional, também são membros do Colégio de Dirigentes, órgão de apoio e assessoramento à reitoria, pelo qual, a maioria dos itens deliberados no Conselho Superior, tem prévia tramitação. Acrescente o fato de a equiparação da quantidade de dirigentes aos demais segmentos acadêmicos, além de revelar uma interpretação particular dos preceitos legais, iguala quantitativamente aqueles que são desiguais qualitativamente, provocando desequilíbrio; que é ampliado pela influência dos diretores-gerais nos conselheiros que possuem cargos em comissão, visto que atribuição de um cargo é retribuída pelo alinhamento político.

Embora a aprovação sistemática e o comportamento consensual sejam características inerentes ao Conselho Superior, o fato foi mais significativo para os entrevistados ocorreu em uma reunião de recurso de processo administrativo em que essa lógica de funcionamento foi ignorada. Nesta reunião, o posicionamento contrário a uma decisão do reitor pela maioria dos conselheiros, revelou, em uma circunstância extraordinária, um inédito posicionamento ativo manifestado em opiniões e posicionamentos divergentes.

Esse fato, somado às demais inferências, interpretações e associações elaboradas nesta pesquisa, permite considerá-la como um passo para se entender o comportamento e funcionamento do Conselho Superior do Ifes e também subsídio para análises posteriores. Tal avaliação se deve ao fato de que o universo da pesquisa, mesmo limitado a um mandato específico, pode ser muito mais amplo, pois desde a criação do conselho, no ano de 2008, não se verifica, analisando as atas, qualquer rejeição ou reprovação a itens de reunião. Desta forma, as observações desta pesquisa revelam não apenas a peculiaridade de um grupo específico de conselheiros, e sim, uma conduta habitual do próprio Conselho Superior do Ifes.

Diante do exposto, aconselha-se a realização de estudos sobre o Conselho Superior do Ifes que se baseiem na opinião dos diretores-gerais, da comunidade acadêmica ou dos membros da sociedade civil, pois assim, a partir de novas

informações e interpretações, possa ampliar o entendimento sobre os conselhos institucionais e seus impactos sociais.

Considera-se que esta pesquisa pode, também, constituir-se como importante subsídio para trabalhos que tenham por objetivo a investigação do par representante/representado. Para tanto, aconselha-se o uso da perspectiva teórica de representatividade democrática nos campos institucionais e sociais, percepção que demanda urgência diante do atual cenário político nacional e institucional.

As ações no Conselho Superior do Ifes e demais espaços sociais são explicadas, por Bourdieu, a partir da analogia a um jogo. Esta comparação é facilmente percebida pelos participantes do campo, visto que as ações e estratégias são idênticas às disputas inerentes a uma partida. No entanto, para aqueles que não participam do jogo e se deparam com um comportamento de anuência e passividade, compará-las a um rito pode ser mais elucidativo e didático, visto que

para que exista rito [...] será necessária uma encenação instituída com significação simbólica que remeta a valores, tenha o aspecto de comunicação codificada, respeite uma ordem bem definida e dê lugar a comportamentos repetidos. (REVIÈRE, 1997, p. 123)

Essa associação, apesar de ter um caráter meramente imagético e explicativo, pavimenta possíveis cooperações teóricas, subsidiando estudos futuros, pelos quais, os conceitos e a teoria relacional de Bourdieu possam ser exemplificados e usados, principalmente quando relacionados a ações de anuência e cumplicidade, pela disposição ritual e não somente à competitividade inerente aos jogos.

Por fim, as reuniões do Conselho Superior do Ifes, explicadas pela teoria bourdieusiana, podem ser representadas por um ritual oficial que, impedido de promover comportamentos distintos, tem o objetivo de formalizar, publicizar e institucionalizar decisões previamente tomadas, como se de fato fossem deliberações deste órgão.

6. PRODUTO TÉCNICO

A aprovação habitual no Conselho Superior é decorrente, principalmente, da inter-relação de três conceitos, ou seja, *habitus*, capital simbólico e campo. Por isso, uma ação que tenha como objetivo alterar uma conduta organizacional, incentivando e propiciando maior participação dos demais segmentos, deve, necessariamente, agir ou produzir efeitos nestes conceitos.

Destaca-se que a estrutura de poder tem como classe privilegiada os diretores-gerais, possuidores de maior capital simbólico e por isso, diminuir o capital simbólico dos dirigentes sem anuência e colaboração destes seria ação inócua, no entanto, minimizar o deficit de capital dos demais segmentos pode ser ação exequível.

Diante desse contexto, dentre possíveis ações, a capacitação, reconhecida e solicitada pela maioria dos entrevistados é fundamental, pois além de aumentar o capital institucional por meio da aquisição de conhecimentos institucionais, aspectos legais e financeiros, também justifica um importante pré-requisito para ingresso em conselhos, reivindicado por Bonfim (2000), Gohn (2001) e Pacheco (2011).

Deve se ressaltar que essa ação não seria suficiente para equalizar a distribuição de capital simbólico, por isso, a ela somam-se as seguintes sugestões de intervenção: um tempo concedido aos conselheiros para se dedicarem exclusivamente aos itens de reunião, diminuição do quantitativo de dirigentes, transmissão ao vivo das reuniões, impedimento que conselheiros exerçam cargos em comissão e eleições diretas.

A capacitação permitirá que o conselheiro acumule rapidamente o capital institucional valorizado no órgão. Para isso, o treinamento seria ministrado após o término das eleições, em período prévio à primeira reunião, permitindo maior compreensão das funções e responsabilidades do conselheiro e do Conselho Superior, além de especificar e exemplificar as principais matérias que tramitam no órgão. O conteúdo programático seria aquele sugerido pelos entrevistados, ou seja, elaborado e organizado a partir dos seguintes temas: direitos e deveres do

conselheiros, principais aspectos gerenciais e administrativos do Ifes, planejamento institucional, direito administrativo, dentre outros.

A diminuição do número de dirigentes é um aspecto relevante pois, além de adequar a composição ao descrito pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2017, visa diminuir a influência dos diretores-gerais pela restrição quantitativa. Para isso, acredita-se que igualando a quantidade de dirigentes aos entes da sociedade civil e do Ministério da Educação, ou seja, um membro, assegura tanto a representatividade do Colégio de Dirigentes quanto a uma diminuição de influência da gestão.

Apesar da pouca adesão, por parte dos entrevistados, à transmissão ao vivo das reuniões, essa ação pode proporcionar maior interação e aproximação entre os representantes e representados, pois

[...] a abertura das sessões do Conselho Universitário ao público, contemplando o direito à fala por parte da comunidade universitária, possui o potencial de ampliar a característica democrática de suas decisões[...] (MONTEIRO, 2013, p.80).

Em geral, os entrevistados admitiram que a falta de tempo para se dedicar às atividades de leitura e estudo dos itens foi um complicador. Por isso, sugere-se que a instituição, na semana que antecede as reuniões, conceda aos conselheiros um período para possam se dedicar, exclusivamente, à leitura e ao estudo das matérias que serão analisadas. Essa ação, em conjunto com a capacitação, podem impulsionar o acúmulo de capital institucional.

A próxima sugestão é consequência direta das respostas dos entrevistados, isto é, que os conselheiros eleitos, sejam impedidos de exercer cargos em comissão, visto que os ocupantes desses cargos não se posicionam contrários à gestão.

A forma de ingresso no Conselho Superior foi alvo de críticas, visto que proporciona um distanciamento entre os representantes e os representados. Isso ocorre porque o ingresso definitivo é resultado da ação política e de convencimento do servidor perante seus pares, e não dos votos recebidos pelo segmento. Essa

situação coloca, em certo grau, o eleito superior aos eleitores, pois estes são responsáveis apenas por conceder a permissão de participar da eleição indireta.

Evidentemente que a expansão do Ifes no Espírito Santo inviabiliza uma representação por campi no Conselho Superior. No entanto, uma eleição direta de extensão regional que englobasse 1 conselheiro por segmento para a região norte, para a região sul e para a região serrana, e 2 conselheiros por segmento para a região metropolitana, totalizando 5 membros por segmento, idêntica a quantidade atual, amenizaria o problema de representação.

Essas propostas têm o intuito de possibilitar o aumento, ainda que não seja uma garantia, do capital institucional dos conselheiros eleitos, permitindo que eles tenham maior compreensão de seus deveres e direitos, e também a elaboração de uma resolução, como produto técnico, que normatize o processo eleitoral para composição do Conselho Superior do Ifes.

Esta minuta será baseada nas propostas acima, na Resolução nº 2/2014 de 21 de fevereiro de 2014 do Conselho Superior do Ifes, que regula o processo eleitoral para os representantes do corpo docente, do corpo discente e do corpo técnico-administrativo no Conselho Superior do Ifes e define normas para o Colégio Eleitoral; e também na Resolução nº 14/2017 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF, que regulamenta o processo de escolha dos conselheiros representantes dos segmentos Docente, Discente e Técnico-administrativo em Educação do Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense.

A resolução do IFF apresenta-se como principal modelo, uma vez que essa instituição já organiza seu processo de composição do conselho superior a partir de uma eleição regional semelhante àquela proposta por esta pesquisa. Na Resolução nº 14/2017 do IFF há uma divisão administrativa baseada em núcleos, que determinam o quantitativo de conselheiros, ou seja, a partir 4 núcleos administrativos são eleitos 4 conselheiros para cada um dos segmentos acadêmicos.

Desta forma, considerando a Resolução nº 14/2017 do IFF, a Resolução nº

2/2014 do Ifes, as adaptações textuais necessárias às particularidades do Ifes e também às análises e observações desenvolvidas nesta pesquisa, apresenta-se o seguinte produto técnico:

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR N° XX/2017
DE XX DE XXXX DE 2017**

*Regula o Processo Eleitoral para os representantes
do Corpo Docente, do Corpo Discente e do Corpo
TécnicoAdministrativo no Conselho Superior do Ifes.*

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO – IFES, no uso de suas atribuições regimentais, considerando as decisões do Conselho Superior em sua XX reunião, realizada em XX de XX de XXXX, bem como:

RESOLVE:

Definir o Regulamento do Processo Eleitoral para representantes do Ifes no Conselho Superior.

Seção I – Da estrutura funcional do Ifes

Art. 1.º A estrutura funcional multicampi do Instituto Federal de Tecnologia do Espírito Santo está definida na Portaria nº 819, de 13 de agosto de 2015 do Ministério da Educação:

1. Campus Alegre;
2. Campus Aracruz;
3. Campus Cachoeiro de Itapemirim;
4. Campus Cariacica;
5. Campus Centro-Serrano;
6. Campus Colatina;
7. Campus Guarapari;
8. Campus Ibatiba;
9. Campus Itapina;
10. Campus Linhares;
11. Campus Montanha;
12. Campus Nova Venécia;
13. Campus Piúma;

14. Campus Santa Teresa;
15. Campus São Mateus;
16. Campus Serra;
17. Campus Venda Nova do Imigrante;
18. Campus Vila Velha;
19. Campus Vitória;
20. Campus Avançado Viana;
21. Polo de Inovação Vitória;
22. Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor.

Art. 2.º As Unidades administrativas do Ifes estarão configuradas a partir do conceito de regiões, traduzido na seguinte representação territorial:

- a) Região Sul – abrangendo os seguintes campi do Ifes: Alegre, Cachoeiro do Itapemirim, Guarapari e Piúma.
- b) Região Serrana – abrangendo os seguintes campi do Ifes: Ibatiba, Venda Nova do Imigrante, Centro-Serrano e Santa Teresa.
- c) Região Norte - abrangendo os seguintes campi do Ifes: Colatina, Itapina, Linhares, São Mateus, Montanha, Nova Venécia.
- d) Região Metropolitana – abrangendo os seguintes campi do Ifes: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Polo de Inovação Vitória e Centro de Referência em Formação - Cefor.

Parágrafo único: Os servidores lotados na Reitoria ficam inseridos na Região Metropolitana para efeito de localização.

Seção II - Do Conselho Superior

Art. 3º O Conselho Superior tem suas atribuições e sua composição definidas no Estatuto do Ifes, Artigo 8º e seus incisos.

Art. 4º A escolha dos representantes de cada segmento (Corpo Discente, Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo) da comunidade interna no Conselho Superior será realizada por meio de eleição direta, individual, secreta e, preferencialmente, eletrônica.

Seção III – Da Organização da Eleição

Art. 5.º Serão eleitos os conselheiros representantes dos segmentos acadêmicos com seus respectivos suplentes:

- I - 05 (cinco) representantes do corpo Docente e igual número de suplentes.
- II - 05 (cinco) representantes do corpo Técnico-administrativo em Educação e igual número de suplentes.
- III - 05 (cinco) representantes do corpo Discente e igual número de suplentes.

Parágrafo único: as regiões Sul, Norte e Serrana elegerá, cada uma, 1 (uma) representação por segmento, enquanto a região Metropolitana elegerá 2(duas) representações por

segmento.

Seção IV - Da Comissão Eleitoral

Art. 6º Cada Diretor-Geral, e no caso da reitoria o Reitor, deverá indicar, por meio de portaria, 1 (um) representante de cada segmento (discente, técnico-administrativo e docente) para compor a Comissão Eleitoral do respectivo campus ou da reitoria.

Parágrafo único. Para o Campus Vitória, em função do total de votantes, serão indicados 2 representantes de cada segmento.

Seção V - Dos Candidatos

Art. 7º Poderão ser candidatos a representantes do Corpo Discente no Colégio Eleitoral os alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos, de graduação e de pós-graduação que tenham, no mínimo, 1 ano a cumprir até a finalização do curso e tenham no mínimo 16 anos completos.

Art. 8º Poderão candidatar-se a representantes nos Colégios Eleitorais de suas respectivas categorias todos os servidores efetivos e ativos, com exceção dos que:

- I. estejam licenciados ou afastados por período igual ou superior a 60 dias;
- II. estejam afastados por motivo de prisão;
- III. estejam sob penas resultantes de Processos Administrativos Disciplinares ou Comissões de Ética;
- IV. tenham recebido suspensão disciplinar de 15 dias ou mais nos últimos 12 meses anteriores à data do edital de convocação das eleições;
- V. estejam em exercício de mandato político;
- VI. estejam à disposição de outras instituições ou órgãos externos ao Ifes;
- VII. sejam membros da CIS, da CPPD ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e PósGraduação e Extensão do Ifes;
- VIII. Exercam cargos em comissão, ou seja, cargos de direção ou função gratificada.

§1º Somente os técnico-administrativos efetivos e ativos poderão ser candidatos a representantes do Corpo Técnico-Administrativo no Colégio Eleitoral.

§2º Somente os docentes efetivos e ativos poderão ser candidatos a representantes do Corpo Docente no Colégio Eleitoral.

Seção VI – Da Inscrição

Art. 9º Todos os candidatos deverão obrigatoriamente se inscrever com um suplente, sendo o ato de inscrição assinado por ambos.

Art. 10 Os candidatos da chapa, ou seja, titular e suplente, dentro da respectiva região, não poderão pertencer ao mesmo campus.

Art. 11 A Comissão Eleitoral de cada campus homologará as inscrições dos candidatos no prazo máximo de 24 horas após o término do período de inscrição, conforme o calendário

eleitoral.

Seção VII – Dos Votantes

Art. 12 Poderão votar todos os servidores do quadro ativo e permanente do Ifes.

Art. 13 Poderão votar todos os alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. Os alunos da modalidade EAD (Ensino a Distância) poderão votar no campus ao qual estiverem vinculados.

Seção VIII – Da Votação

Art. 14 A votação se dará por meio eletrônico, por link disponibilizado pelo Cefor.

Art. 15 O horário de votação deverá abranger todos os turnos do Campus.

Art. 16 O voto será por chapa (1 titular e 1 suplente).

Art. 17 Serão declarados vencedores os candidatos das chapas mais votadas (maioria simples).

Seção IX – Do Resultado

Art. 20 O resultado da eleição será amplamente divulgado nos sites institucionais.

I. No caso de eleição de mais de uma chapa com representantes do mesmo campus (seja titular ou suplente), para o mesmo segmento, será eliminada a chapa menos votada.

II. Em caso de empate, o desempate ocorrerá por meio de nova votação, com a participação apenas das chapas que empataram.

Seção X – Disposições Finais

Art. 21 Os eleitos, titulares e suplentes, deverão realizar curso de capacitação, a ser ofertado pelo Cefor, que será pré-requisito para posse no Conselho Superior do Ifes.

Art. 22 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior.

Art. 23 Esta resolução entra em vigor nesta data, ficam revogadas as demais disposições em contrário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>. Acesso em 01/09/2016.

ALBERTI, V. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, N. C. **Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 95-128, jan./mar. 2015.

BORGES, A. G. Democracia Participativa. Reflexões Sobre a Natureza e Atuação dos Conselho Representativos da Sociedade Civil. *Revista Eletrônica Reforma do Estado*, 2008.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades do campo. In: . Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a. P.89-94.

_____. 1989. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. 1996. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação** | Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Corrêa - Campinas, SP: Papirus. 1996.

_____. 2005. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 191.

_____. 2011 . O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 01/08/2016.

_____. Lei nº 12.813 de 16 de maio de 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12813.htm. Acesso em 10/10/2016.

CAMARGO, A. *História Oral e política*. In: MORAES, M. de. História oral. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas/Diadorim, 1994.

CANAN, R. A síndrome da unanimidade e os embargos infringentes. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR*, v. 7, n. 2, 2004.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O.L.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. de. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para análise das organizações. *Revista Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, R. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: PPGHis/UFRJ. 2002.

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. *History of Education Journal*, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000.

ESQUINSANI, R. S. S. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Educação Unisinos*, v. 11, n. 2, p. 103-110, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FERREIRA, M. M. História oral: um inventário das diferenças. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, p. 1-13, 1994.

FREITAS, S. M. **História oral**: procedimentos e possibilidades. Editora Humanitas, 2006.

GOHN, M. G. M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 128p.

GOMES, E. G. M. *Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições*. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Cecília de Souza Minayo (Org). 28 ed, p. 79-108, 2009.

GOMES, R; SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S; SILVA, C.F.R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G; SOUZA, E.R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 185-221.

GRAMSCI, A. A Revolução Contra o Capital. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). O Leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 61-65.

GWYN, P. História oral. In BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. 5ª reimp. São Paulo: UNESP, 1992. 358p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, v. 189, 1990.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Institui o Regimento Interno do Conselho Superior do Ifes. Resolução do Conselho Superior nº 23 de 14 de Junho de 2010. Disponível em: http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/RES_CS_23_2010_Reg_Interno_Conselho_Superior.pdf. Acesso em 01/11/2016.

_____. Imprensa Oficial, 2010. Disponível em http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/Estatuto_do_ifes/Estatuto%20ifes_DOU%2011_10_2010_p11.pdf. Acesso em 01/09/2016.

_____. Regula o Processo Eleitoral para os representantes do Corpo Docente, do Corpo Discente e do Corpo Técnico-Administrativo no Conselho Superior do Ifes e define normas para o Colégio Eleitoral. Resolução do Conselho Superior nº 02/2014, de 21 de fevereiro de 2014. Disponível em http://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2014/Res%20CS%2002_2014%20regula%20processo%20eleitoral%20para%20Col%C3%A9gios%20Ele%20E2%80%A6.pdf. Acesso em 02/07/2017

_____. Normatiza procedimentos para análise de recursos de PAD – Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Resolução do Conselho Superior nº 34 de 25 de abril de 2016. Disponível em http://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_34_2016_-_Regulamenta_procedimento_de_Julgamento_de_Recurso_PAD_ao_Conselho_Superior.pdf. Acesso em 02/07/2017.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Aprova, na forma do anexo, o Regulamento para o processo de escolha dos conselheiros representantes dos segmentos Docente, Discente e Técnico-administrativo em Educação do Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense. Resolução nº 014/2017 de 05 de maio de 2017.

Disponível em <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao-9>. Acesso em 02/07/2017.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 31-46, 2000.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1990, p.553.

LUCHMANN, L. H. H. Os Conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, 161, p. 43-79.

MARTINS, M. F. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. *Revista do Serviço Público*, v. 59, n. 2, p. 151-185, 2014.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de. História Oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 51, ano 18, fevereiro, 2003.

_____. Bourdieu and the "pessimism of reason". **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 197-216, 2015.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 108p. 2007.

MONTEIRO, F. M., *A Transparência como Ferramenta de Ampliação do Caráter Democrático nos Conselhos Universitários das Instituições Federais de Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal do Espírito Santo*. 2013, 113f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) PPGGP/UFES, 2013.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. ISSN 2176-2767, v. 10, 1993.

NORTON, B. Identity and language learning: gender, ethnicity and educational change. London: Pearson Education, 2000.

NOVARO, M. Representación y liderazgo en las democracias contemporáneas. *Homo Sapiens*, Buenos Aires, 2000.

ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, p. 191, 1983.

OTRANTO, C. R.. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFETs. Porto Alegre, *Revista RETTA* (PPGEA/UFRRJ), Ano I, no 1, jan-jun 2010, p. 89-110.

PACHECO, E. **Institutos Federais Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, Ed. Moderna, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Revista *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. Revista *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, A. What makes oral history different. In: Oral history, oral culture, and Italian Americans. *Palgrave Macmillan*, US, 2009. p. 21-30.

PRZEWORSKI, A., STOKES, S. C.; MANIN, B. Democracy, Accountability, and Representation. Cambridge, USA. Cambridge University Press, p. 350, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos Oraís**: do “indizível” ao “ dizível” . in: SIMSON, Olga Moraes Von. Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: vértice, p. 14-43, 1988.

REVIÈRE, C. **Os ritos profanos**. Petrópolis, RJ. Vozes, p. 326, 1997.

RIBEIRO, J. M. Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS). *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, n. 1, p. 81-92, 1997.

ROUSSO, H. V. **Le grand fossé**. Vingtième siècle. Revue d'histoire, p. 55-79, 1985.

SILVEIRA, E. S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *MÉTIS: história & cultura*, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

TEIXEIRA, G.; FREIRE, H. Conflitos de Interesses. Edições Húmus 1ª Edição: Fevereiro, 2009. Disponível em <http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/wp-content/uploads/2009/02/wp001.pdf>. Acesso em 10/10/2016

THOMPSON, D. F. **Understanding financial conflicts of interest**. New England Journal of Medicine, v. 329, n. 8, p. 573-576, 1993.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: História geral da África. São Paulo: Ática. v. 1, p. 157, 1982.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história**. 3ª ed., Brasília, Editora da UnB, p. 198 p. 1995.

WEBER, M. **Economy and Society**: an outline of interpretative sociology. Editado por G. Roth e C. Whitich, CA: University of California Press, 1978, 2 v.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Qual a importância institucional do Conselho Superior?
 Quais as razões de seu ingresso no Conselho Superior?
 Como avalia a forma de ingresso no Conselho Superior?

1) Identificar o *habitus* dos conselheiros eleitos e analisar sua interferência nas interações entre representante e representados.

- Na sua opinião, o que é ser um conselheiro? Por quê?
- Quais os requisitos necessários para a atuação de um conselheiro? Por quê?
- Qual é o papel de um conselheiro?
- O segmento que o conselheiro representa influencia as ações do conselheiro? Por quê?
- Houve, previamente ou após uma reunião, interação entre você e o segmento que você representa? Por quê e como?
- O segmento que você representa já solicitou algum posicionamento sobre um determinado item? O que aconteceu?
- É necessária alguma capacitação para atuar como conselheiro?
- Já leu o regimento do Conselho Superior? Qual sua opinião sobre ele?

2) Identificar o capital simbólico valorizado no Conselho Superior e analisar sua influência na relação entre os membros do Conselho Superior.

- Há alguma habilidade ou conhecimento que é mais valorizado no Conselho Superior? Qual e por quê?
- Na sua opinião, quais as habilidades e conhecimentos que os conselheiros deveriam possuir?
- Você avalia que os itens analisados nas reuniões são relevantes para a instituição? E para os conselheiros? Eles favorecem algum segmento?
- Há situações em que gostaria de ter votado ou se posicionado contrário a algum item? Por que não o fez?
- Alguma vez quis propor algo e não o fez? Por que?

3) Identificar as características do Conselho Superior como campo, relacionando-o com as definições de Bourdieu para esse tipo de espaço social.

- Você considera que os segmentos da comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico-administrativos) possuem o mesmo tratamento e a mesma importância institucional? Qual se destaca em relação aos demais?
- Os segmentos da comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos) tem tratamento isonômico (igualdade) no Conselho Superior?

- Você acredita que a forma como as reuniões são organizadas e conduzidas garante autonomia aos segmentos no Conselho Superior? Se sim/não, por quê?
- Há algum tipo de hierarquia que se possa verificar nas reuniões do Conselho Superior? Qual?
- Já se sentiu incomodado ou incapaz (a) de se posicionar sobre um determinado assunto por não ter conhecimento adequado sobre ele? O que fez?
- Já se sentiu compelido ou coagido a tomar uma atitude que não gostaria de ter tomado? Explique.
- Você acha que o ocupante de cargo em confiança ou detentor de bolsa pode ter sua participação no Conselho Superior influenciada de alguma forma? Por quê?
- Possui FG/CD ou bolsa?

4) Elucidar as razões pelas quais houve ausência de rejeição a matérias apreciadas no Conselho Superior e expor a influência no campo nesse caso.

- As atas registram na íntegra os acontecimentos das reuniões? Por quê?
- Na sua opinião, como deveriam ser organizadas e divulgadas as reuniões do Conselho Superior? Todo conselheiro tem liberdade e poder para se expressar nas reuniões?
- Alguma vez sentiu vontade de reprovar ou rejeitar algum item? Se sim/não, por quê?
- Seu posicionamento é influenciado visando o melhor para a instituição, para o segmento que representa ou para o Conselho Superior? Explique. Lembra de algum exemplo?
- Como você interpreta o fato de que o Conselho Superior, formado por segmentos de possíveis interesses e poder institucional distintos, não tenha rejeitado qualquer matéria que tenha sido analisada nas suas reuniões?

5) Considerações finais

- Como avalia sua participação como conselheiro?
- Você se lembra de um acontecimento marcante nas reuniões do Conselho Superior? Qual foi seu posicionamento?
- O Conselheiro deveria ter horas semanais, concedidas pela instituição, para se dedicar as suas atividades?
- Na sua opinião, há algum assunto que deveria ser analisado pelo Conselho Superior e não é? Explique. Há assuntos que são analisados pelo Conselho Superior que não deveriam? Explique.
- Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos de sua experiência como conselheiro?
- Há algo que você gostaria de comentar?